

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

UNESP - Campus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

**Lógica pragmática e educação:
experiência e linguagem em Dewey e Peirce**

Marlon Dantas Trevisan

Marília, 2011

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

UNESP - Campus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

**Lógica pragmática e educação:
experiência e linguagem em Dewey e Peirce**

Marlon Dantas Trevisan

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília, para exame de defesa do curso de doutorado na pós-graduação em Educação, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em Educação.

Orientador: **Pedro Angelo Pagni**

Marília, 2011

Trevisan, Marlon Dantas.

Lógica pragmática e educação: experiência e
linguagem em Dewey e Peirce / Marlon Dantas
Trevisan, 2011

185 f. : il.

Orientador: Pedro Angelo Pagni

Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Filosofia E Ciências, Marília,
2011

1. Lógica pragmática. 2. Experiência. 3. Dewey e
Peirce. I. Autor. II. Título.

Marlon Dantas Trevisan

**Lógica pragmática e educação: experiência e linguagem em
Dewey e Peirce**

Marília, 21 de outubro de 2011

Banca examinadora:

Dr. Pedro Angelo Pagni

Dra. Ana Maria de Andrade Caldeira

Dr. Rodrigo Gelamo

Dr. Marcelo Carbone Carneiro

Dra. Leoni Maria Padilha Henning

Para minha, **Nadir**, minha
inspiração, sempre...

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Pedro Angelo Pagni, pela firme e paciente orientação, pelas lições de comprometimento com a vida e a amizade sincera.

Ao Prof. Dr. Marcelo Carbone, exemplo de amigo, pai, profissional, por tudo o que com ele aprendi.

A minha esposa Anela Maura Marques, companheira de jornada, sempre comigo, meu conforto, minha luz.

Ao Prof. Dr. Lauro Frederico Barbosa da Silveira, pelos conhecimentos transmitidos e amizade.

À Profa. Dra. Ana Maria de Andrade Caldeira, por examinar-me nas qualificações de mestrado e doutorado, contribuindo de modo ímpar.

Ao Prof. Dr. Rodrigo Gelamo, com quem tenho aprendido muito, não somente filosofia, como também a ver nesta um modo de viver.

À Profa. Dra. Leoni Maria Padilha Henning, pela disponibilidade em compor minha banca, trazendo preciosas contribuições.

Aos amigos do GEPEF: Leonardo (parceiro querido de forró), Denise, Rodrigo, Divino, Alonso, Claudio, Tales, Sinésio, Renata, Anderson, Beto, enfim, todos aqueles que dividem comigo leituras tão caras à vida.

Aos funcionários da Pós-edu - UNESP - Marília, sempre atenciosos e gentis.

À Profa. Maria Aparecida Cremonesi (Tia Rola), pelos vinte anos de amizade, respeito e admiração sem medidas.

Aos amigos da Fundação Educacional Dr. Raul Bauab - Jaú e Cooperelp - Lençóis Paulista, pelas duas décadas de cumplicidade e amor ao magistério.

Aos Professores Nora, Tati, Nelson, Elisângela, Sandro, Benê, Rosângela e todos do NOIA - Núcleo de Orientação Integral da Aprendizagem, pelo comprometimento com a educação.

A Maith Martins de Oliveira, amiga e consultora sobre normas da ABNT, pela
disponibilidade em ajudar-me.

Aos milhares de alunos com quem estive em minha carreira, do maternal à terceira
idade, motivo maior desta pesquisa.

Aos irmãos Max, Marcio, Vaninha, Mônica e Sueli, pelo afeto bruto que temos um pelo
outro, desde sempre.

Aos meus filhos Adelle e Heliakim, cidadãos de verdade, talentosos, amorosos, minha
alegria e vaidade.

A minha mãe, Nadir Dias Dantas Trevisan, a quem dedico esta pesquisa, pelo amor
infinito e incentivo a mim demonstrados.

A meu pai, Antonio Trevisan, em quem procuro espelhar-me, pelo amor silencioso e
desprendido à família, caráter irrepreensível, cidadão exemplar.

**“Todo abismo é navegável a barquinhos
de papel”**

**“Qualquer amor já é um pouquinho de
saúde, um descanso na loucura”**

“Saudade é ser, depois de ter” (presentes
de Guimarães Rosa)

Resumo

Esta pesquisa, *Lógica pragmática e educação: experiência e linguagem em Dewey e Peirce*, é uma análise da filosofia pragmatista, com destaque aos aspectos enunciados no título, concernentes ao legado de Dewey e às relações de aproximação e contraste que este mantém com os escritos de Peirce. O percurso investigativo, ao buscar contribuir para as pesquisas sobre os fundamentos teóricos do pragmatismo deweyano, poderá auxiliar o profissional de educação, no sentido de subsidiá-lo em uma reflexão acerca dos alicerces de uma filosofia da experiência, como a pragmática, o que poderá levá-lo a rever posturas tradicionais, tais como a supervalorização dos conteúdos e da memória, frente à rotina escolar. Nosso problema de pesquisa diz respeito à notável ausência de estudos concernentes à influência da filosofia de Peirce sobre a descrição do processo de conhecer em Dewey; inquietação que, ao ordenar nossa investigação, fê-la revelar-se um aporte teórico que pode nos socorrer com relação à indiferença do estudante frente ao processo educativo. Nas análises empreendidas, procuramos descrever de que modo a linguagem viabiliza a experiência (e vice-versa), cujo ambiente se constitui física e culturalmente. As relações entre a lógica e o pensamento reflexivo foram enunciadas em diversos aspectos, capitaneadas pela inferência – núcleo de toda ação inteligente, segundo o autor –. O símbolo revelou-se um operador cognitivo central neste processo, em consonância com a descrição semiótica de Peirce, que concebia aquele signo como realização de terceiridade, em sua tríade mais importante: ícone / índice / símbolo. Embora não tenhamos analisado a teoria peirceana com a mesma amplitude da lógica de Dewey, estamos certos de que os pressupostos apresentados sobre aquela são suficientes para a compreensão das conexões discursivas que procuramos estabelecer entre os pensamentos dos dois autores. Cremos situarem-se em tais relações as contribuições da pesquisa, não somente aos estudos de filosofia pragmática, bem como ao que concerne a questões educacionais, tais como a necessidade da busca docente por símbolos genuínos – cunhados na experiência – que componham os registros pedagógicos e a reflexão sobre degeneração sígnica, tópico ético-lógico contíguo em importância para Peirce e Dewey. A metodologia utilizada, inscrita no contexto de pesquisa teórica, caracteriza-se por procedimentos inerentes às fenomenologias peirceana e deweyana. Esta se revelou um *continuum* caracterizado por vezes pela indissociabilidade entre aspectos éticos, gnosiológicos, epistemológicos, políticos, etc.: abordagens de lógica, tais como a estrutura e sintaxe do juízo, bem poderiam compor o capítulo sobre ética, uma vez que o filósofo pragmatista defendia que a ordenação do pensamento arrazoado (inteligência investigativa) propiciaria condições de tomarmos decisões justas, viabilizadas sobretudo pela reconstrução da teoria moral, cujo fim último seria o crescimento do indivíduo, em sua totalidade. As conclusões obtidas revelam que o percurso investigativo levado a cabo, por analisar detidamente os mecanismos cognitivos envolvidos no processo de conhecer, constituiu-se sólido fundamento a uma compreensão acerca da crise da experiência escolar, herdeira de uma tradição aristocrática que teria, segundo Dewey, se afastado da experiência. A investigação vem demonstrar a orgânica, contígua e nem sempre tranquila relação entre os contributos de Dewey e Peirce, bem como a amplitude polifônica da escrita pragmática, que se apresenta, conforme pretendia Dewey, como uma teoria da educação.

Palavras-chave: Experiência. Lógica. Ética. Pragmatismo. Pensamento reflexivo. Signo. Inferência.

Abstract:

This research, *Pragmatic logics and education: experience and language, according to Dewey and Peirce*, is an analysis of the pragmatic philosophy, highlighting the enunciated aspects in the title, concerning to the legacy of Dewey and the relations of approximation and contrast that Dewey maintains with the papers of Peirce. The investigative route, when searching to contribute for the researches about the theoretical basis of deweyan pragmatism, might help the education professional, referring to supporting him on a reflection about the basis of a philosophy of experience, as the pragmatic, which will lead him to rethink about traditional attitudes, such as the super valorization of the contents and memory in relation to the scholastic routine. Our problem of research refers to the notable absence of studies concerning the influence of the philosophy of Peirce about the description of the process of knowledge according to Dewey; inquietation, that, when directing our investigation, made it be revealed as an theoretical apport, which can help us, referring to the indifference of the student concerning the educational process. On the analyses elaborated, we tried to describe how the language enables the experience (and vice versa), whose environment is constituted physically and culturally. The relations between logics and the reflexive thought were enunciated in several aspects, conducted by the inference – nucleus of all the intelligent action, according to the author –. The symbol demonstrated to be a central cognitive operator in this process, in accordance with the semiotic description of Peirce, which conceived that sign as the realization of the thirdness, in his most important tryad: icon / index / symbol. Although we have not analyzed the theory of Peirce with the same amplitude of the logics of Dewey, we are certain that the presupposed presented about the theory of Peirce are sufficient for the comprehension of the speech connections which we have tried to establish between the thoughts of the two authors. We believe that the contributions of the research are inserted into these relations, not only to the studies of the pragmatic philosophy as also concerning the educational topics, such as the necessity of the teacher searching for genuine symbols – created from experience – which compose the pedagogical contents and the reflection about sign degeneration, logical ethic topic similar in importance for Peirce and Dewey. The methodology employed, inherent to the context of the theoretical research, is characterized by inherent procedures to phenomenology of Dewey and Peirce. This has revealed as a *continuum* characterized sometimes by the non-separation between the ethics, gnosiological, epistemological, political aspects and so on.: logics approaches, such as the structure and syntax of judgement, could compose the chapter about ethics, considering that the pragmatist philosopher proposed the ordination of the reasonable thought (investigative intelligence) would provide conditions of taking fair decisions, enabled by the reconstruction of the moral theory, whose last finality would be the growth of the person in his totality. The findings obtained reveal that the investigative route concluded, for having analyzed specifically the cognitive mechanisms involved into the process of learning, constitute a solid basis for the comprehension of the scholastic experience crisis, which is the heir of an aristocratic tradition which, according to Dewey has being apart from the experience. The investigation demonstrates the organic, contiguous and not always harmonic relation between the contributions of Dewey and Peirce, as well as the polyphonic amplitude of the pragmatic writing, which is presented according to the intention of Dewey, as a theory of education.

Key-words: Experience. Logics. Ethics. Pragmatism. Reflexive thought. Sign. Inference.

Resumo.....	09
Abstract.....	10
Introdução.....	15
1 A lógica – descrição da experiência e linguagem – segundo Dewey: por uma nova teoria do conhecimento.....	22
1.1 Reconstruir para legitimar.....	24
1.2 A atitude científica deve ordenar o pensamento.....	26
1.3 O fim de um acordo.....	28
1.4 A ciência não é uma instituição isolada.....	30
1.5 Normas de uma arte de pensar.....	32
1.5.1 Abstração e generalização.....	35
1.6 Um <i>telos</i> para o pensamento reflexivo: a verdade.....	36
1.7 Limites, diferenças e contiguidade entre lógica formal e lógica real (da experiência).....	38
1.7.1 Relações entre o ambiente e os seres: adaptação recíproca; o entorno físico e cultural.....	39
1.7.2 Linguagem, lógica e pensamento reflexivo (atuação do símbolo): traços da experiência.....	41
1.7.2.1 Signo-significado e símbolo-sentido; inferência e implicação.....	44
1.7.2.1.1 A degeneração simbólica segundo a concepção deweyana.....	48
1.7.2.2 A inferência; três relatos esclarecedores.....	50
1.7.2.3 Fases do pensamento reflexivo.....	53
1.7.2.4 Sugestão (atuação do símbolo).....	54
1.7.2.5 Intelectualização – descrição do problema.....	55
1.7.2.6 Criação da hipótese.....	57
1.7.2.7 O raciocínio – atuação sobre a hipótese.....	59

1.7.2.8	Verificação da hipótese pela ação.....	61
1.7.2.9	Diferenças entre as consequências da ação reflexiva na vida prática e na pesquisa científica.....	62
1.7.2.10	Apontamentos sobre os objetos da investigação.....	63
1.7.2.11	Características do juízo.....	66
1.7.2.12	Correspondência entre fato e conceito; importância da proposição.....	67
1.7.2.13	Diferenças entre os termos “individual” e “singular” e suas relações com o juízo.....	68
1.7.2.14	Sintaxe do juízo – sujeito.....	70
1.7.2.15	Sintaxe do juízo – predicado.....	73
1.7.2.16	Sintaxe do juízo – cópula.....	75
1.8	Apontamentos conclusivos.....	77
2	Implicações ético-morais da lógica deweyana.....	80
2.1	O bem pragmático deweyano.....	83
2.2	Enfrentamentos necessários à reconstrução da teoria moral.....	84
2.3	O fim da díade viabiliza uma nova generalização.....	86
2.4	Tensões inerentes à moral pragmática.....	89
2.5	Apontamentos conclusivos.....	91
3	Análise de pressupostos relevantes da lógica de J. Dewey presentes nos escritos de C. S. Peirce – aproximações e contrastes.....	93
3.1	Traços do pensamento peirceano; uma nova fenomenologia.....	94
3.1.1	O signo, ente triádico: representâmen / objeto / interpretante.....	98
3.1.2	Tríade a partir da relação do representâmen com este mesmo: qualissigno / sinsigno / legissigno.....	99
3.1.3	A tríade mais conhecida e importante: ícone / índice / símbolo; hipóícones; degeneração simbólica.....	101

3.1.4 Uma tríade para os interpretantes: rema / dicente / argumento.....	105
3.1.5 As dez classes sígnicas.....	106
3.2 Lógica pragmática: aproximações e contrastes entre Peirce e Dewey.....	110
3.2.1 Inferência: objeto da lógica.....	110
3.2.1.1 A inferência, segundo o fundador do pragmatismo.....	111
3.2.1.2 Tríades inferenciais.....	114
3.2.1.3 Sintaxe da proposição: sujeito, predicado e cópula.....	116
3.2.1.4 A tradição aristotélica e a doutrina pragmática; uma tríade argumental.....	120
3.2.1.5 A indução e a dedução em Dewey.....	126
3.2.1.6 Sobre a influência aristotélica no registro deweyano: uma tensão instigante.....	133
3.2.1.7 Apontamentos conclusivos sobre a inferência no pragmatismo: dois diagramas.....	139
4 A concepção peirceana de verdade; os três tipos de bem; noções de ética.....	146
4.1 Peirce e a tradição escolástica: a questão dos universais.....	151
4.2 Apontamentos conclusivos; moral pragmática: a metafísica de Peirce e Dewey.....	155
5 Conclusões gerais; a lógica deweyana e o desafio de uma nova proposta para a educação, fundada em uma filosofia da experiência.....	160
5.1 Contiguidade entre abdução e sugestão; conciliação entre filosofia e pedagogia; o ambiente escolar: cenário para a experiência filosófica.....	163
5.2 Princípio da continuidade: o desafio do educador deweyano.....	168
5.3 Um novo <i>ethos</i> escolar.....	171
5.4 Ética da comunicação: símbolos genuínos e degenerados.....	172
5.5 Por uma nova narrativa.....	174

Referências.....	176
ANEXO A - Levantamento bibliográfico.....	178
ANEXO B - Levantamento bibliográfico.....	182

Introdução

A ideia que originou a presente pesquisa, *Lógica pragmática e educação: experiência e linguagem em Dewey e Peirce*, surgiu por ocasião ainda do mestrado, quando, impressionado pela amplitude da obra peirceana, ficava imaginando as consequências para a pedagogia, se o fundador do pragmatismo tivesse dedicado livros à educação. Em 2007, comecei a perceber que, em certa medida, isto aconteceu, ocasião em que mantive os primeiros contatos com a obra de Dewey.

As duas licenciaturas – Letras Português / Inglês e Educação Artística / Habilitação em Artes Plásticas – somadas a vinte anos de magistério, em que pude atuar com todas as faixas etárias (educação infantil ao ensino superior) me despertaram o interesse em estudar fundamentos da linguagem. Primeiro herdei a tradição estruturalista europeia, mas creio que, inconscientemente, via no modelo sógnico saussureano um elemento central entre as causas daquilo que sempre me agonizou: a indiferença dos alunos com a rotina escolar. Tal impressão ganhava forma pelo fato de o signo, naquela concepção, não contar com a presença do objeto (modelo diádico: significante e significado). O automatismo, a apatia, muita vez a aversão aos conteúdos disciplinares me levavam a atuar na contramão dos saberes pedagógicos instrumentais, apostando em estratégias menos ortodoxas para o ensino de língua portuguesa, tais como intervenções artísticas – estímulos musicais, vídeo-arte, grafitismo, etc. –, o que não raro fora motivo de advertência por parte da coordenação e direção das escolas, senão a demissão voluntária.

Sempre tive muitas respostas teóricas para tal desinteresse, oriundas dos registros da pedagogia, os quais muito me ajudaram; leituras de Piaget, Vigotski, dentre outros, foram aportes significativos, contudo faltava uma formação em Filosofia, posto que meu interesse pelas questões gnosiológicas se aprofundava. Após uma década lecionando, vi a necessidade de procurar, investigar e compreender uma teoria do conhecimento que efetivamente atravessasse as paredes do livro, da universidade, atingindo a lousa, em classe, com os alunos; ocasião em que passei a ler escritos de Kant. Não demorou muito para perceber que corria atrás do vento, sobretudo porque

para lecionar não há um programa pronto, mesmo com relação a uma didática inspirada no pragmatismo, minha futura influência. Tal impressão se ratificou, quando tive a satisfação de integrar o GEPEF – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Filosofia – da UNESP de Marília, em 2009, ocasião em que tive contato mais intenso com os filósofos da diferença, tradição francesa dos anos 60, que me fez acurar muito a percepção inclusive da doutrina pragmática, no que diz respeito à relação entre experiência e linguagem.

Dewey contribuiu notoriamente para o debate acerca da instituição escolar, prova desta redundante afirmação me parece ser a farta pesquisa acadêmica dedicada a tal legado¹, contudo não se conhece bem uma parte do pensamento do filósofo, a saber: sua descrição de linguagem, menos ainda as relações de tal contributo com pressupostos da fenomenologia peirceana. Investigar tais conexões se me revelou uma oportunidade de contribuir aos estudos sobre o pragmatismo. Além de valoroso problema para uma pesquisa teórica, vi em tal investigação a possibilidade de finalmente dispor de uma descrição do processo de conhecer que me amparasse na carreira de educador. Dedicando-me aos livros de Dewey, em especial: *Lógica: Teoria da Investigação* (1950), pude verificar o vigor de sua lavra e entender a real dimensão da experiência na filosofia pragmática. Em meados de outubro de 2009, iniciei a pesquisa, lendo as obras *Como Pensamos* (1959a), *Democracia E Educação* (1959b) e *Reconstrução em Filosofia* (1959c). Procurei circunscrever minhas análises à tricotomia experiência / linguagem / ética, deparando-me com a dificuldade inicial de verificar que a escrita deweyana apresenta um caráter polifônico; há uma continuidade quase monolítica que não raro dificulta separarmos e interpretarmos, sem perdas, certos textos em tópicos muito específicos.

Conforme já enunciei, meu problema de pesquisa diz respeito à demanda sempre presente em minha carreira e de meus colegas educadores (pelo menos alguns), por um

¹ Após as referências, há em anexo duas listas de trabalhos que dialogam com a presente pesquisa, os quais reverencio, sobretudo por credenciarem o Brasil como referência mundial no que concerne aos estudos sobre o pragmatismo. Autores como Teixeira (1940), Cunha (2001), Pagni (2008), que se dedicaram ao pensamento deweyano, e Silveira (1989), Santaella (1984), Ibrí (1992), dentre outros, voltados à produção peirceana, exerceram sobre mim influências definitivas, aos quais expresse aqui minha gratidão. Vale-me ressaltar que o acervo listado não é completo, contudo auxilia no sentido de situar a presente investigação no atual estado da arte acerca do pragmatismo e educação no país.

aporte teórico com o que pudéssemos enfrentar, a partir de uma compreensão maior de como o indivíduo conhece, a indiferença com relação à vida escolar, por parte dos alunos. Recomendo a quem se dispuser a ler este trabalho ter sempre em mente que o mesmo é uma incursão pela filosofia pragmática, destaque para a lógica e a experiência, com a convicção de que, mesmo a análise de um tópico específico como: *1.7.2.12. Correspondência entre fato e conceito. Importância da proposição.*, relaciona-se diretamente à vida escolar. Ao ler os escritos deweyanos, pude verificar firmes conexões entre a estruturação lógica da sentença de um magistrado, resultante de uma cadeia propositiva, conforme demonstra minha investigação sobre o juízo, e uma afirmação infante, tal como: Professor, nosso feijãozinho morreu porque esquecemos de por água. Note-se que tal enunciado poderia ser um exemplo discutido em diversas análises inferenciais efetuadas durante o percurso, tais como os raciocínios hipotético, indutivo e dedutivo, ou ainda sobre a estrutura da proposição – sujeito, predicado e cópula –, tanto em Dewey, quanto em Peirce. Vale-me ressaltar então que toda linha redigida nesta pesquisa versará sobre algum aspecto concernente à educação, por mais hermética que se apresente a análise filosófica. Sinto-me sobremodo confortável em afirmá-lo por ter presenciado, na concepção pedagógica deweyana, a veemente defesa da filosofia como doutrina para a educação.

Vejamos o que afirmou o autor, no capítulo conclusivo *Filosofia da Educação*, de sua notória obra *Democracia E Educação*:

E uma vez que a educação é o processo por intermédio do qual se podem operar as transformações necessárias, não permanecendo estas como mera hipótese do que é desejável, conseguimos justificar a afirmação de que **a filosofia é a teoria da educação e esta a sua prática deliberadamente empreendida.** (DEWEY, 1959b, p. 365, negrito meu)

Creio que o fragmento não deixa dúvidas sobre quanto o autor defendia a leitura de textos filosóficos por parte do educador, sobretudo porque estes, em que pese alguma concepção mais ortodoxa de filosofia, como doutrina ensimesmada, voltada a seus próprios dilemas, cumprem a função de se apresentarem como uma teoria da educação. Com Dewey, posso afirmar sem receio que **esta pesquisa, por ser uma investigação em filosofia, é um trabalho sobre educação.** Como professor, vem-me a certeza de que a instituição escolar deverá ser o ambiente de uma experiência filosófica e uma

filosofia como a deweyana poderá se configurar uma teoria, um aporte reflexivo para todos os envolvidos no desafio de ensinar.

A metodologia que procurei levar adiante, a saber: a faneroscopia (do grego: *phaneros* – visível, manifesto; *skopéo* – observar, refletir) triádica peirceana, coadunou-se perfeitamente com a perspectiva experimentalista de Dewey. A própria descrição do pensamento reflexivo deste autor me surgiu como heurística eloquente de investigação. Minha rotina de interpretação de textos se influenciou em grande medida pela postura fenomenológica (a seu modo, como demonstraremos) dos pioneiros do pragmatismo. Esta metodologia, conforme a concepção peirceana, encaminhou-me sempre a três momentos: a estranheza inicial, ao deparar-me com o texto do autor (primeiridade), ocasião em que há o espanto e nenhuma correlação fora ainda estabelecida com qualquer outro registro ou contexto; o encontro com a subjetividade enunciativa, viabilizado pela decodificação de tal registro (secundidade), o que me proporcionou daí por diante a sensação de dialogar com o autor, dado que a experiência, conforme os registros pragmáticos, se viabiliza pela linguagem, assim como o contrário; a interpretação do fragmento (terceiridade), desta feita incorporando à reflexão toda a representação que trago da existência e que se somará às proposições do filósofo, procurando enfaticamente preservar a integridade das ideias deste. Segundo Bogdan (1991, p. 55), a abordagem fenomenológica busca construir o significado da pesquisa, a partir das interações humanas estabelecidas entre leitor e autor, bem como dos eventos envolvidos em tal encontro. Nessa perspectiva, Bogdan considera o interacionismo simbólico da Escola de Chicago uma firme realização dos pressupostos fenomenológicos:

Revendo a história, pode-se concluir que a interação simbólica existe há bastante tempo. Estava presente na abordagem à investigação da Escola de Chicago, no início deste século. John Dewey, o filósofo e educador pragmático, encontrava-se em Chicago nos anos de formação desta perspectiva teórica, contribuindo bastante para o seu desenvolvimento os contatos que manteve com autores como Charles Horton Cooley, Robert Park, Florian Znanieck e, principalmente, com George Herbert Mead. [...] Na base desta abordagem, compatível com a perspectiva fenomenológica, encontra-se a asserção de que a experiência humana é mediada pela interpretação. (BOGDAN, 1991, p. 55)

Creio também que a leitura dos neopragmáticos como Rorty (2000) tenha sido positiva ao trabalho, ampliando-me a compreensão dos incontáveis desdobramentos daquela doutrina para a cultura ocidental e, mais especificamente, como revisão metodológica, dada a proposta rortyana de redescrição.

No primeiro capítulo do trabalho, procurei apresentar os traços gerais da filosofia deweyana, destaque para os seguintes aspectos: a proposta de reconstrução da filosofia, em especial a teoria do conhecimento, ancorada no pressuposto de resgate da experiência; uma nova descrição das relações entre linguagem, lógica e pensamento reflexivo; enumeração de caracteres formativos do juízo. O capítulo apresenta um traço geral que também caracteriza a pesquisa como um todo: por ser um estudo de lógica investigativa e linguagem, um objeto central, direta e indiretamente abordado é a inferência, descrita por Dewey como núcleo de toda ação inteligente; dentre tantas realizações inferenciais, observei que o símbolo apresenta inequívoco destaque para os legados de ambos os autores.

No segundo capítulo, analisei a proposta de restauração da doutrina moral em Dewey, evidenciando que a tradição grega, ao determinar a busca por *bens supremos*, segundo o autor, entendia que os mesmos se delineavam por uma fixidez absoluta, tais como a felicidade, o prazer, a santidade, etc. Todo o percurso da teoria moral teria apresentado a característica de submissão a uma instância superior, tal como a vontade divina, o poder das instituições (e nestas se incluiria o filósofo) ou mesmo a consciência do dever. A reforma deweyana propõe que a atitude científica, amadurecida cerca de quinze séculos após o nascimento da moral, finalmente assumisse o comando de nossas ações, o pensamento arrazoado nos capacitaria a tomar decisões justas. Neste sentido, a descrição do juízo, efetuada no capítulo anterior, poderá também ser considerada matéria da doutrina moral pragmática.

No terceiro capítulo, procurei enunciar alguns pressupostos teóricos por mim considerados centrais na filosofia de Peirce. Para tais escolhas, a vivência com o pensamento peirceano, quando escrevi a dissertação *O papel da metáfora/analogia no ensino de ciências: uma abordagem semiótica*.(2008) foi-me determinante. Creio que, embora sucinta, a exposição de tal filosofia tenha sido suficientemente esclarecedora,

sem o que a leitura subsequente se tornaria repleta de ruídos, senão incompreensível (a quem não conheça o texto de Peirce), no que diz respeito às relações que procurei estabelecer entre os autores.

Quando finalmente situei a investigação neste trânsito epistêmico, desafio a que me propus, surgiu-me a premente necessidade da interlocução de Aristóteles, o que originalmente não havia previsto e programado. Não tinha muito clara a percepção de quanto cada autor, a sua maneira, dialoga com a lógica do sábio estagirita. Tais relações inclusive dizem respeito aos aspectos que mais afastam Peirce de Dewey. Pude notar que há notáveis paradoxos no modo como este se posiciona frente à tradição aristotélica, sobremaneira enriquecedores da escrita pragmática como um todo.

Tendo, conforme afirmei, a inferência como norte da pesquisa, encontrei-me compelido a realçar a descrição do método indutivo em ambos os autores. Assim procedi, por verificar nas leituras a importância de tal raciocínio científico para o pragmatismo clássico. Vejo que a indução, se estou certo, coincide com a própria noção de experiência, posto que reúne em si os procedimentos que nos lançam ao contexto do teste (para Peirce) e à própria investigação (para Dewey). Quando verifico a descrição deweyana do pensamento reflexivo, vejo claramente uma indutividade que me exigiu aprofundamento demonstrativo. Com relação às conclusões obtidas no capítulo, elaborei para tais dois diagramas panorâmicos e diversos comentários, os quais considero de importância central para o desafio empreendido, posto que procuram perfilar pressupostos peirceanos e deweyanos acerca da inferência, naquilo que mais os aproximaria, assim como os afastaria.

No quarto capítulo, busquei descrever a concepção moral de Peirce, revelada nos três tipos de bem: estético – a expressividade; ético – a veracidade; lógico – a verdade. Pude verificar também a riqueza de nuances acerca da doutrina moral dos pioneiros pragmáticos, ocasião em que a autoridade tomista surgiu em breve interlocução, inscrevendo-se na temática epistemológica e metafísica, com a questão dos universais. A postura realista de ambos os teóricos ficou caracterizada. Contrastes sensíveis também se enunciaram, ainda em relação aos escolásticos, com destaque ao apreço que Peirce tinha pelo argumento de autoridade, o que em Dewey revelou-se repúdio. Após a

análise do capítulo, uma proposição que, a meu ver, sobressai-se no texto pragmático acerca da moral, consiste em que o cidadão, para agir eticamente, deverá arcar com as consequências últimas de sua ação. Para Peirce, esta deverá ser esteticamente admirável; em Dewey, fruto de uma atitude científica.

O quinto capítulo, conclusão desta pesquisa, procura verificar de que maneira os resultados analíticos obtidos com a investigação contribuem para uma compreensão do modo com que Dewey pensou a instituição escolar, sob um aspecto central: a importância da restauração do processo de aprender, viabilizada por uma instituição disposta a transformar a vivência escolar em uma experiência filosófica. (PAGNI, 2010, p. 34) Foi gratificante observar que tal proposta, longe de apenas refutar a tradição escolástica, que determinou, segundo o autor, todo um contexto ocidental para a escolaridade, ancora-se em uma eminente arquitetura, cujos alicerces pude analisar no percurso da pesquisa. Minha convicção é a de que tal filosofia poderá se constituir um seguro aporte teórico, que auxilie o educador no desafio de repensar sua ação, sobretudo quanto aos aspectos que procuramos investigar: experiência, lógica e ética.

O trajeto percorrido não teria o mesmo êxito, estou certo, sem a paciente e firme orientação de meu Professor e amigo Dr. Pedro Pagni, a quem muito devo, sobretudo a lição de nunca perder de vista aquilo que mais intimamente nos impele à pesquisa, o que nem sempre é fácil, quando nos adestramos no cumprimento de tantas e necessárias exigências da liturgia acadêmica. Não foram poucas as vezes em que fui desafiado a verbalizar o que me movia a dar seguimento à investigação. Isto expurgou definitivamente uma subjetividade burocrática que por ventura pudesse se “instalar”, em meio a um contexto tão conceitual e abstrato.

Para além do que me propus realizar com o presente trabalho, espero contribuir de algum modo para encurtar a distância entre os registros pedagógicos e os filosóficos, apresentando um roteiro inicial para uma leitura em filosofia (destaque para a experiência e a linguagem) ao profissional de educação.

1 A lógica – descrição da experiência e linguagem – segundo Dewey: por uma nova teoria do conhecimento

1 A lógica – descrição da experiência e linguagem – segundo Dewey: por uma nova teoria do conhecimento

O capítulo que ora apresentamos é uma descrição do modo como ordenamos a cognição frente aos embates da experiência, bem como uma reflexão sobre a lógica enquanto ferramenta estruturada pela linguagem e encadeadora desta, segundo as concebia Dewey (1959a, 1959b e 1959c).

O percurso que trilhamos, ancorado nas obras *Reconstrução em Filosofia*, *Como Pensamos* e *Lógica: teoria da investigação*, embora se centre na abordagem gnosiológica, vez e outra também tangenciará aspectos políticos, psicológicos, éticos, epistemológicos (sobretudo algumas críticas a certas concepções cristalizadas da tradição filosófica, quer seja aristotélica, cartesiana ou empirista). Assim procedemos pela dificuldade em certos momentos de separar a teoria de conhecimento deweyana de outros contextos que diretamente são afetados por tal. O caráter libertário dos escritos que buscamos interpretar faz com que estes transitem por diversos terrenos da cultura. Mesmo quando analisa um tema de lógica formal, como o predicado de um juízo, o autor não raro encaminha a discussão para o contexto da política, o que revela a profundidade e o alcance de suas asserções. Estes breves desvios de rota que efetuamos, cremos não comprometerem a coerência discursiva, de que não abrimos mão, não somente por ser esta também um critério de interpretação de textos, mas por ordenar nossos escritos. Desafio maior nos surgiu, à medida que buscamos retratar a descrição do processo de conhecer em Dewey inserida em dois cenários: a vida prática e o âmbito da investigação científica. O primeiro nos remete ao teórico de uma lógica do cotidiano, esta que tem na inferência um elemento marcante; o segundo nos revela o filósofo da ciência, idealizador de uma metodologia de pesquisa e conduta de importância central para o pragmatismo. O trajeto que percorremos procurou enfatizar a inequívoca contiguidade entre as ideias do autor inerentes ao primeiro contexto com aquelas do segundo, mesmo porque há diversos textos que atestam quão simbiótica se nos apresenta tal relação. Os limites desta também procuramos descrever, sempre à luz dos excertos originais. A ponte entre a experiência da vida prática e a da investigação científica tem especial destaque na descrição das fases do pensamento reflexivo.

A partir das análises da estrutura do juízo, temos um registro mais voltado à lógica enquanto gênese do discurso científico, muito embora sua realização na vida prática continue a ser apontada, partindo de exemplos da ação jurídica, entre outros, conforme o autor assim procedeu. Para este, há apenas uma diferença de grau (de planos discursivos) e não de nível entre as esferas da ciência, da lei e do cotidiano.

Esperamos, com o capítulo, enunciar as linhas gerais do que seria a lógica de Dewey (com ênfase à descrição do ato ordenado de conhecer / decidir), relacionada sobretudo a três dimensões: a experiência, a linguagem e a ética. Procuraremos, em que pese esta escolha triádica, contemplar descritivamente, naquilo que possível, a amplitude polifônica da escrita deweyana.

1.1 Reconstruir para legitimar

Dewey (1959c, p. 20), ao propor uma reconstrução no modo como concebemos o conhecimento genuíno, considera as filosofias do passado, reconhecendo-lhes a importância; o que critica tacitamente é a importância que elas possam ter, tal qual se apresentam, num tempo em que a experiência humana está completamente mudada.

Os eventos culturais das revoluções científicas, industrial e política dão-nos uma noção de quanto os sistemas do passado não atendem às demandas e problemas que se nos apresentam atualmente. O que o autor propõe é que à filosofia sejam restauradas a função e o valor que no pretérito lhe eram atribuídas; para tal, a necessidade de reconstrução. Essa busca está entre os maiores anseios do pragmatismo. Dewey ressalta que a inteligência deverá comandar a reconstrução; não a razão cartesiana, o intelecto puro, mas a efetivação coordenada dos movimentos de observação, experimentação e raciocínio reflexivo, que outrora foram aplicados às condições físicas e até fisiológicas; desta feita, que se volte aos temas humanos. Isto significa que uma mente científica baconiana deverá cuidar do que fora deixado de lado: as grandes questões que nos afligem, inclusive moralmente. (NASCIMENTO, 2010)

Para demonstrar o que afirmamos acerca dos antigos sistemas, Dewey declara que as condições de vida sobretudo em Atenas, quando do nascimento da filosofia ocidental, determinaram uma separação tácita entre saber e fazer, engendrando a

milénar dicotomia entre teoria e prática. O autor ressalta que esta era o reflexo de uma concepção política e econômica, na qual o fazer cabia aos escravos e o pensar aos homens livres (cerca de 10% dos atenienses). Este era um cenário “pré-democrático”. Dewey nos revela com uma desconcertante simplicidade que os filósofos mantiveram a dicotomia, dando-nos a entender que por interesse. Assim agiram até muito tempo após o espantoso progresso científico dos últimos séculos, este acabou por determinar novos métodos que culminaram com outros modos de conduzir a observação e a experiência. (ARAÚJO, 2009) Há nisto a revelação de que a separação entre teoria e prática, que muitos creditam ao racionalismo, remonte à Grécia antiga. Este modelo político nos legou um *frame* gnosiológico quase indestrutível.

Dewey (1959c) nos declara que a reconstrução com isto determinará uma nova teoria do conhecimento. Seu objeto e foco não são mais as faculdades de órgãos como razão, intelecto e sim as condições em que se dá o conhecimento. Os dados da experiência científica norteiam o conhecer. Dewey reconhece que nenhum projeto filosófico terá sucesso se não considerar com seriedade as indicações de onde e como os sistemas do passado necessitam ser refeitos no presente, numa rerepresentação.

O que poderia nos consternar, numa leitura aligeirada, é que, embora o autor demonstre inequívoca sensibilidade política, ao revelar as origens aristocráticas da *díade*, propõe que o discurso da *epistème* nos guie, o método científico responda a todas as questões que nos atormentam. Assim mesmo, preferimos isto a tratarmos a filosofia como matéria de museólogo, ou, na melhor das vezes, tentarmos viver um discurso pretérito sem as atualizações devidas, o que pode nos lançar às mais diversas arbitrariedades. Para exemplos destas, fiquemos com algumas das seculares consequências daquela separação: até aos dias de hoje, ainda há na vida escolar manifestações cristalizadas de tal concepção: a disciplina de educação física é a mais apreciada pelos estudantes, por seu caráter prático e lúdico, entretanto se constitui a de menor prestígio pelos mesmos, se lhe indagarem sobre a importância das disciplinas com relação aos conteúdos que consideram importantes para a vida; ou uma comparação salarial entre o professor de ensino superior e o alfabetizador: o primeiro percebe rendimentos cerca de dez vezes superiores aos do segundo; ou ainda, quem desfrutaria maior prestígio em uma instituição escolar: o professor de matemática ou o de artes?. São exemplos oriundos do universo da educação. Poderíamos enumerar aqui

incontáveis outros de setores da cultura os mais diversos, como do contexto do trabalho: engenheiro e pedreiro, projetista e mecânico de autos, etc. O que nos chama à atenção ao percorrermos os escritos deweyanos, quando historiam (permitam-nos este verbo) a Filosofia, é a retina sobremodo atenta às implicações políticas, éticas, epistemológicas, dos legados consagrados pela erudição, tais como o aristotelismo. E uma pergunta nos ocorre: teria realmente a tradição filosófica tamanha inserção em nossa cultura, a ponto de determinar ou pelo menos influenciar, qual o cria Dewey, as distorções políticas, sociais, etc., que até hoje vivemos? Ou não seria a filosofia apenas o reflexo mais descritivo (ou prescritivo) de um modo de pensar de cada época, tal qual a sofocracia platônica? De qualquer maneira, a sensibilidade do pragmatismo a estes aspectos, quando se propõe a rever o passado e resgatá-lo, revela-nos o peso que tem a concepção de experiência naquela arquitetura filosófica. (PAPPAS, 2008)

1.2 A atitude científica deve ordenar o pensamento

Dewey pondera que, embora a filosofia deva se voltar aos negócios humanos, originando-se das demandas da experiência, cuja origem é condição para se reconstruir o projeto filosófico, nem por isto deva este estar apenas ligado a tais questões. No passado, os grandes sistemas procuravam cuidar de objetos tais como Ser, Natureza, Universo, Verdade. Em uma palavra, buscavam o imutável. As ciências naturais abandonaram esta postura, considerando as variáveis tempo e espaço, para elaborar um registro de mundo em que o mais importante era o processo, muito embora os cientistas não vissem nele mais do que um “procedimento técnico, quando na verdade se tratava da mais revolucionária descoberta até então feita” (Dewey, 1959c, p. 23).

Este novo modo de pensar o conhecimento e a linguagem deveria restaurar o papel da filosofia, de modo que esta abandonasse valores como a busca pelo eterno, a fixidez e posturas dualistas – intelecto / corpo, razão / sentidos e assim por diante (CUNHA, 2010). Seriam razões que teriam levado o filósofo ao descrédito. Quando este atuava apoiado em instituições cujo poder e prestígio dependiam da velha ordem, mantinha-se; ocorreu que os objetos da filosofia passaram a ser repudiados pela ciência, sobretudo pelas contingências e condições históricas novas e mais conturbadas que se apresentaram à humanidade. Dewey declara que objetos transcendentais, alijados do tempo e espaço, atendiam a interesses de dominação, uma vez que operavam como pré-

requisitos discursivos fundamentais ao exercício da autoridade, que assim poderia conduzir as questões humanas com maior discrição. O autor defende então uma teoria que não seja dogmática, como aquelas que professavam forças externas e superiores; ao contrário disto, hipóteses coordenando observações experimentais, a fim de unir fatos em sistemas que se projetem no tempo e espaço, universalizando-se. Nesse programa, a universalidade das teorias nasce da aplicabilidade, do evento científico singular, particularizado. Também declarou que o filósofo, de um modo geral, ao abandonar a experiência, teria cometido a mais penetrante, impregnante falácia moral: a negligência do verdadeiro contexto de investigação. (PAPPAS, 2008)

Dewey salienta, entretanto, que a inventividade, o amor à descoberta, devem ser maiores do que o costume da acumulação indutiva de dados. Para tal, cita o cientista britânico C.D. Darlington², que declarou naquela ocasião que importantes avanços científicos se deram em condições pouco previsíveis, viabilizadas por pessoas menos credenciadas (no sentido de não possuírem o melhor perfil de pesquisador para o que investigavam), como a descrição da bactéria, o isolamento do oxigênio, a teoria evolucionista (Darwin fora considerado inapto a lecionar zoologia ou botânica na universidade), entre outras conquistas. O cientista inglês concluía: “Precisamos de um Ministério da Inquietação, de um manancial regularizado de aborrecimentos, de um destruidor da rotina, de um sabotador da complacência” (Darlington, apud Dewey, 1959c).

Uma interessante abordagem é feita acerca da tênue linha divisória existente entre aquilo que na ciência se denomina hipótese e na filosofia, especulação (geralmente com desdém). As hipóteses filosóficas que se consagraram no passado tinham como característica marcante maior campo de referência e aplicação, não pretendiam ser técnicas, pontuais, e sim ter um alcance humano e profundo. Com o projeto de reconstrução filosófica, não é fácil antecipar sua aplicação, podendo se configurar como ocorrência filosófica ou científica. Essa classificação torna-se tranquila após o evento. Dewey discrimina a ciência da filosofia a partir do campo de aplicação (Dewey, 1959c, p.26), a extensão das formulações. Se estas forem aproveitadas na conduta imediata e experimental, teremos o fazer científico. Isto não desabona a ciência, como algo fútil;

² DARLINGTON, C.D. Conferência em memória de Conway, sobre O Conflito entre a Sociedade e a Ciência, Londres, Watts & Co., 1948.

ao contrário, confere-lhe legitimidade. O autor nos lembra que foi durante a modernidade que a pesquisa assumiu a forma de discussão, abandonando os fortes vínculos de poder que a velha cosmologia greco-latina exercia sobre a ciência. Nesse cenário histórico-político, segundo Dewey, a filosofia separou-se da ciência, tendo em Newton (1643-1727) um exemplo significativo: sua filosofia natural se contrapunha à metafísica e a moral, muito embora escrevesse trabalhos até mesmo sobre teologia.

1.3 O fim de um acordo

O autor pondera que o alcance e a interferência da ciência na vida nos pressionam e perturbam todos os aspectos do cotidiano – família, educação, artes, política, economia nacional e internacional. A vertiginosa velocidade das transformações não nos permite tempo para formular qualquer observação geral e mais inteligente das coisas. O discurso da *episteme* é denunciado por Dewey naquilo que produz de mais perverso: a não-reflexão. As transformações nos tomaram “de surpresa, como ladrões dentro da noite, e colheram-nos desprevenidos” (1959c, p. 28). O autor credits a isto o fato de que um acordo se fez, estabelecendo que as antigas instituições deveriam continuar legislando sobre assuntos éticos e ideais e, ao passo que a ciência provava trazer benefícios à humanidade em questões práticas, surgia uma tolerância crescente ao papel do laboratório, desde que não interferisse nas questões “superiores” e transcendentais. Segundo Dewey, esse acordo vaticinado por jurisdição originou dualismos que se tornaram a mais grave preocupação da filosofia. O contrato ruiu em meados do Séc. XIX, geração anterior à do autor. Aqueles que aceitaram a dicotomia material / espiritual eram os mesmos que acusaram os cientistas naturais de toda sorte de abusos, de transgredirem os limites que lhes cabiam, em teoria e prática, atuando sobre questões de atitudes e comportamento que somente diziam respeito às autoridades “superiores”. Todo o estado de desordem, conflitos, angústias, teria origem na falência desse acordo. Dewey defende esta asserção, desde que se a compreenda com maior profundidade, dentro de seu projeto de reconstrução. Ela funciona como o indicador do centro do problema.

Eis o que declarou o autor sobre tal:

A alternativa é a reconstrução generalizada e de tal modo fundamental de nossas ideias à luz da noção de que, embora os males presentes resultem da penetração da “ciência” em nossos modos de viver, é todavia inegável que eles são devidos a não havermos, até o presente, enviado esforços sistemáticos no sentido de submeter a “moral”, subjacente aos velhos costumes institucionais, à pesquisa e à crítica científica. Este o trabalho reconstutivo que à filosofia compete executar. Cabe-lhe o empreendimento de realizar em prol do desenvolvimento dos processos de pesquisa, na esfera dos problemas humanos, e por conseguinte na esfera da moral, o mesmo que os filósofos dos derradeiros séculos fizeram pelo progresso da indagação científica no campo das condições e aspectos físicos e fisiológicos da vida humana. (DEWEY, 1959c, p. 30)

Notamos no fragmento supracitado que o filósofo norte-americano apresenta, em uma primeira impressão, o discurso científico num plano superior ao da moral; caso contrário, proporia o inverso: que a pesquisa e a crítica científica se submetessem aos antigos valores cristalizados socialmente. Mesmo o adjetivo “velhos” nos garante clareza acerca da escolha do autor. No parágrafo seguinte, este apresenta uma ressalva que ameniza seu posicionamento, declarando não negar que o ingresso da ciência nas atividades e interesses humanos contenha sua face destrutiva. Vale-nos ressaltar que o filósofo se opunha à moral tradicional, sobretudo kantiana, cujos cânones nos remetem a imperativos de conduta apriorísticos e imutáveis, que se distanciaram em grande medida das demandas reflexivas do presente. (ARAÚJO, 2009)

Dewey propõe que a inteligência científica conduza a reflexão, a ação cognitiva sobre o mundo, fazendo com que as abordagens éticas e ideais (não no sentido racionalista) sejam consideradas, atualizadas pela *episteme*, para que a penetração desta em nossas vidas não seja maléfica. Peirce, conforme veremos mais adiante, já havia enunciado tal pressuposto, como um dos fundamentos do pragmatismo. O exercício pleno do pensamento ordenado corresponde à ação cognitiva por excelência. O crucial problema que se nos ergue à vista é o mesmo já mencionado (se olharmos os escritos deweyanos apenas como procedimentos de pesquisa e ciência): por mais amparados que estejam na lógica, poderiam eles versar sobre questões existenciais? Pois é esta a aposta de Dewey. Diríamos que uma tese central do pragmatismo. Os defensores deste, tais como Anísio Teixeira (1934), propõem que a cognição, capitaneada pela lógica epistêmica e pragmática, mais do que conduzir pesquisas, seja capaz de constituir-se uma arquitetura filosófica apta a nos orientar cognitivamente, de tal modo a resolver

todas as demandas da experiência de viver. Mais adiante³, retomaremos este aspecto, quando o autor nos alerta sobre os cuidados ao tentarmos imprimir à deliberação prática a verificação de uma hipótese, tal qual a processamos em condições de pesquisa.

Dewey reconhece que a defesa da ciência não pode se ancorar apenas no balanço das perdas e benefícios que tem ela nos legado, cômico de que estes se sobressaem facilmente àquelas. O autor assim mesmo afirma que os acusadores da ciência agem com extremo unilateralismo e desprezo pelas conquistas tecnológicas. Um eminente argumento deweyano em defesa do discurso científico é o de que este jamais se erigiu sozinho, “no vácuo”; ao invés disto, sempre operou dentro de um contexto institucional, anterior à hegemonia da ciência. Isto nos leva a inferir que não havia um projeto ideológico anterior à modernidade, uma “conspiração” que levaria ao poder a deusa *episteme*. Em verdade, seu caminho foi-se traçando de modo natural, caótico, ambíguo, misturado às antigas concepções sobre o mundo. Há um aspecto teleológico na leitura deweyana acerca dessa transformação através dos séculos. Temos a convicção de que não haveria como ser de outro modo. O pragmatismo nos deixa essa sensação, assim como o liberalismo, que também se originou das contingências e angústias da experiência humana. Cremos residir nisto a força de suas proposições, assim como seus limites. (PAPPAS, 2008)

1.4 A ciência não é uma instituição isolada

Um exemplo contundente que Dewey nos apresenta sobre o erro e a evidente distorção de considerarmos isoladamente o fazer científico é a fissão nuclear. Esta, com seus efeitos devastadores na guerra, é utilizada como arsenal de ataque à pesquisa. Ocorre, entretanto, que a instituição da guerra existe há muito mais tempo do que a investigação científica, pondera o autor. As tragédias decorrentes da quebra do átomo se deram justamente porque, na prática, a ciência não se separa de outras instituições humanas, como a política. **A reconstrução, segundo a concepção deweyana, é necessária, entre outras razões, pela parcialidade, incompletude e unilateralidade do discurso científico.**

³ Subcapítulo 1.7.4.5. e subsequentes.

Dewey considera Francis Bacon (1561-1626) o pioneiro do pensamento moderno, enaltecendo-lhe sobretudo a coragem em aventurar-se nas ideias de um novo espírito científico, embora sejam creditados méritos ao inglês que não são seus, como a criação do método indutivo (Dewey, 1959c, p. 63). Dewey elogia-lhe a proposição: “Saber é poder”. (RORTY, 2000) Esta deitou por terra toda uma tradição erudita, fantástica e litigiosa. O erudito, prestigiado no Renascimento, constituía-se de literatura clássica, elegante, e que servia apenas para decoração retórica; o fantástico correspondia à ciência quase mágica, tal qual a astrologia, “macaqueando” a forma do conhecimento genuíno; o litigioso seria para Dewey o aspecto mais importante dessa crítica baconiana: a ciência transmitida tortuosamente pela Escolástica, voltada sim ao poder, mas sobre os homens, em benefício de uma classe, seita ou pessoa, em detrimento do bem comum. Teólogos ardilosos tomaram para si sofisticados recursos argumentativos, a fim de vencerem seus interlocutores. Bacon não poupou sequer o método aristotélico que demonstrava e persuadia. O objetivo, maior do que conquistar a natureza, era o domínio da mente. A velha lógica se destinava a revelar o que já existia; em resumo, coadunando duas verdades: o enunciado universal oriundo do *logos* e a impressão particular dos sentidos. Em Bacon, nem o raciocínio lógico, nem o acúmulo de observações singulares são suficientes para se obterem as leis e os princípios científicos. (ARAÚJO, 2009) **Os fatos naturais precisariam ser forçados pela experimentação ativa a dizerem o que são, e o processo de como isto se dá é a base de uma teoria do conhecimento pragmática, segundo Dewey.** O fato de Bacon lançar-se ao desconhecido torna-o o pai da indução, não por tê-la criado, mas porque lhe conferiu um caráter profundamente transformador.

A lógica deweyana, entendamo-la como uma descrição do processo de conhecer verdadeiro, repudia em grande medida concepções tradicionais da lógica. Alçam-na à categoria de ciência suprema e legisladora, para em seguida designar-lhe a função de “guardiã de afirmações, tais como $A \text{ é } A$ ”, assim como as regras escolásticas do silogismo (p.137). Denuncia-lhe a arbitrariedade de reivindicar o poder de determinar as leis do universo, posto que descreve as do pensamento, a partir do pressuposto de que a Razão ordena o mundo. Embora professe leis que engendram o raciocínio necessário, a lógica não nos conduz a qualquer fato real, ou até daquilo que pudesse se constituir uma falsidade real.

As incontáveis divergências na lógica (exemplos: para certos autores, o juízo tem importância central; para outros, é pessoal e psicológico. Algo semelhante se daria com as noções de sujeito e predicado) levariam-na a uma situação ridícula e de inutilidade, se não tivesse a lógica importância prática. Dado que assim ocorre, temos então um sério enfrentamento, pois as divergências revelam incoerência intelectual. Para redefinirmos os pressupostos lógicos, devemos ponderar que a modificação no modo de pensar a relação experiência X razão, real X ideal, atinge em cheio a concepção tradicional da lógica de que professe um conhecimento formal. Esta jamais o será, feito outrora, se a quisermos como meio de descrever a reconstrução da experiência, do processo de pensar. O processo de raciocínio necessário dar-se-á tão somente na e por ocasião da experiência. Não será como em Hegel, em que “as estruturas do universo” são análogas às do pensamento, ou Lotze, que aproximavam o pensamento humano às elaborações do pensamento objetivo (Dewey, 1959c, p.139). Hegel e Lotze são apenas exemplos, assim como Kant, Aristóteles e outros, de arquiteturas lógicas que, para Dewey, se cristalizaram e desconsideraram a experiência. Mais do que isto: os objetos desta teriam sido divinizados, como em São Tomás de Aquino, procurando-se com isto a satisfação de desejos que a experiência não poderia suprir. (ARAÚJO, 2009) Não é nossa intenção mapear o contexto teórico de seus interlocutores, numa reconstrução histórica, embora seja esta um percurso deveras interessante.

1.5 Normas de uma arte de pensar

A lógica, segundo Dewey, é ciência e arte: ciência, à medida que descreve com rigor o pensamento em operação; arte, quando, partindo disto, garantirá ganhos futuros nessas operações, evitando enganos. Eis aqui outra proposição central do pragmatismo. Dewey determina que a lógica se debruce sobre um vasto e ilimitado campo de estudos empíricos, devendo reunir aqueles aspectos que entre si eram controversos – a prescritividade, normatividade, etc. – a serviço do genuíno conhecimento. Devemos ainda, segundo o autor, nos livrarmos da concepção fossilizada e patética de que a experiência apenas revele o modo como pensamos e a lógica determine as regras sobre a maneira ideal (melhor ordenação) de pensarmos.

A seguir, um trecho que nos esclarece sobretudo a concepção deweyana acerca de uma lógica genuína:

É precisamente na experiência que se patenteiam, de maneira convincente, as diversas consequências dos diversos métodos de investigação e raciocínio. A repetição, à maneira de papagaio, da distinção entre a descrição empírica do que realmente é e o relato normativo do que deveria ser não leva em conta o fato mais surpreendente relativo ao pensamento, tal como empiricamente é - a saber, sua manifesta exibição de casos de malogro e de êxito - ou, por outras palavras, os modos de pensar corretos e os incorretos. Quem quer que considere esta manifestação empírica não lamentará a falta de material, com o qual seja dado construir uma arte *reguladora*. Quanto mais se estudarem os depoimentos empíricos do pensamento real, tanto mais evidente se torna a conexão existente entre os traços específicos do pensamento que tem originado malogro e êxito. Dessa relação de causa e efeito, empiricamente averiguada, é que procedem as normas reguladoras de uma arte de pensar. (DEWEY, 1959c, p.140)

Notemos que a descrição do pensamento em ação deve se ancorar na experiência, consoante já declaramos, posto que esta é que pode legitimar qualquer método investigativo ou de raciocínio. A experiência, pela retina do método, nos revelará aquilo que foi enganoso, bem como o que significou êxito. Aqui temos um importante fundamento pragmático: o falibilismo. O malogro (não a falácia lógica) feito resultado é fundamental à lógica deweyana. Há diversas referências a este aspecto, não somente em Dewey, mas em Peirce, James e outros pragmaticistas. Vemos nisto consonância com a atitude científica da experimentação. Mais adiante⁴, abordaremos este pressuposto, quando serão analisadas as fases do pensamento reflexivo (esta expressão nos soa um tanto estranha, dando a impressão de que o pensamento seja algo compartimentável. Ao observarmos os escritos do autor sobre o tema, notaremos que se trata de algo sobretudo mais complexo e orgânico, nada simplório como sugere a expressão. Cremos, salvo melhor entendimento, que o termo “fases” seja uma dessas infelizes necessidades, inescapáveis, da língua e até dos registros filosóficos) Há uma índole de regulação da arte de como pensar e ainda o seu descrever, conforme verificamos no fragmento citado: da relação do pensamento hipotético com o real, que se perfaz na experiência, conduzindo eventos de êxito e fracasso, nascem os pressupostos da lógica de Dewey.

⁴ Subcapítulo 1.7.2.3.

Este critica a concepção tradicional, outra órfã da lógica (metáfora nossa), de que a matemática seja um exemplo de conhecimento nobre *a priori*, cujos conteúdos supraempíricos teriam, para um lógico moderno, “brotado de um jato, do cérebro de um Zeus, cuja anatomia fosse a de uma lógica pura” (Dewey, 1959c, p.141). Se for objeto de acurada verificação histórica, a matemática também se revelará um corpo sîgnico que evoluiu lentamente a partir da experimentação: alguns caminhos levaram ao acerto e outros à confusão. O que funcionou se universalizou, mas jamais fora uma intuição *a priori*.

Dewey declara que o pensamento se origina dos conflitos da experiência, que geram perturbações, instabilidades. A mente que não passa por obstáculos, gozando de vida fácil, sem enfrentamentos, não desenvolve a reflexão. Ressalta o autor que a característica de onipotência que algumas subjetividades apresentam também não propicia condições ao pensamento reflexivo, assim como a mente sob comando autoritário. Os obstáculos somente geram a reflexão, quando esta é a única saída para a resolução dos mesmos. (PAGNI, 2010)

Outros modos cognitivos de superação de problemas são enumerados, tais como “sonhos, devaneios, idealizações emotivas”. Até mesmo a histeria e desordem mentais descritas pela psicologia seriam maneiras buscadas pela subjetividade para resolver dificuldades. São estes expedientes pouco eficazes, segundo o autor, servem mais para nos livrar do mal-estar que causam os desafios e embates da experiência, ocultando-nos a consciência sobre tais.

O primeiro traço de ação reflexiva é a observação ampla e minuciosa do fato-problema, uma inspeção criteriosa, acurada, evitando pré-concepções idealistas. O que parece simples, na prática, se constitui um enorme e clássico problema para a pesquisa. Dewey denomina de sonâmbulos intelectuais àqueles que se afastaram da prática, não testando suas concepções, exaltando a teoria. O conhecimento gerado limita-se ao acúmulo de fatos brutos, sem uma reflexão ordenada e produtora acerca dos mesmos.

A ação reflexiva proposta pelo autor segue na direção de reconstruirmos a experiência (CUNHA, 2010), de modo que a observação dos fatos localize os problemas, numa estratégia focada nestes, eliminando o aleatório, emocional, fortuito,

confuso. Com o problema identificado, segue-se a inferência, de que trataremos mais adiante. Esta também se nos constitui uma certa segurança diante do futuro. A liberdade de ação, característica da ação inteligente, nos protege em boa medida do acaso e da fatalidade.

1.5.1 Abstração e generalização

Outro aspecto fundante na reconstrução da lógica em Dewey é o papel da abstração, que se constitui na formulação de enunciados gerais depreendidos de uma experiência, podendo ser aplicados a outra. Trata-se de uma liberação que, quanto mais teórica for e distante da singularidade se situar, maior será sua instrumental e aplicabilidade sobre os objetos da existência. A matemática é exemplo significativo da abstração a que se refere o autor. Há, entretanto, certa discriminação entre esta e a generalização, embora sejam afins. A abstração tem caráter liberador; a generalização é o uso do conceito de modo a amplificá-lo, em dada medida, na escuridão e no desconhecido, qual o propunha Bacon. Os conteúdos gerais nos propiciam economia de esforços, na medida em que condensam as experiências singulares e transportáveis a outras.

Ainda quanto à observação, Dewey defende que a classificação se proceda de modo a reduzir os fatos a significações e “quanto mais reduzidos em número, mais simples e mais extensos forem esses fatos, tanto melhor” (Dewey, 1959c, p.153). Assim como devem ter a capacidade de generalização, a ponto de dar conta de qualquer demanda de fenômeno. As classificações deverão ser em séries graduadas, da mais abrangente à mais específica. O objetivo despertado pelo obstáculo, este alheio ao pensamento, nos leva a “limitar, selecionar, concentrar, agrupar” (Dewey, 1959c, p.153). Estes aspectos constituem-se a base de seleção e organização dos elementos do proceder, segundo os fins e interesses que nos guiam. Embora submissa a um método, a classificação não é refém de concepções verbais ou mentais apriorísticas. O critério para tal é a exigência da experiência. A conduta objetiva no mundo, mais do que o agir resultante da relação interpessoal ou questões íntimas da consciência, confere às classificações conveniência, economia e eficiência.

Dentre várias analogias para explicar a classificação, Dewey usa a de uma selva retalhada por picadas e atalhos da experiência. A ação classificatória tornará este caos inicial um “ordenado sistema de estradas”, capazes de proporcionar o transporte e a comunicação, essenciais à pesquisa e, portanto, à própria ordenação do pensamento. Isto pavimentará o caminho para as operações dedutivas (Dewey, 1959c, p.153).

1.6 Um *telos* para o pensamento reflexivo: a verdade

Dewey declara que a reconstrução da lógica tende à verdade. A ordenação do pensamento reflexivo, nos moldes propostos, em sua teleologia sîgnica, conduz à proposição de que mais importante que o adjetivo “verdadeiro”, ou mesmo o substantivo “verdade”, passa a ser o advérbio “verdadeiramente”, posto que revela toda uma maneira de proceder, de que tratamos até este momento.

A seguir, um excerto que revela quanto o pragmatismo se difere em grande monta de outras vertentes filosóficas, na medida em que defende a verdade, postura evitada por diversas tendências, dado o caráter dogmático (herança da tradição clássica e por que não afirmar, cartesiana) que ainda se possa lhe atribuir:

A hipótese *verdadeira* é a que funciona adequadamente, e a *verdade* é nome abstrato aplicado ao conjunto de casos reais, previstos e desejados, que recebem confirmação em suas obras e conseqüências (DEWEY, 1959c, p.155, *itálicos do autor*).

Sendo o ponto de chegada da abstração, a verdade prestará serventia ao projeto de reconstrução da experiência, tal qual a teoria o faz. A hipótese verdadeira tem essa função primal na lógica deweyana, posto que fruto da sistematização acurada da observação. O autor ressalta que as antigas concepções de verdade, abissalmente enraizadas no espírito, constituem um enorme obstáculo à aceitação da noção pragmática de verdade. A existência era concebida como manifesta em dois reinos: um superior, em que éramos perfeitos, seres essenciais; outro inferior, onde vivíamos em nossa aparência, deficiência e fenômeno. A verdade pertencia ao primeiro reino; a falsidade, ao segundo. Dewey nos declara que a sociedade, guiando-se por diretrizes autoritárias, associou a verdade a um dogma, ferramenta de dominação. Por estimar sobremodo a ordem, buscava evitar a dor da evolução, considerando a mudança causa para desavenças. Buscou na fixidez e estagnação de valores ditos superiores um apoio

para se exercer o poder. Um pensamento libertário, norteado pelo futuro e incerteza, deveria ser combatido, uma vez que abalaria a tranquilidade das velhas concepções acerca da verdade, trazendo a perturbação e o medo.

Dewey nos revela que, embora os cientistas exijam que conceitos não devam nascer do nada e sejam impostos aos fatos, ficam hesitantes ao reconhecer que esta exigência corresponde a um ideal de verdade. Eis aqui, consoante já afirmamos, um pressuposto pragmático chave: **a verdade é fruto de uma cognição ordenada, uma lógica ancorada no viver, que tem nas realizações dedutivas, sua expressão final.** Segundo o autor, compreender o verdadeiro como aquilo que é verificado implica em uma renúncia a dogmas políticos e morais, abandono de pré-concepções secularmente arraigadas e queridas. Isto também significa abalo nas estruturas da autoridade e comando por parte da sociedade em todos os níveis. A nova lógica, embora tenha lançado um pesado fardo sobre os ombros de seus idealizadores, apresenta, dentre muitos outros frutos, essa nova asserção acerca da verdade.

Ao meditarmos sobre a relação pensamento reflexivo e linguagem, insistimos na proposição: a epistemologia, tal qual a propõe o pragmatismo deweyano é uma realização moral e política. Diferentemente do ranço dogmático que outrora carregava, a verdade, ratificamos, constitui-se a resultante do pensamento ordenado pelas ferramentas da linguagem (capitaneada pela inferência), que incluem, entre outras nuances, a assertividade como traço fundamental de legitimidade. Eis um postulado fundamental pragmático, sobretudo porque traz uma resposta nova às acusações feitas ao projeto da modernidade (Dewey não as negou, conforme já expusemos). **Se a mente científica, que se engendrara outrora espontaneamente, assumir os pressupostos epistemológicos deweyanos, terá a possibilidade de ser um instrumento não somente de avanços tecnológicos, mas também se conduzirá por caracteres morais, políticos e até estéticos.** Estes últimos se delinearão por uma compreensão experimental do viver em suas nuances qualitativas, pulsantes, unificadoras, propiciando-se uma recriação original, arrazoada, dos elementos da experiência.

1.7 Limites, diferenças e contiguidade entre a lógica formal e a lógica real (da experiência)

O projeto de reconstrução filosófica, ao propor que a lógica se torne uma leitura da experiência, não menospreza o valor das descrições formais do pensamento, um corpo de saber que nos fornece condição para visualizarmos a experiência como “produto” (Dewey, 1959a, p. 80). O conteúdo da lógica tradicional, qual a matemática, independe das ações, desejos, intencionalidade do sujeito cognoscente; o inverso também ocorre. Dewey descreve importantes diferenças entre a lógica formal e a lógica cognitiva real. Esta ocorre segundo os hábitos adquiridos. A mente esmerada, meticulosa, entre outras virtudes, certamente reúne condições de ordenar bem o pensamento, diferentemente daquela desatenta, indolente, passional, egocêntrica, dentre algumas vicissitudes, cuja reflexão tende a não encontrar bom termo. Em ambas as subjetividades, o que vemos é a distância que mantêm com os cânones do raciocínio necessário. Este apresenta formas imutáveis e ideais, como o silogismo: “Todo homem é mortal; Sócrates é homem; Logo, Sócrates é mortal”. O pensamento real é mutante, engendrando-se sempre em um contexto, considerando o assunto, dado que parcelas deste se nos apresentam como obstáculos, enfrentamentos, enquanto outras nos sinalizam com soluções e facilidades.

Em seu plano formal, a lógica não apresenta contexto, senão o das próprias formas. O pensar real se insere em contexto – situação de enfrentamento, externa à mente – . Dewey nos sugere imaginar quanto se distanciaria o silogismo de Sócrates do contexto de seu julgamento e morte: os discípulos ali, tal qual se apresentam no belo quadro “A morte de Sócrates”, 1787, de Jacques Louis David (1748-1825), indignados, calculando as chances de o mestre sobreviver.

Analisando desse modo (formal X real) o pensamento, um provocador antipragmático poderia acusar Dewey de cair nos velhos *frames* dicotômicos cartesianos, entretanto o que o autor propõe em verdade é que a lógica formal seja o “produto”, e a real, o “processo” do itinerário reflexivo. A ideia de continuidade que tanto caracteriza a lavra deweyana é fundamental para se dirimir essa impressão racionalista (uma afronta ao teórico pragmático). O autor nos adverte que a distinção não é fixa, tampouco absoluta. Denomina “psicológico” a todo o processo que envolve

uma gama de procedimentos, bem como o desejo e interesse pessoais; nomeia “lógico” o produto. Adverte-nos de que não afirma que seria lógico apenas o “produto”, e o itinerário percorrido algo contrário ao lógico. Ao produto, aplicam-se as formas herdadas e então temos um mapa de toda a ação; ao processo, imprimimos-lhe um método lógico. Quando alguém fala com logicidade, lembra-nos o autor, não o faz com silogismos, todavia revela razoabilidade, ordem no agir e falar; aquele que procede de modo ilógico caminha sem norte, muda de objetivos sem o saber, vivencia o acaso, precipita-se em conclusões, afirma contradições, enfim apresenta uma conduta incoerente (Dewey, 1959a, p. 87).

1.7.1 Relações entre o ambiente e os seres: adaptação recíproca; o entorno físico e cultural

Os organismos vivos, lançados à experiência biológica, são impelidos a responder às condições que lhes impõe o meio; isto faz com que aqueles se transformem, assim como também modifiquem o seu entorno. (CUNHA, 2010) Com os humanos não é diferente, declarou Dewey. Quanto mais desenvolvida a experiência – adaptação recíproca – , maior será a transformação dos seres e do ambiente.

Os problemas relacionados às condições culturais e suas causas, entretanto, não somente representam características em grande medida diferentes, como também podem ser delineados de tal sorte que o método de pesquisa possa coordenar a reflexão no sentido efetivo de uma solução para os mesmos. A própria investigação e a estrutura do pensamento reflexivo são produtos culturais. Cremos que isto autoriza a metodologia ao empreendimento em questão. Para uma compreensão mais acurada da experiência do humano com o meio, **é preciso perscrutarmos a relação do pensar reflexivo com a linguagem.**

Quando o autor afirma que há sensíveis diferenças entre a experiência humana e a de outros seres, isto faz, cremos, referindo-se às modificações físicas do ambiente, promovidas por um conjunto de costumes, tradições, ocupações, interesses e fins que tanto caracterizam a cultura. Em via de mão dupla, temos que as respostas do externo também serão transformadas. O impacto ambiental ocasionado pela derrubada de uma área de floresta para construção de condomínios, exemplificando, fará com que o meio

“responda” diferentemente do habitual, com o quase desaparecimento da fauna que ali habitava, entre outros efeitos. As respostas oriundas da relação entre os organismos e o meio e vice-versa são o produto do que a linguagem, engendrando significados às coisas, foi capaz de construir. (PAGNI, 2010)

Dewey afirmou que a significação dos objetos evidentemente varia conforme o grupo de seres que os concebe. Para tal, utiliza o exemplo de rochas minerais. O significado destas, para aqueles que vivem da exploração do minério de ferro será sobremodo diferente da concepção sobre as mesmas que uma ovelha, tigre ou agricultor terão. Esta inferência, embora pareça simplória, revela um pressuposto pragmático central: a experiência biológica constitui-se um todo de que o elemento humano faz parte, ainda que a cultura apresente evidentes diferenças com relação às transformações do meio. Este não é, no caso dos humanos, apenas físico, mas também cultural. Uma notável diferença entre a experiência da humanidade e de outras espécies é que o ambiente físico se incorporou de tal modo ao cultural, que nossa interação e os problemas advindos desta se apresentam profundamente alterados, em comparação à experiência de outros animais. Não há precedente biológico que se compare ao humano, com relação ao desenvolvimento da experiência, sobretudo porque nosso meio tornou-se físico-cultural.

Embora o autor reconheça que outros animais apresentem organização social (como as abelhas, formigas), esta se determina por estrutura orgânica e herança genética; no caso dos humanos, além destes aspectos, contam com o ambiente cultural. A passagem da conduta puramente orgânica para a intelectual se deve inequivocamente ao desenvolvimento da linguagem em conjunção com manifestações culturais mais amplas. Vale-nos ponderar que o autor rejeita a cisão tão propalada por outras doutrinas (como as racionalistas) entre o orgânico instintivo e o racional. Dewey via uma continuidade na emergência de novos modos de experiência. Nisto observamos o conhecido *telos* darwinista do pragmatismo, conforme apontaram autores como Cunha (2010).

A linguagem tem, entre outras entidades, ratificamos, importância absoluta ao ambiente cultural, posto que se constitui fator de transmissão de hábitos, imprime formas e conteúdos às atividades culturais, possui sua própria estruturação, que pode

também ser concebida como forma. **Toda a teoria lógica, segundo o autor, recebera decisiva influência das estruturas da linguagem, sobretudo com relação aos símbolos** que, apropriados à forma investigativa, incumbem-se mais do que da função original de meio de comunicação.

1.7.2 Linguagem, lógica e pensamento reflexivo (atuação do símbolo): traços da experiência

Dewey entende por linguagem num sentido mais amplo os enunciados orais e escritos, assim como os gestos, ritos, cerimônias, monumentos, produções artísticas e industriais, etc. Mesmo uma máquina simples ou complexa seria uma realização da linguagem. Um tear elétrico, para uma comunidade primitiva nada significa; este exemplo elucida a afirmação anterior. Os objetos criados pela cultura apresentam uma significação partilhada pelos membros de uma sociedade (Dewey, 1950, p. 61).

Outro aspecto da linguagem que a torna fundamental à experiência reside no fato de que aquela não somente transmite conteúdos de culturas não orgânicos, como se constitui em um modo de comportamento biológico que se realiza em continuidade e atendendo a imperativos naturais, muito embora exija dos indivíduos a adoção do ponto de vista dos outros, abandonando a perspectiva particular, que na vida orgânica tem maior destaque. A linguagem apresenta como referência primeira o(s) outro(s), com quem se estabelece comunicação. **Vemos nisto implicações epistemológicas – o símbolo como um operador central do discurso da investigação –, éticas – a necessidade de se considerar o outro, na construção dos significados da experiência –, políticas – a comunicação torna-se um bem comum, fator agregador, além de aspectos gnosiológicos, estéticos, etc. A linguagem faz com que todos esses aspectos se coadunem, de tal sorte que não se separem, a não ser por finalidade didática.**

Dewey ressalta que o sentido de um símbolo convencional não se apresenta em si mesmo convencional, uma vez que aquele

se estabelece por acordos de diferentes pessoas em atividades existenciais que fazem referência a consequências existenciais. O som ou traço existencial particular que representa o cachorro ou a justiça em culturas diversas é arbitrário ou convencional no sentido de que, embora não deixe de ter suas causas, estas não são razões. Mas na

medida em que se trata de um meio de comunicação, seu sentido é comum porque foi estabelecido por condições existenciais. (DEWEY, 1950, p. 62)

O autor nos lembra que uma mesma expressão, ao mudar de significado entre grupos e culturas diferentes, tal como ocorre com o falso cognato, ex: policy (inglês) – política, diretriz – e polícia (português) – instituição que faz cumprir-se a lei –, leva ao comprometimento do processo comunicativo, o que revela não somente “má inteligência” (expressão do autor, no sentido de obstrução lógica), como também a consequência não se restringe somente à ausência de compreensão. Seria errôneo imaginarmos que a falha lógica se refira apenas ao sentido do termo isolado, bem como crermos que o fato das pessoas recorrerem ao dicionário em busca do significado comum proporcionasse a verdadeira compreensão e o acordo. Na verdade, o entendimento ou desacordo se dão por ocasião das consequências do emprego da palavra.

A experiência humana se dá em um meio físico-cultural, mediada pela linguagem. A linguagem fundamenta a lógica; esta engendra o pensamento reflexivo. Eis a relação símbolo e pensamento reflexivo: o amálgama deweyano.

Em que pese o caráter abstrato da linguagem, tal como se pensa comumente, Dewey insiste na existência física desta: “sons, traços no papel, um templo, um estátua ou um tear”. Estes elementos deixam de ser apenas físicos, na medida em que se tornam entes de representação, compondo um meio comunicativo. O que torna signos os seres em questão é o acordo na ação, um consentimento comum que confere à convenção a índole de mediar e comunicar o sentido, promovendo também a possibilidade das partes envolvidas no processo comunicativo de partilharem respostas ativas e de responsabilizarem-se pelas consequências. (RORTY, 2000)

Uma vez mais notamos a indissociabilidade dos aspectos éticos, lógicos, políticos, entre outros, na concepção deweyana de linguagem. O primeiro dessa enumeração nos parece evidenciar-se, à medida que os falantes devam arcar de algum modo com as consequências existenciais da comunicação, ou não se comunicam verdadeiramente. Um símbolo somente se apresenta como operador da linguagem se demonstrar sua força na ação que impreterivelmente detém um caráter físico. Isto se

evidencia na comunicação oral, segundo o autor; na escrita, as consequências em conexão com os fatos existenciais tendem a encobrir-se, manifestando-se indiretamente. **Note-se que essas abordagens elucidam, salvo melhor entendimento, a relação visceral entre experiência e linguagem, tal qual a pensou o pragmatista, aspecto de máximo interesse nesta pesquisa.** A escrita e sobretudo a literatura reforçam a ideia de que as palavras são entes ensimesmados que mantêm indireta relação com a ação (entenda-se esta a experiência prática em comunidade), o que não raro nos leva ao esquecimento da conexão intrínseca da linguagem com a comunidade. As consequências do uso de elementos de linguagem, ratificamos, determinam o verdadeiro significado de qualquer signo, seja ele sonoro, visual, etc. Dewey rejeita de pronto a concepção de que linguagem seja apenas um meio de expressão de pensamentos ou ideias em si mesmas, independentes de sua força operativa no viver. Vemos nisto uma oposição evidente ao modelo sígnico saussureano – significado e significante – que cartesianamente não considerava a experiência; por extensão, somente poderia conceber como arbitrária a relação entre os constituintes do signo linguístico. Vale ressaltar que não é intenção nossa discutir nesta pesquisa a semiologia europeia. A menção a Ferdinand Saussure (2000) fizemos apenas para realçar a importância que apresenta o objeto (da experiência prática e coletiva) na concepção pragmática de linguagem, mesmo o caráter físico desta, e o fato de que tenha nascido de uma convenção, da atividade comum pactuada.

Dewey afirmou que nenhum som, traço ou elemento artístico se constitui isoladamente parte da linguagem. O resultado se estrutura na relação com outros do código. (RORTY, 2000) Quanto a este, o autor declara poder ser público ou privado. Para o primeiro, temos o exemplo da língua de uma nação; quanto ao segundo, engendra-se à medida que os signos sejam acordados por membros de grupos separados, de modo que somente os iniciados tenham condições de decodificar os enunciados. O exemplo deweyano fornecido são os marujos. A experiência específica destes trabalhadores determina um código privado. As diferenças entre a linguagem pactuada por todos e aquela restrita a certos grupos, insistimos, reforça a ideia de que uma palavra ou outro elemento de representação somente ganha seu significado na relação com o código a que pertence. (PAGNI, 2010) O autor faz uma distinção entre significados determinados pela direta conexão com a ação em situações presentes e outros construídos pelo uso possível em contextos remotos e contingentes, de modo que

esta díade fundamenta a caracterização dos códigos linguísticos como sistemas de dois tipos:

- *o símbolo da linguagem comum*, que a compõe muito mais pelo que aquele representa no conjunto de hábitos e expectativas do grupo, do que pelas recíprocas relações que mantenha com outros signos do código;

- *o símbolo científico*, que se submete a normas que transcendem o critério da aplicabilidade na ação do viver em comunidade; neste contexto, temos a epistemologia a determinar a estrutura do código, de modo que cada sentido que surja atrelado a um símbolo na linguagem científica o fará segundo sua relação com os outros elementos do sistema linguístico. A lógica epistêmica considera mais o código em si mesmo e a razoabilidade que o caracteriza, do que os hábitos culturais. A diferença entre os dois tipos de registro demarca o que se pode denominar linguagem comum e ciência. (Dewey, 1950, p. 67).

1.7.2.1 Signo-significado e símbolo-sentido; inferência e implicação

Dewey, a certa altura, faz uma distinção acerca dos elementos do código: o termo “signo” designa os sinais naturais e “símbolo” os sinais artificiais. A principal diferença entre ambos é que um signo natural se insere em um contexto espaço-temporal real. Como exemplo, temos o fumo que, em sua existência, detém qualidades observáveis que lhe conferem a capacidade de representar o fogo, todavia esta se nos revela limitada, se analisada em si mesma, restrita às condições de observação. Temos uma mudança total no contexto representativo, quando o sentido de “fumo” se relaciona a um som ou grafia. A característica de resistência se subordina ao mecanismo da representação. Mais do que podermos recuperar quando quisermos a ideia de fumo, sem a necessidade da presença do objeto, temos a possibilidade de incorporar o sentido deste a outra existência: a linguagem, quando se libera sua função representativa, não se atrelando mais às condições apenas de existência. Daí em diante, estabelecerá outras relações dentro do sistema linguístico. Quando o elemento “fumo” se encontrava em condições de signo natural, somente poderia representar o fogo, fumaça ou ainda algo como o ato de fumar, mas à medida que se torna símbolo e passa a compor outro

registro, o epistemológico, outros sentidos aparentemente sem conexão com o símbolo em questão surgem, como mudança de temperatura, constituição molecular, oxigênio, leis da termodinâmica, etc. A partir destas ponderações, Dewey passou a relacionar signo ao significado e símbolo ao sentido. Para o discurso teórico, o mais importante é que os signos operem de tal modo que as coisas existentes sejam prova da realidade de outras coisas, sendo estas mais inferidas do que observadas. Os símbolos (palavras), entretanto, nenhuma prova nos fornecem da existência dos objetos. O que se perdeu com isto compensou-se com a criação de uma nova dimensão: o discurso ordenado e arrazoado. Não há a necessidade de que os objetos expressos pelos símbolos existam em realidade, o que propicia à discursividade infinitas realizações, na medida em que se libertou das condições de existência. Poder-se-ia com tal, acusar o filósofo de negar em sua concepção epistemológica um pressuposto caro ao pragmatismo: a experiência, quando aquele defendia o registro arrazoado sem ressalva alguma, utilizando a matemática como exemplo de simbologia sem nenhuma relação direta com a realidade. Todos os que desse modo raciocinam levam adiante a velha e grosseira caricatura do pragmatista: um indivíduo preocupado somente com questões que tenham lastro nas demandas da vida prática; esquecem ou desconhecem o fato de que toda epistemologia não pode se limitar ao fenômeno objetivo, muito embora as raízes da representação remontem necessariamente ao objeto, conforme já afirmamos neste trabalho, ao citarmos o exemplo deweyano de Pitágoras. O fato de nenhuma prova de existência apresentarem os símbolos não significa que tenham sido cunhados aprioristicamente; em verdade, são oriundos da experiência.

Não fosse a distinção feita entre os dois planos de linguagem, tampouco existiriam as ideias como ideias ou as hipóteses com hipóteses, afirmou Dewey. (1950, p. 68) A mobilidade do símbolo-sentido tem imensa importância prática, todavia maior ainda é a relevância do fato de que **o elemento simbólico confere à investigação uma dimensão diferente daquela dos fatos existenciais.**

Para realçar a diferença entre signo-significado e símbolo-sentido, o autor apresenta o curioso e satírico relato de um visitante de uma tribo selvagem a quem faltava, para comunicar-se, o termo “mesa” (Odgen Y Richards, apud Dewey, 1959b, p. 69). O narrador da história, sabendo da dificuldade, bateu na mesa, perguntando ao grupo o que era aquilo que apontava. Um amigo afirmou que era “dodela”, outro

denominou “standa”, um terceiro afirmava tratar-se de “bokali”, o quarto referiu-se a “alamba”, o quinto proferiu “mesa”. No primeiro momento, o nativo surpreendeu-se com a riqueza vocabular do idioma dos amigos e, em seguida, foi descobrindo que o primeiro se referia à ação de golpear; o segundo, ao material de que era feita a mesa; o terceiro, à ideia de dureza; o quarto, ao material que cobria a mesa; o último, ao objeto mesa.

Do relato, Dewey destacou primeiro o fato de que a associação de uma palavra a um objeto não é suficiente para termos linguagem; conforme já enunciamos, as palavras somente “nos dizem o que querem dizer em conexão com atividades conjuntas encaminhadas a um fim comum” (1950, p. 69). Notemos que a ação de golpear a mesa, embora indicial, imersa na experiência prática, isolava-se em si mesma, segundo o autor, por não se assemelhar a outra situação, o que tornava o signo totalmente indeterminado, quanto à referencialidade.

O comprometimento da comunicação ocorreu pelo fato de o gesto-signo não se conectar a um significado partilhado, implicando em palavras - símbolos-sentidos - que conseqüentemente geraram confusão. O filósofo afirmou que a anedota prova uma vez mais que aos símbolos e seus respectivos sentidos faltava a condição de prova em relação à existência. No discurso ordenado, a relação de reciprocidade entre símbolos deve sustentar sempre a base para a realização das operações representativas, tornando difícil o entrave. Outro aspecto relevante, que suscita o relato, ao verificarmos o termo “mesa”, é o fato de que este, em sua adequada utilização, estabeleceu conexões com incontáveis outros sentidos, independentemente da presença real do objeto mesa. O autor afirma que **a relação signo-significado define a inferência, assim como o símbolo-sentido das proposições define a implicação**. A concepção de que a lógica é um exercício puramente formal se deve, entre outros fatores, por se considerarem sinônimos a inferência e a implicação, sobretudo pela independência que os sentidos simbólicos apresentam com relação à referência existencial.

Uma observação a que não podemos nos furtar é que o exemplo da anedota (e também do fumo) nos lembra que a díade signo-símbolo proposta por Dewey, embora revele certa cisão entre os planos existência e epistemologia, também revela uma continuidade, ao passo que o termo “mesa” permeia relações, ora na existência, ora na

discursividade científica. (SHOOK, 2002) Vemos nesta descrição um *continuum* de inegáveis e praticamente inextricáveis enlaces. Note-se que o relato contextualiza uma experiência em toda a sua possibilidade, tal qual a concebia o pragmatismo: o meio externo alterado pelo humano (mesa); este se transforma, à medida que expande sua linguagem (o nativo); o objeto físico-cultural (mesa) requer sua representatividade, enquanto signo-significado; este se traduz em sons proferidos que poderão se tornar símbolos-sentidos (“dodela”, “standa”, “bokali”), incorporando-se ao discurso científico. Para além da anedota, os símbolos poderão ser comuns ou científicos, ratificamos.

Seria um tanto artificial se realmente concebêssemos uma dissociação dos planos de linguagem, o que nos faria incorrer na impressão já comentada de que a lógica formal relação nenhuma apresenta com a lógica do cotidiano. Dewey, com o intuito de definir de modo rigoroso os limites entre estas, apresenta uma nova conceituação ao termo *relação*. A polissemia deste acarreta toda sorte de confusões conceituais, tendo como uma das consequências a imprecisão já comentada acerca dos termos *inferência* e *implicação*. A palavra *relação*, se quisermos concebê-la semanticamente, no contexto fronteiro da lógica formal / lógica da existência, segundo o descreveu Dewey, passará a encampar três significações diferentes (Dewey, 1950, p. 71):

- *relação* – revelará a ligação que os símbolos-sentidos mantêm entre si. Exemplo desta ocorrência: as proposições da linguagem matemática, descrevendo fenômenos da física.

- *referência* – designará a ligação que os símbolos-sentidos mantêm com a existência e como tal, com os signos-significados. Exemplo: proposições da física referentes ao mundo, à natureza; aquilo a que o autor denominou operações de aplicação.

- *conexão* (e complicação) – operará como elemento de prova final da referência ou “aplicabilidade válida”, tal qual resultante do confronto entre enunciados simbólicos e sígnicos, sobretudo daqueles resultantes das conexões que existem entre as próprias

coisas. As complicações existenciais destas entre si promovem a legitimação da inferência; sem aquelas não seriam possíveis as descobertas de futuras conexões no âmbito existencial. A tensão entre os entes deste engendra a inferência que, a seu turno, ordenará o pensamento reflexivo e sobretudo a lógica do viver.

Um aspecto curioso, que acentua uma vez mais a continuidade entre os planos da lógica formal e existencial, volta-se à pergunta: O que surgiria antes, na ação reflexiva: as relações entre símbolos-sentidos ou as conexões entre as coisas, assim como as provas resultantes destes embates? Dewey afirmou tratar-se de interrogações retóricas, uma vez que seria impossível “resolver a questão da prioridade histórica”. A nosso ver, a imponderabilidade dessa demarcação (do que viria antes: o símbolo ou signo) é sobretudo reveladora. A tendência de um leitor mais apressado seria afirmar que, consoante determina o credo pragmatista, o discurso da existência (capitaneado pela inferência) se anteciparia ao registro do arazoamento formal. Ocorre, todavia, que nossa capacidade de tratar as coisas como signos seria em grande medida limitada, se não fossem os símbolos (operadores capazes de sublinhar e reter as qualidades das coisas que, por sua vez, formarão a base da inferência). Uma vez mais, o autor utiliza o exemplo da palavra “fumo”, para sustentar tal afirmação. Não fossem as propriedades dos símbolos-sentidos, que relacionam aquele objeto a toda uma gama de caracteres sensoriais (e de outras naturezas), que o associam a outros seres, como o fogo, tornando-se o fumo signo deste, raciocinaríamos à maneira animal. Qualquer inferência seria cega e confusa. O que não estivesse presente à investigação seria uma antecipação vaga e indefinida, isto supondo que houvesse antecipação. O símbolo comum ou científico constitui-se, portanto, a base da inferência. Esta afirmação confirma, salvo melhor entendimento, quão amalgamado se nos apresenta o arranjo entre os registros do arazoamento (lógica formal) e da lógica da existência.

1.7.2.1.1 A degeneração simbólica, segundo a concepção deweyana

Voltamos uma vez mais à anedota do nativo que precisava saber como denominar o objeto mesa, para discutirmos, dada a importância do símbolo para a inferência, aquilo que pode levá-lo à degeneração. Entendamo-la como a perda da capacidade do signo de representar algo. Evidenciou-se-nos pelo relato que o símbolo se

legítima na experiência social, caso contrário, não terá cumprido sua função de veículo comunicativo, ou terá sido esta comprometida.

Estamos certos de que toda a crítica deweyana à tradição filosófica (destaque ao cartesianismo, que separou a teoria da prática, o pensamento do corpo e assim por diante) apresentada no presente capítulo, enuncia respostas ao problema da degeneração simbólica. Noutras palavras, o desprezo à experiência, na concepção do que venha a ser o conhecimento verdadeiro, parece se constituir, se pudermos eleger um fator central, o motivo de haver incontáveis conteúdos simbólicos, sobre os quais não temos nada além de uma memorização arbitrária, isto quando não desaparecem pelo completo esquecimento. (SHOOK, 2002)

Um símbolo se nos apresenta como um existente, elemento físico, em toda sua compleição, enquanto veículo comunicativo, por deter consigo a significação, declarou Dewey (1959a, p. 233). Esta seria o próprio objeto reapresentado pelo signo, transladado de sua realidade externa para a mente decodificadora. Tal característica signica nos impele a refletirmos sobre o que realmente se implica na ideia de significação. O autor afirma que esta somente se configurará a um indivíduo que tiver passado por uma experiência que houvesse exigido do mesmo a utilização de tal significado. Será imprescindível o contato direto do cidadão com o objeto mediado pela palavra, tal como verificamos com a anedota do nativo e o termo “mesa”. Dewey alertou que a atitude de atribuímos um sentido a uma palavra, sem estabelecermos vivência com o objeto representado, seria privar o símbolo de seu sentido inteligível. Não bastasse tal distorção, haveria também a tendência errônea de acreditar-se que a simples presença da palavra garantiria uma ideia ou inferência estruturada. O autor declara que crianças ou adultos são capazes de memorizar e repetir fórmulas verbais precisas, sem compreender o sentido das mesmas, quando muito deteriam noções vagas e confusas, sendo melhor a ignorância, que não raro se acompanha da humildade, curiosidade e mente livre para o aprender, do que a memorização de frases, podendo carregar consigo a empáfia da sapiência, obstáculo a novas experiências de aprendizado.

Conforme já declaramos, há um momento em que o símbolo se liberta da conexão com as condições de existência, potencializando infinitamente a discursividade e a epistemologia. O perigo disto é a aceitação passiva, inercial e preguiçosa de opiniões

de outrem, sem a verificação da assertividade das mesmas, reduzindo o “indivíduo a parasita da experiência alheia” (1959a, p.234). **Notemos a via de mão dupla do símbolo epistemológico: se, por um lado, lança-nos no desconhecido; por outro, poderá nos tornar meros papagaios, repetidores de fórmulas estereotipadas. Dewey denomina o símbolo que se esvaziou de sua índole representativa como sinal substituto.** Palavras sobre cujos sentidos não temos consciência verdadeira, assim como signos matemáticos que repetimos, sem nos importarmos mais com o que possam significar seriam sinais dessa natureza.

Há o reconhecimento por parte do autor das vantagens dos sinais substitutos, como a economia de energia que fazemos ao usá-los, o que nos facilita a aquisição de novos significados, que exigem maior esforço da consciência para incorporá-los. Outra mazela, todavia, oriunda da utilização desmedida dos signos memorizados, seria a suprema importância que a instituição escolar dá à técnica, à capacidade de repetir fórmulas, símbolos exteriores, tornando a rotina de aprender algo decorativo (o duplo sentido deste termo vai bem), mecânico e pior do que tudo isto: não reflexivo. O fato de deixarmos de investigar a relação que há entre o significado e o objeto, cunhada na experiência, configura-se como uma prática discursiva das mais repudiadas pela filosofia pragmatista.

1.7.2.2 A inferência; três relatos esclarecedores

Dewey nos afirma que o movimento do pensamento reflexivo entre a ausência inicial de uma ideia e a presença dela, tendo como meta o desembaraço de uma situação é que denominamos inferência. Esta se constitui o núcleo da ação inteligente. Afirma mais: não há pensamento sem inferência.

Na obra por ora analisada (Dewey, 1959a, p. 97-99), o autor nos fornece três exemplos (colhidos de anotações escolares) da ação deste mecanismo cognitivo. O primeiro relata a experiência de um estudante que teve que se deslocar para a região urbana, cujo destino era certa rua 124. Havia quarenta minutos para fazê-lo. De carro, levaria uma hora. Poderia ir de trem subterrâneo, ganharia vinte minutos, se comparasse ao automóvel, desde que houvesse alguma estação nas proximidades do endereço pretendido. Ser-lhe-ia possível ir de bonde aéreo, se também houvesse estação próxima

ao destino. Calculando perdas e ganhos temporais, opta pelo trem subterrâneo, conseguindo chegar no horário previsto. O autor caracteriza essa experiência como ordenada por inferência, a partir de um caso de deliberação prática. Assim a classifica por tratar-se de uma demanda de seu cotidiano, que não lhe exigiu grandes ordenações reflexivas.

O segundo evento relacionava-se à travessia diária de um rio, em que o estudante observava na cobertura da barca uma vara branca com uma esfera dourada na ponta. Primeiramente, pensou tratar-se de mastro. Sua posição deitada, sem carretilha, argola ou corda, não permitia içar-se uma bandeira. Pensou tratar-se de enfeite, todavia todas as embarcações apresentavam o mesmo objeto; talvez uma antena fosse, mas a posição retilínea indicava outra possibilidade; por fim, concluiu ser um sinalizador da direção em que ia a barca, hipótese que se confirmou pelos dados da situação: fácil visualização da vara pelo marujo, assim como dos rebocadores, etc. A essa experiência, o filósofo descreveu como ordenada por inferência motivada por uma observação.

No terceiro ocorrido, Dewey nos relata que, ao lavar copos com água ensaboada e quente, colocando-os de boca para baixo em um prato, o aluno verificava o aparecimento de bolhas para fora dos copos; estas, em seguida, passavam para dentro dos mesmos. As bolhas se formavam obviamente pelo ar que saía dos recipientes, bem como pela água ensaboada. O indivíduo indaga por que razões o ar saíria do copo. Não havia um elemento que entrasse por este que obrigasse a saída do ar. Surge a hipótese da dilatação, originada pela elevação da temperatura e/ou pressão e a pergunta: teria o ar interno ganho temperatura após os copos saírem da água quente? Considerando isto, o ar frio certamente adentrou o recipiente, quando este foi colocado no prato. A hipótese de que o ar quente gerava as bolhas em torno do copo e à medida que esfriava o interior, estas eram atraídas para dentro (o ar frio aproxima as moléculas), se verifica por experimentos subsequentes, realizados estudante. Com os copos em que não permitia a entrada do ar frio, não ocorriam bolhas; com outros, sobre os quais se depositava gelo, as bolhas não somente surgiam como adentravam os copos. A este evento, o autor denominou inferência obtida por experiência.

Estes três relatos foram escolhidos obviamente para melhor exemplificar a ação da inferência. O primeiro ilustra o pensamento que flui da vivência cotidiana e

rudimentar; o segundo reúne elementos da observação comum, não especializada e ocasional, que transitam para uma abordagem teórica e imparcial; o terceiro detém as características da experiência científica, em que todos os procedimentos _ identificação do problema apresentado, formulação da hipótese ordenando as maneiras de solução, elaboração dos testes – não ocorreriam sem prévios conhecimentos de natureza epistemológica. Servem os três episódios não somente como imagens da inferência, como também para demonstrar que todo ato inteligente transforma uma situação de ambiguidade e embaraço em outra, clara e definida (Dewey, 1959a, p.100).

O fato de a inferência ultrapassar as evidências daquilo que se conhece torna-a detentora de uma característica por nós já mencionada: promove “um salto do conhecido para o desconhecido”. **A inferência surge por intermédio da sugestão, esta é resultante de um estímulo sensorial ou da lembrança.** Ambos advêm da experiência, fruto inequívoco de uma cultura, depois de preferências, desejos, interesses, condição emocional do sujeito cognoscente. A sugestão, com sua força e inevitabilidade, surge com uma natural exigência de ser aceita, o que nos obriga a controlá-la, entre outras concorrentes. **A sugestão é o fundamento da inferência. A força desta se atesta pela prova.** É preciso que toda inferência passe pelo crivo da verificação e quando isto não for possível, que possamos discriminar entre as crenças baseadas em evidências da experiência e as que não são, estando prevenidos quanto ao tipo e aceitabilidade da inferência de que dispomos.

A verificação tem uma índole reflexiva. Os três eventos relatados por Dewey mostram que as inferências inerentes a tais revelaram-se verdadeiras, à medida que foram controladas e testadas. O autor conclui que a verificação se dá de dois modos: em pensamento (agir imaginado) e ação (teste exterior e concreto). O primeiro se revela nos relatos da viagem de trem subterrâneo e de barca; o segundo se expressa com os copos e as bolhas de sabão.

Dewey pondera que uma inferência provada dos dois modos é indubitavelmente melhor do que aquela que dispõe apenas do teste imaginado, entretanto declara que “em espécie”, os dois métodos de verificação não diferem. cremos que o autor defende esta noção sobretudo por saber que o ato imaginativo tem as credenciais da experiência, sem as quais não faria frente ao teste empírico. A legítima inferência tem, portanto, a índole

do movimento – um salto para o novo, que se realiza na conclusão, assim como reúne em si mesma a possibilidade de ser verificada na experiência – . O raciocínio inferencial, com esses caracteres, coincide com a noção de pensamento reflexivo. O autor afirma, todavia, que embora tratemos de proposição conclusiva, esta não se constitui uma conclusão final para o problema que se nos apresentou, mas uma chave para sua resolução. No primeiro relato, obteve-se o juízo: “O melhor meio de transporte (de onde o estudante estava) até a rua 124 é o trem subterrâneo” (parêntese nosso). Este enunciado formal tornou-se a chave para a real conclusão, também propositiva: estar presente ao compromisso assumido. Dewey retorna à discussão dos métodos lógico e psicológico, ponderando quão difícil se torna tentarmos aplicar aos fatos cotidianos proposições puras, ideais, começando e encerrando por estas as leituras da experiência. Muito mais producente é levarmos à imaginação o enfrentamento do embaraço inicial, que pela ação reflexiva, atingiu um estado de certeza, um desfecho desejado. Estes procedimentos é que engendraram a proposição formal (“O melhor meio de transporte [...] subterrâneo”) e a outra, de ordem psicológica (o cumprimento do compromisso).

A melhor maneira de identificarmos uma inferência genuína é perguntarmos se uma situação de confusão e conflito foi substituída por outra, ordenada e determinada. Embora possa formalmente estar correta, se não atuar sobre o que é vivido, de maneira imediata e pessoal, a inferência não cumprirá sua função mais relevante: conceder à mente a apreciação de novos significados, um mundo em que objetos ganham outra luz e melhor ordenação (Dewey, 1959a, p.106).

1.7.2.3 Fases do pensamento reflexivo

Ao descrever as funções essenciais do raciocínio reflexivo, Dewey afirma que os polos “situação problema e situação resolvida” são os limites de uma unidade de pensamento. Cunha (2010) nos lembra que, por mais rigoroso que se apresente o percurso investigativo, o conhecimento constitui-se um processo em permanente movimento, os resultados obtidos não são definitivos, podendo servir como chaves para novas investigações. A primeira surge-nos como detentora de nuances pré-reflexivas, lançando-nos às dificuldades de um enfrentamento, origem da reflexão; a segunda, pós-reflexiva, reserva-nos o prazer e a satisfação. Dentre esses limites, temos cinco fases caracterizadas. Buscaremos, para as descrições seguintes, além da obra já mencionada,

outro livro notório do autor⁵, já utilizado nesta pesquisa, tendo em vista a inequívoca importância daquelas para o pensamento de Dewey. Em *Como Pensamos* (1959), o autor busca analisar a cognição tal qual opera na experiência cotidiana, com vistas a um método que nos oriente frente aos desafios de viver; em *Lógica: teoria da investigação* (1950), ele se reporta mais à filosofia da ciência, a uma metodologia investigativa, consoante se expressa no próprio título. Parece-nos mais razoável embasarmos nossa análise nos dois livros, posto que se nos ativermos a apenas um deles, restringiremos nossas asserções, quer seja por aspectos mais ligados ao pensamento reflexivo na vida, quer pelos tais apenas com relação à pesquisa científica. Conforme enunciamos na introdução do capítulo, trata-se de um desafio que procuramos levar a bom termo.

1.7.2.4 Sugestão (atuação do símbolo)

No cotidiano, tendemos a agir de modo externo e progressivo. Esta ininterrupta atividade é abalada diante de um problema apresentado, embora a tendência de continuarmos agindo permaneça. Aquilo que nos ocorre fazer de imediato constitui a sugestão. Esta substitui a ação direta e possivelmente mecânica, antecipando uma maneira de agir. Sobre a sugestão, não temos o menor domínio, nenhuma ação intelectual, surge-nos aquela como um estalo, um clarão. Ser-nos-ia sobremodo mais tranquilo se apenas uma sugestão fosse apresentada à mente, para dar cabo ao embaraço encontrado. Ocorre, entretanto, que não raro duas ou mais sugestões surgem, colidindo umas com as outras, o que nos obriga à suspensão de juízos e inibição da ação direta; estes, fundamentais ao pensamento reflexivo (Dewey, 1959a, p.112). O autor declara que uma ideia, no contexto de pesquisa, nos surge como uma possibilidade, a antecipação de um evento, normalmente buscando fundamentação em observações controladas e maneiras sistematizadas de interpretação. E assim mesmo cremos que isto não impedirá uma possível diafonia entre as sugestões. Sendo a investigação o delineamento gradativo de um problema, assim como de suas soluções, as sugestões diferem em qualidade. O estágio da pesquisa é determinante na formulação de outras sugestões. Não há, entretanto, um caráter lógico para a sugestão: “Toda ideia se origina enquanto sugestão, mas nem toda sugestão é uma ideia” (Dewey, 1950, p.128). A condição para que uma sugestão seja considerada uma ideia é a sua potencialidade em

⁵ DEWEY, J. *Lógica, teoria de la investigación*. Prólogo y version española de Eugenio Imaz. México: Fondo de Cultura Económica, 1950.

resolver a situação problema. Para tal, o raciocínio procede a testes que submetem a sugestão a um funcionamento efetivo, quando opera de modo a organizar e relacionar fatos anteriormente não observados com outros, tornando a unidade reflexiva coesa e coerente. (PAGNI, 2010)

Dewey pondera que a sugestão não está presente à existência, entenda-se ao instante, o que faz com que os significados daquela sejam apresentados por símbolos. Não há, para o autor, uma ideia que não seja expressa por algum tipo de símbolo, posto que todo significado torna-se simbólico, constitui-se o corpo de uma ideia. A natureza de símbolo advém da existência, que o cunhou, sendo-lhe suporte e veículo de transmissão. O fato de poderem ser inspecionados e desenvolvidos revela também a característica de símbolo dos significados.

Em teoria lógica, a sugestão não recebeu o tratamento que deveria, declarou Dewey. Embora surja qual um lampejo, alheia a qualquer orientação cognitiva, consoante já afirmamos, **a sugestão fornece tanto as condições quanto a própria matéria das ideias. Estas, correlacionadas funcionalmente à percepção fenomênica, caracterizam o fato lógico, segundo o concebe o pragmatismo.** Os elementos perceptivos promovem a localização e descrição do problema; os conceituais, resultantes da sugestão, desenham um caminho para a resolução. A qualidade da investigação é determinada evidentemente por ambos, de modo a serem os conteúdos e ações norteados por essa conexão lógica, que será provada em sua condição de operar em conjunto, com vistas à resolução do problema original. (PAGNI, 2010)

1.7.2.5 Intelectualização - descrição do problema

O autor critica a postura de já termos de antemão os contornos de um problema, ou mesmo criarmos este “do vácuo”. Trata-se de algo artificial, “uma tarefa marcada”. Isto ratifica uma vez mais um pressuposto central pragmático: somente na experiência e por ocasião dela é que nos depararemos com uma dificuldade real, que tomará toda a situação, nos obrigando a ordenar a ação reflexiva. Dewey pondera que, se soubéssemos antecipadamente todas as nuances do problema, muito mais fácil seria sua resolução, citando o provérbio: “Uma pergunta bem formulada é meia resposta dada”. Isto faz para declarar que quanto maior a ciência do problema, mais efetiva se

torna sua solução; são ocorrências simultâneas. O filósofo usa a ilustração de uma vala com a qual nos deparemos pelo caminho. Vemos neste exemplo uma expressiva metáfora para o que seria a dificuldade de que tratamos, até mesmo pelos ecos que encontra na experiência humana, tal como ocorreu com Tales de Mileto (Século VI a. C.), ao cair no poço e ser zombado pela jovem da Trácia. A moça devia ser um ancestral dos pensadores pragmáticos. Esta jocosa impressão ganha corpo, se nos lembrarmos das críticas que Dewey teceu sobre tentarmos copiar modelos filosóficos do passado, sem a necessária adequação aos nossos tempos; poderemos ficar pensando “nas coisas do céu” e esborracharmo-nos em algum buraco, esquecendo-nos dos reais problemas que nos afligem. O fato de ser larga a vala, os barrancos mostrarem-se escorregadios, entre outros aspectos não enumerados, tudo isto denota a possibilidade de acidente e não simplesmente a presença do buraco. Nisto temos a definição do problema, suas facetas, localização. A este delineamento, Dewey denomina intelectualização.

A investigação promove a transformação de uma situação problemática em outra determinada, demarcada pelos passos do método. Um salto significativo da pesquisa constitui-se o mapeamento rigoroso daquilo que do problema são os problemas. Um equívoco neste aspecto pode significar um descaminho na investigação ou passe esta a ter menor relevância. A delimitação do problema, enquanto uma situação, determina em certa medida as sugestões que nos virão ao espírito, em que pese terem estas um caráter inicial autômato, conforme já afirmamos. Este delineamento, sobretudo com relação à escolha das sugestões que serão consideradas e aquelas a serem abolidas, é fundamental; assim como determina os dados da pesquisa que serão processados e os rejeitados. A maneira de concebermos o problema também orientará o valor da hipótese eleita, confrontada com outras, e a relação que estabeleçam com as estruturas conceituais (Dewey, 1950. p.126).

A ação científica, declara o autor, deve se guiar por problemas que se insiram na atualidade, para que a atividade investigativa se nos apresente útil e profícua. Problemas que não tenham a marca do presente, engendrados em si mesmos são, para o filósofo pragmático, desculpas a uma aparente atividade intelectual, que pouco nos acrescenta. Ainda quanto à delimitação, Dewey afirma que esta deva conter a referência a uma solução possível. A ausência de um indicador de tal natureza nos revela que o problema

epistemologicamente concebido não tem sentido, assim como os termos de seu enunciado.

1.7.2.6 Criação da hipótese

A primeira sugestão ocorre à nossa revelia, conforme já mencionamos. O controle se dá a partir da ação intelectual – todas as operações cognitivas no sentido de se delimitar a dificuldade, clareando seus contornos, quando nos vem uma possível solução –. Dewey (1959a, p.114) afirma que o exame acurado do problema faz com que revisemos, retifiquemos, ampliemos a sugestão primeira, de tal modo que esta ganhe caracteres de uma hipótese. Para tal, o autor nos fornece o exemplo do médico, ao examinar o paciente, ou do mecânico que verifica o mal funcionamento de uma máquina. A única certeza que se tem é a de que algo está errado. O profissional sem prática agirá ao acaso, guiando-se por sugestões; outro, melhor preparado, procederá a uma rigorosa observação, empregando para tal todos os procedimentos e técnicas, bem como a experiência adquirida para o reconhecimento da doença, ou defeito da máquina. À medida que surge o diagnóstico, engendra-se a solução. Isto não significa que será definitiva. Caso a complexidade do problema se revele maior, inviabilizando a primeira hipótese, o profissional não impedirá que nova inferência lhe venha ao espírito. A primeira terá a função de “ideia guia”, hipótese de trabalho, ordenadora da observação. Deste modo, a sugestão inicial (aquela que prevaleceu sobre outras) e a delimitação intelectual do problema são controladas de tal feita que a primeira adquira feições de hipótese verificável (preferencialmente medida) e a segunda, contornos adequados; noutras palavras, uma questão de pesquisa que faça valer a investigação.

Num contexto de pesquisa científica, a enunciação benfeita do problema já supõe uma possível solução, ratificamos. Isto significa afirmar que a hipótese se engendra de modos distintos no viver e na pesquisa. Nesta, ela se desenha quando o problema se nos configura metodologicamente; no cotidiano, a concorrência entre sugestões, dá-se de forma mais espontânea. Cabe-nos aqui refletir sobre uma questão relativa à investigação: quando o autor afirma que o problema benformulado já sinaliza para uma hipótese, não teríamos nisto uma limitação epistemológica? Como ficaria o aspecto “inventividade” de que tratou Dewey, ao citar Bacon? Esta se apresentaria então na formulação do problema? Há um questionamento clássico em pesquisas qualitativas

que trata da seguinte nuance: até que ponto o pesquisador, ao eleger seu objeto de investigação, e com este enunciar o problema, já não terá eleito as respostas que se coadunam com a hipótese? No método de investigação deweyano, não há esse mal-estar, desde que se não deforme o objeto, a serviço das respostas buscadas. Assim mesmo, temos a impressão, ao verificarmos os escritos deweyanos, de que se torna um tanto espinhoso escapar da pecha de ser o método pragmático algo estéril, fazendo-nos lembrar a indução aristotélica (as duas obras por hora analisadas afirmam que a boa delimitação do problema supõe a solução do mesmo).

Creemos que a solução que se esboça, quando da instituição do problema, assim o faz, tendo em vista ser o ambiente controlado; o que certamente não ocorre no contexto da vida prática. Estamos certos de que mencionarmos essas diferenças entre as situações do cotidiano e da investigação científica torna nossa análise (da lógica deweyana enquanto ordenação do pensamento reflexivo) mais coerente, bem como nos desafia a meditar sobre tudo o que as relaciona em contiguidade.

A hipótese verdadeira é a resultante de um processo que articula proposições estruturadas por símbolos, segundo já mencionamos, o que constitui o próprio discurso epistêmico. Dewey declara que quando um significado sugerido é aceito de imediato, temos uma pausa na investigação. Mesmo que seja correta, a conclusão não terá a fundamentação que exige o método. Seria o exame do significado nele mesmo o modo como se procede à verificação com fins de aceite imediato. Trata-se de investigar não somente o símbolo em sua natureza intrínseca, como também sua relação com outros do sistema a que pertence. A relação entre tais engendra a proposição. Ao passo que esta se consolida, o que temos é a aceitação de seus significados, que nos encaminham a outras relações simbólicas, configurando-se todo o sistema conceitual. (PAGNI, 2010) Essa rede de significados, coadunando-se, consoante as operações do discurso, promove o aparecimento de um símbolo considerado relevante. Esta significação tende a ser, pelo exposto aqui, mais razoável do que a ideia original. Uma diferença considerável entre ambas é que a primeira sinaliza com possibilidades de teste de sua aplicabilidade; a segunda comumente não proporciona as mesmas, pelo contexto de vaguidão ou incerteza que possa tê-la gerado.

Quando elegemos a hipótese, estabelecemos relações entre tal e outras estruturas conceituais, de modo que aquela inferência receberá contornos que a tornarão apta a conduzir o experimento. Este revelará, com o rigor procedimental que o caracteriza, a aceitabilidade ou rejeição da hipótese. Pode ainda o experimento determinar mudanças nesta, para torná-la aplicável, o que significa ser o símbolo hipotético uma forma também de interpretação e organização dos fatos do problema (Dewey, 1950, p. 130).

Dewey ressalta que, em contexto familiar, a hipótese-significado pode de antemão ter sido aceita pela análise de resultados de experimentos anteriores; a aplicabilidade se legitimou pelo hábito. Embora reconheça a razoabilidade do procedimento, o autor aponta a falta de fundamento lógico, se não se inscrever a sugestão em seu campo semântico específico, usando uma metáfora deweyana, a “constelação de significados” a que pertence deve se sobrepor aos experimentos pretéritos. Disto deduzimos a importância dos símbolos que, certamente, são oriundos, dentre outros aspectos, da experimentação.

1.7.2.7 O raciocínio - atuação sobre a hipótese

Assim como os fatos da observação pertencem ao domínio natural, levando-nos à formação de sugestões, hipótese, a inferência (ou sugestão considerada) determina toda uma cadeia de procedimentos lógicos, relativos ao que já se conhece, atalhos para ser transmitido este legado; aspectos estes que concorrem para a ampliação do conhecimento acerca do problema apresentado. Dewey retorna ao terceiro exemplo – copos e bolhas de sabão – para ilustrar o que pretende conceituar, a partir da expressão “raciocínio”: a noção de calor, fundamental à hipótese formulada, somente foi possível pelo pretérito conhecimento do indivíduo sobre tal, assim como a dilatação produzida e a relação física que mantinha com a constrição do frio; essas associações é que viabilizaram a boa ordenação do pensamento científico. A concepção de calor, se dissociada das mesmas, ainda que fruto da observação do meio em que ocorria, não teria o menor proveito. O autor afirma que **há situações em que a maior complexidade leva a longas cadeias de raciocínio lógico, as ideias se associam umas às outras, sempre legitimadas pela verificação anterior.** A segurança desses elos dependerá do domínio que o espírito detém sobre o conhecimento em questão. Este depende da experiência e preparo anterior à pesquisa, como do estado cultural, científico, da época e

do lugar. O raciocínio atua sobre a hipótese, assim como esta o faz sobre a situação problema. Aquele envolve todas as conjecturas, mesmo as tais cujos testes esboçados revelaram ser absurdas, até as mais plausíveis, sendo que o raciocínio procede a um desenvolvimento destas, em busca das resoluções, promovendo os testes antecipados, imaginados, da conjectura considerada, tal como ocorreu com o segundo exemplo – a vara inferida como sinalizadora de direção da barca –. A veracidade da hipótese somente foi atestada, quando se consideraram todas as suas consequências. O conflito e caos em que convivem sugestões iniciais diafônicas são dirimidos pela ação do raciocínio, que não raro estabelece intermediações entre elementos que anteriormente poderiam se apresentar contrastantes. Um representativo exemplo fornecido por Dewey de raciocínio a operar essas relações é a matemática:

Em geometria, começamos com uns poucos conceitos simples, linha, ângulo, paralelo, superfícies formadas por linhas que se encontram, etc., e uns poucos princípios a respeito das igualdades. Sabendo alguma coisa sobre a igualdade dos ângulos formados por linhas paralelas, quando interceptadas por uma linha reta, e sabendo, por definição, que uma perpendicular a uma linha reta forma dois ângulos retos, prontamente determinamos, por uma combinação dessas ideias, que a soma dos ângulos interiores de um triângulo é igual a dois ângulos retos. Continuando a traçar as consequências dos teoremas já demonstrados, fica, afinal, elaborada toda a matéria relativa às figuras planas. O emprego de símbolos algébricos em séries de equações e outras funções matemáticas fornece um exemplo mais expressivo ainda do que se pode conseguir pelo desenvolvimento da relação entre as ideias (DEWEY, 1959a, p. 117).

Dewey afirma que, quando a hipótese, legitimada pelo método científico, ganha uma expressão matemática, passa a ter uma possibilidade quase infinita de transformação. Vemos nessa proposição o caráter de universalidade que o conhecimento, segundo o pragmatismo, deve atingir. Um *telos* que na física nos sugere uma mão dupla dos registros matemáticos: ora servem como linguagem para descrição dos fenômenos, ora se apresentam como condição essencial a que logremos certas conquistas da física. Isto nos faz lembrar um antigo problema pedagógico: a matematização desta disciplina, a obrigação imposta aos discentes de decorar fórmulas, num evidente afastamento dos fenômenos, tornando estes pano de fundo a uma ciência formal, quando na verdade o inverso seria mais coerente.

1.7.2.8 Verificação da hipótese pela ação

O raciocínio promove o teste da conjectura por corroboração ou verificação experimental. Qual seja a hipótese adotada, trará sempre consequências. Até o momento da prova, a conclusão tem ainda caráter hipotético. O teste deverá confirmar as asserções da hipótese e certamente negar o que determinavam as sugestões iniciais concorrentes, o que nos fará aceitar a inferência escolhida. (PAGNI, 2010) A confirmação poderá ocorrer por observação direta, como no exemplo da vara sinalizadora da barca, ou se recorrendo a um experimento, em que se organizam os dados da realidade, de modo a se confirmar a hipótese, como no caso das bolhas de sabão e os copos, em que até o gelo serviu para manipulação da experiência.

Dewey declara que a verificação nem sempre corrobora a hipótese. Esta obviamente será desconsiderada, o que não significa desabono àquela unidade reflexiva. Para o autor, o fracasso nos ensina muito, quando habitualmente ordenamos a reflexão. Para a mente científica, êxito e insucesso têm a mesma função instrutiva. Este pode nos revelar, pelo fato de o termos seguido com um método, elementos essenciais talvez desprezados, que possuiriam até mesmo condições de alterar a hipótese escolhida. O fracasso poderia ainda enunciar um novo problema, bem como lançar luz sobre o antigo. Consoante já afirmamos nessa pesquisa, o falibilismo constitui-se uma das mais notórias proposições do pragmatismo. Diferentemente do cidadão pouco afeito à atividade reflexiva, o pesquisador tem no insucesso um fator estimulante a prosseguir com a investigação, um norte para novas intervenções. A noção de insucesso, tão cara ao ideário pragmático, quando aplicada à experiência de viver, apresenta, todavia, implicações sobremaneira mais sérias, com certos colorários de aprendizado similares aos da pesquisa e outros que somente por ocasião da vivência prática é que se manifestarão. Mais adiante, ao analisarmos um excerto deweyano, este aspecto será discutido.

As fases de uma unidade reflexiva descritas por Dewey não têm uma ordem estabelecida, tal qual aqui didaticamente se apresentam. O autor pondera que o raciocínio reflexivo opera de modo um tanto mais dinâmico e versátil. A sugestão pode ser transformada em hipótese, ou refutada, ou aperfeiçoada, o que nos encaminha a novas observações. Estas poderão traduzir novos dados, acurando a avaliação

daqueles que já temos em mão. É possível que a hipótese surja antes da delimitação do problema, ou em meio a esta. Mesmo o ponto de chegada da ação reflexiva – a verificação – poderá se constituir um novo problema, que engendrará novas sugestões. O pensamento reflexivo reúne em si, portanto, as etapas que transitam da situação pré-reflexiva até a verificação da hipótese, em um processo profundamente dinâmico e transformador. (Dewey, 1959a, p.119)

1.7.2.9 Diferenças entre as consequências da ação reflexiva na vida prática e na pesquisa científica

Com relação à verificação da hipótese, Dewey nos adverte da diferença entre sua realização na vida prática e na pesquisa científica. Esta última, por deter elementos controláveis, caracterizando uma situação de pesquisa e produção de conhecimento, certamente não tem o peso de experiência e seriedade que a primeira nos exige. A atitude verificadora, tomada na prática, pode ter consequências irreversíveis, irreparáveis, segundo o autor. Uma ação neste sentido, por mais razoável que seja a hipótese, tem o ônus de ser lançada no viver, não pertencendo mais ao conhecimento controlado. Convenhamos: há uma abissal distância entre o laboratório e o cotidiano das deliberações práticas. Nesse aspecto, poder-se-ia apontar uma fragilidade na lógica deweyana, uma vez que esta grosso modo propõe um método reflexivo oriundo da pesquisa, segundo já comentamos no item **1.3**, de tal sorte que nos oriente e conduza nas demandas da existência.

Seria um tanto ingênuo por parte do autor evitar discutir essa tensão. No excerto a seguir, Dewey nos revela asserções acerca da verificação controlada contraposta a assuntos práticos:

Um dos grandes valores do pensamento está, desse modo, em diferir a realização da ação, que é irreparável, que, uma vez executada, não se pode anular. Mesmo em moral e outros temas práticos, portanto, a pessoa que pensa trata seus atos exteriores como experimentais, tanto quanto possível; isto é, não podendo desfazê-los e devendo suportar as consequências deles, presta cuidadosa atenção ao que eles lhe ensinam sobre sua conduta, bem como às consequências não intelectuais. Das consequências da conduta, formula um problema, examinando as causas de que provavelmente derivaram, especialmente as causas que provêm de seus próprios hábitos e desejos. (DEWEY, 1959a, p. 119/120)

Notemos que o autor enaltece a qualidade do pensamento de discernir entre realização (pesquisa) e ação (vida prática). No plano desta, devemos estar muito mais atentos ao que os eventos nos acresçam à conduta, até mesmo àquilo que não passa pela intelectualização. Esta nuance nos chama à atenção. Fatos da existência poderão nos passar de modo que sequer possamos ter deles uma representação razoável. Quando Dewey afirma que a deliberação prática “não pertence ao conhecimento”, cremos que o faz considerando a situação de estarmos imersos na experiência, não mais a controlando, senão interagindo com seus elementos pela construção dos significados. Aquilo que nos foge desta seria não intelectualizado, como emoções vividas em uma conquista ou fracasso.

Ao transferirmos o método de investigação para o viver, temos nisto implicações morais. Apostamos que nossa conduta tem as credenciais de uma lógica arrazoada, o que não é pouco, convenhamos. As consequências desenharão problemas novos, conforme nos revela o fragmento. As causas serão examinadas, sobretudo aquelas que advêm de hábitos e desejos. Na situação de pesquisa ou na vida prática, as cinco fases do pensamento reflexivo constituem para o autor um esboço. Longe estão de constituir-se um roteiro, conforme já mencionamos. É possível a fusão entre duas delas, outras serem percorridas apressadamente. Uma fase poderá ser priorizada, dado o empenho de se atingir com maior agilidade a conclusão. A sensibilidade da mente científica é que determinará o melhor caminho, as regras da ação reflexiva. Não há um programa pronto e muito menos rígido com relação a uma unidade reflexiva.

1.7.2.10 Apontamentos sobre os objetos da investigação

Dewey pondera que é possível conduzir até certa altura a reflexão acerca de uma investigação sem efetuarmos distinções entre o senso comum e o registro científico. Há, entretanto, um momento em que aquelas devem ser motivo de análise.

Uma diferença relevante se dá entre seus objetos; assim ocorre obviamente por serem distintas as situações-problema em questão, muito embora os roteiros procedimentais lógicos basicamente sejam semelhantes. Problemas diferentes encaminham consequências e finalidades outras para a investigação. Nos registros da vida prática, ou senso comum, dado que vivenciamos relações e interações que

envolvem a busca da satisfação e utilidade, **a cultura de grupo determina os símbolos de tal discursividade**. Estes engendram um sistema que, segundo Dewey (1950, p. 65), é muito mais marcado por valores práticos do que intelectuais: tradição, interesses de grupo, comportamentos, instituições. A linguagem do cotidiano expressa os significados partilhados. Estes normatizam a ação do grupo com relação aos objetos (permitidos e não permitidos) de uso e prazer, assim como o modo de dispormos deles. Diferentemente do discurso do cotidiano, a linguagem científica se constrói por símbolos conectados entre si, por força de seu sistema, de seus significados enquanto significados, independentes de uma referência direta a valores de grupo. A linguagem científica prima por um sistema simbólico em que este é de tal modo hegemônico e abstrato que outras conexões que não se insiram no mesmo são preteridas, tais como aquelas que detêm valores de grupo. Na medida em que os significados se elaboram, fundados na concepção de reciprocidade, as relações registradas tornam-se os objetos da investigação.

Havemos de ponderar que, apesar de o autor ter declarado a independência do discurso científico (com relação aos objetos) referente a interesses de grupo, não podemos nos furtar ao fato de que, por mais herméticos e livres de pressões externas que estejam estes registros, o que não caracteriza o senso comum, os mesmos não se isentam de relações com a comunidade científica. Na verdade, cremos que Dewey, na abordagem em questão, afirma muito mais o que deveria ser o discurso científico, do que realmente este o é. Isto declaramos, exceto melhor compreensão, a partir de uma afirmação deweyana já feita neste trabalho, de que “a ciência não é uma instituição isolada”; caso contrário, não se construiriam armas nucleares, ratificamos o que declarou o autor. O que afirmamos não é nem tanto com relação a forças tão externas quanto a política, mas às pressões da comunidade científica que, antes de ser uma entidade abstrata, ordenada por símbolos e teoremas, é feita de pesquisadores que têm como objetos de pesquisa, conforme Dewey nos ensina, as proposições epistêmicas; entretanto não há como negar também a existência do uso e gozo, como objetos finais relativos à subjetividade do cientista, tal qual a descoberta da cura para uma enfermidade. Defendemos essa impressão por entendermos que o discurso do pesquisador, sendo este um indivíduo, funde-se, com seus interesses e inclinações da vida prática, ao ascetismo da discursividade epistemológica. Estamos certos de que o autor descreve as diferenças entre os registros cotidiano e científico, por razões

didáticas; o fato de tê-los analisado não raro em relações de similaridade revela-nos quanto reconhecia a implicação de um em outro.

Dewey, cromo-lo ciente dessa crítica, afirma que os objetos científicos são independentes da limitada e direta referência ao ambiente enquanto contexto para objetos de uso e gozo, dado o caráter abstrato que tanto delinea o verdadeiro objeto científico. Este é uma relação, o que vem a determinar também sua índole generalizante. Temos nisto mais uma diferença entre senso comum e registro científico: as generalidades do primeiro dizem respeito, por exemplo, a questões familiares; aquelas do segundo estariam livres (com relação aos objetos, note-se) de restrições temporais e espaciais específicas, o que não significa evidentemente que o objeto científico não se refira a acontecimentos reais.

Entre as diferenças já mencionadas, Dewey também aponta os objetivos do senso comum e da investigação científica. Estes encaminham objetos distintos, o que não impede a compatibilidade de um padrão lógico para concebê-los. Os objetos podem ser ideacionais ou existenciais. Estes ordenam ações que requerem técnicas e órgãos de observação. Temos aqui o contexto existencial, anteriormente marcado por condições obscuras e que tendem a ser dirimidas pela ação reflexiva; os objetos ideacionais ou conceituais sinalizam com modos e fins de resolução, dirigindo novas observações acerca do problema.

Os objetos seriam os condutores das operações de uma unidade reflexiva. Consoante já enunciamos, esta se constitui dos momentos que ocorrem entre uma situação indeterminada e outra resolvida e unificada. As operações se caracterizam pelos dois tipos de objetos, que, a nosso ver, são condutas, assim como por uma mútua e funcional correlação.

Estamos cientes de que o aspecto por ora abordado se relaciona intimamente com as fases do pensamento reflexivo já descritas, em especial com a intelectualização – delineamento do problema – e o raciocínio – cadeia inferencial que ordena a investigação. **Tendo como função maior o controle e bom encaminhamento da investigação, os objetos ideacionais e existenciais são símbolos que comporão os termos que, por seu turno, enunciarão as proposições.** Estas deverão expressar as

mudanças da situação, proporcionadas pelas operações experimentais, inerentes aos objetos de existência. O raciocínio, enquanto objeto conceitual, não é capaz de promover as transformações pretendidas. Temos nisto a importância da relação de recíproca implicação entre as atitudes existencial e ideal.

1.7.2.11 Características do juízo

Juízos são segmentos reflexivos, escolhas que ordenam o pensamento. Estabelecem entre si relações de sustentação, rumo a uma decisão final. Dewey afirma que o juízo também é a resultante ordenada de um processo de investigação, seu objeto conclusivo. Nesse sentido há diferenças entre o mesmo e a proposição, se comparados. Esta tem como conteúdo enunciados simbólicos provisórios, ao passo que o juízo, pelo que expusemos no início deste parágrafo, bem como o fato de caracterizar uma ação reflexiva final, é uma conquista existencial, significando, entre outros aspectos, um ganho que em direito nos lembra a jurisprudência. É possível afirmar que todo juízo é uma proposição, mas nem toda proposição é um juízo.

Os vocábulos “afirmação” e “asserção” são empregados na linguagem corrente como sinônimos. Há, todavia, uma reconhecível diferença linguística entre tais: **a afirmação é um juízo formulado quando a matéria lógica se encaminha, o raciocínio se apresenta enquanto meio para que se atinjam objetivos; a asserção designa uma posição lógica conclusiva**, expressando também um caráter de insistência que não se vê na afirmação, tanto que o autor nos lembra ser possível trocar a expressão “afirmou-se” por “disse-se”.

Um exemplo de sentido preciso para o juízo seria o julgamento realizado por um tribunal, que procura decidir sobre uma questão que naquele momento se apresenta controversa. Uma causa inicial torna-se uma situação-problema que requer sistematização (Dewey, 1950, p. 139). A incerteza e discussão sobre o que se deve fazer, porque há um conflito cuja significação supõe uma rigorosa ação reflexiva, deverão encaminhar juízos. A atitude judicial é a ordenação de um problema, porque decide a condição existencial que influenciará toda uma atividade futura, para todos os envolvidos no julgamento.

1.7.2.12 Correspondência entre fato e conceito; importância da proposição

A sistematização do juízo é a conclusão da investigação, efetuada no decorrer da audiência. De uma parte, executam-se as tarefas relativas à formulação de uma proposição sobre os fatos que nos interessam. Os testemunhos referentes àquilo que foi visto e ouvido, provas documentais escritas, etc. Tal material nos lega a possibilidade de observação direta e traz inequívocas referências à realidade. À medida que cada parte na causa produz seu material de prova, este deve permitir o alcance de uma decisão determinada, uma solução para uma situação anteriormente indeterminada. A decisão se realiza em uma “reconstrução dos fatos”(Dewey, 1950 p.140). Isto nos faz lembrar que os julgamentos criminais têm uma etapa de crucial importância: a reconstituição do homicídio. Esta traz às mentes a certeza de razoabilidade de toda a cadeia inferencial a culminar com a sentença. De outra parte, as proposições se apresentam como conteúdo conceitual, quando se adotam normas legais com a finalidade de se estabelecerem uma admissibilidade, um sentido de pertinência, assim como o valor aos fatos atestados. O significado ou a importância das provas factuais são estabelecidos pelas normas do sistema jurídico existente. Seja qual for a estrutura conceitual que elabora os significados para uma querela jurídica, não são estes simples produtos dos fatos, pondera o autor, muito embora a jurisprudência seja sobremodo importante (ressalva nossa). Cremos, apoiados pelo ideário pragmático, que são aqueles o produto teórico da experiência lógica, no afã de julgar. Não vemos, se estamos certos, sensíveis diferenças entre um juízo formulado no contexto da magistratura e o ético de modo geral, posto que se trata de enunciados resultantes de uma cadeia inferencial ordenada, necessária, além do que cremos ser a ciência jurídica, em mui breve definição, o registro textual dos valores que a sociedade considera morais.

Vemos nessas abordagens acerca do juízo a ação dos objetos existenciais e ideacionais, de que tratamos há pouco. Dewey afirma que o ideal teórico almejado como norte para uma sentença judicial é aquele resultante de uma rigorosa rede de relações e procedimentos, de modo a se conceber a mais estreita correspondência possível entre os fatos e os significados legais. O juízo final obtido constitui-se uma sistematização efetiva. Quando se conclui uma causa, a decisão se concretiza em consequência da sentença judicial (Dewey, 1950, p.141). Esta, sinônimo de proposição, não se encerra em si mesma, mas se constitui uma decisão que norteará toda uma

atividade futura. O resultado da ação ordenada do juízo, afirmamos uma vez mais com Dewey, é a transformação de uma situação anterior indeterminada, para outra: um indivíduo que fora liberto, ou enviado à prisão, condenado a pagar uma multa, ou a pagar os danos à parte lesada. Este estado de coisas, declara o filósofo, configurando uma situação mudada e definida, é aquilo que materialmente se constitui a sistematização final do juízo. A sentença é uma proposição; diferente, todavia, de outras que foram enunciadas durante os debates judiciais. Por mais diafônicas que pudessem ser entre si, as proposições formuladas foram meios de se estabelecer a sentença, do mesmo modo que esta constitui um meio para se estabelecer uma nova situação de fato.

Dewey ressalta a importância das proposições intermediárias. Somente através de uma série de sistematizações destas é que se torna possível o julgamento conclusivo. Os juízos, cujos caminhos se fizeram de proposições, são reconhecidos e caracterizados pelas virtudes: apreciação, valoração e estima. À resolução que denota uma menor exatidão lógica, se comparada ao tratamento das causas jurídicas, nós denominamos opinião, para distingui-la do juízo ou asserção verdadeiramente justificada. Afirma o autor que, se a opinião enunciada tem uma fundamentação sólida, também podemos considerá-la produto de investigação, portanto um juízo. As valorações e apreciações têm um caráter provisório, voltam-se para os meios, não para os fins. Mesmo os juízos formulados pelas apreciações de um tribunal podem ser revisados por uma instância superior, que poderá deliberar novo juízo acerca de uma causa, determinando expressas modificações e quiçá a anulação de uma sentença anterior (asserção nossa). Os resultados dessas ulteriores investigações constituir-se-ão critérios para novas valorações.

1.7.2.13 Diferenças entre os termos “individual” e “singular” e suas relações com o juízo

Os objetos que constituem a matéria do juízo conclusivo encaminham a consciência a uma situação de individualidade. O termo “individual” tal como é usado por Dewey, no trecho da obra que tratamos por ora, nada tem a ver com a simplicidade dos elementos constitutivos da pesquisa, considerados em si mesmos. Ao contrário de cada situação analisada, revela-se amplamente compreensivo o caráter de individualidade do juízo conclusivo, inscrevendo em si distinções e relações diversas

que, apesar de tal complexidade, formam uma totalidade qualitativa unificada. Aquilo que se designa com a palavra “individual” deve ser distinto do que entendemos pelo termo “singular”. O autor nos lembra que este tem como traço característico a presença de um pronome demonstrativo tal qual: “este, aquele”, ou advérbio: “aqui, agora” e, em alguns casos, dispendo-se de nomes próprios. Ensina-nos também que a diferença entre o que é singular e o que é individual é a mesma que podemos verificar entre um objeto particular, ou grupo de objetos, e uma situação. Esta nos parece primar por ser única, contexto de uma unidade reflexiva; o objeto particular, seja ele conceitual ou experimental, traz a marca da singularidade. A sentença judicial, exceto melhor compreensão, seria singular em sua sintaxe, entretanto a situação que se desenha ao ser aquela proferida pelo magistrado é individual. Note-se a importância das concepções daquilo que exprima o singular e o que represente o individual para as proposições e juízos que culminam na conclusão do processo de julgamento.

A ideia de singularidade requer uma sinalização linguística, conforme os exemplos fornecidos pelo autor: “Este ou aquele astro, homem, rocha ou qualquer coisa”. A importância do singular se expressa na função de diferenciação e contraste. À medida em que se enfraquece a capacidade de referência concreta, esvazia-se a finalidade, quando o objeto se completa em si mesmo. O fato de o singular caracterizar a diferenciação entre os seres faz com que sua existência ocorra em campo sobremaneira extenso. (p. 142)

A noção de amplitude em que se dão os singulares contribui como instrumento na determinação de um cenário que, segundo o autor, não é por si mesmo completo e autossuficiente, constituindo-se um meio com o qual identifiquemos uma situação em relação ao problema apresentado pela investigação. Trata-se de um estágio desta que é crucial ao pensamento reflexivo, em especial à conduta de julgar. A singularidade seria a experiência captada em seus aspectos particularizados, matizes dos fatos e dos significados construídos. Exemplo nosso: Este cidadão furtou para se alimentar. Note-se o pronome demonstrativo conferindo a característica de distinção do ser. O contraste se verifica entre a ideia de indivíduo e sociedade, de um evento e incontáveis eventos da existência. O enunciado que formulamos como exemplo é uma proposição que se somará a outras, constituindo-se parte de uma situação problema; esta se define por individual.

Outra importante abordagem ainda sobre a singularidade diz respeito ao termo “dado” e sua ambígua significação. Aquilo que é “dado” no sentido estreito da palavra é o campo ou situação total. Com relação à ideia de singular, o sentido muda para o aspecto, momento ou elemento específico da real situação presente, cuja finalidade seria localizar e identificar toda a problemática com relação à pesquisa em seu caráter de execução: as variáveis tempo e espaço. O dado singular tem, segundo o filósofo, decisiva importância para que se determine a situação lógica dos dados. Estes não são isolados, completos ou autossuficientes. Conforme já afirmamos, os dados contribuem para a fixação do problema de tal maneira que se indique uma possível solução.

1.7.2.14 Sintaxe do juízo – sujeito

O enunciado de um juízo, segundo nos descreve o autor, ancora-se nos elementos lógicos: sujeito e predicado. O caso singular apresenta fatos que possuem uma dupla função: **captarem o problema sob análise investigativa e de fornecerem a matéria evidencial, com respeito a sua solução, aquilo que se conhece e denomina sujeito. O predicado corresponde aos conteúdos conceituais que buscam uma possível solução, de maneira a conduzirem as operações de observação.** A cópula se caracteriza por estabelecer a correspondência funcional e operativa entre sujeito e predicado. Há sujeitos que, segundo a lógica aristotélica, são produtos da natureza e se configuram objetos lógicos, tais quais a espécie; são elementos naturais, essências. Esta concepção acerca do sujeito (cremos não extinta em nossos dias) considera que somente as proposições que professem objetos substanciais possam compor um discurso racionalmente demonstrativo, aquilo que denominaríamos científico. Trata-se de uma teoria que elege o objeto lógico como representante da substância, de tal modo que o sujeito a esta corresponda. Dewey nos revela, entretanto, que o progresso científico deitou por terra a ideia de que os sujeitos sejam substâncias eternas, mesmo relativos a elementos de grande fixidez na realidade. Também a noção de que gêneros imutáveis são distintos das essências imóveis fora abandonada.

O autor atenta para um problema que surgiu, quando dessas mudanças (que, a nosso ver, revelaram em boa medida o desprezo epistêmico pela metafísica): se o sujeito não poderia mais se identificar com um objeto ou dado sensorial fornecido ao juízo, muito menos com uma substância ontológica, o que então poderia ser um objeto

legítimo (qual se apresentava enquanto substância), que em qualquer sentido pudesse desempenhar o papel de sujeito lógico? A resposta, segundo o autor, viria implícita no enunciado propositivo. O sujeito tem a inequívoca marca da singularidade, da existencialidade; um elemento ou vários, que se apresentem por termos como “isto”, conforme já afirmamos. Existem, entretanto, condições para que algo venha a ser considerado sujeito de um juízo:

1 – Faculdade de delimitar e descrever o problema, de modo a indicar uma possível solução. Em nota de rodapé, Dewey cita a teoria atômica de Newton, como sobrevivente da velha concessão às substâncias (essências) imutáveis. No contexto da teoria, o que o físico teria feito fora transferir os objetos lógicos do senso comum para o terreno do discurso científico. (Dewey, 1950, p 147)

2 – Deverá proporcionar à mente interpretante novos dados, estabilizados por juízos anteriores, cuja observação direta dos predicados, sinalizadores de soluções, possa uni-los à matéria tratada, formando um todo coerente. O autor a este considera um objeto substancial, como parte fundamental do enunciado lógico; de modo algum ontológico.

O sujeito promove a união de distinções coligadas. Essa faculdade lógica de agrupar, incorporar novas qualidades predicativas, além de se transformar por si mesmo em outro objeto, em nova unidade de diferenças intercoligadas, dá ao sujeito o caráter de propriedade.

Didaticamente o autor nos fornece um exemplo de proposição elementar: “Isto é doce”. O demonstrativo indica uma seleção restritiva, com objetivo definido, em uma situação que se nos apresenta complexa e indefinida, em termos qualitativos. O objetivo do operador “isto” é a obtenção de uma certeza, de uma definição como sujeito; eis o papel deste a cumprir. Considerando que o predicado “é doce” possa antecipar uma situação definida, o termo “isto” significará a capacidade de adoçar alguma coisa, correspondendo a uma expressão em que se determine buscar uma consequência perceptível ou que pelo menos possa registrar o resultado que se obtém com a operação: “Isto adoçará alguma coisa”. Na medida em que se conclui a situação, o operador “isto” será definitivamente qualificado como doce. Este fato, ressalta o autor, não se manifesta

na proposição (embora esta o possa registrar com o intuito de recordá-lo ou comunicar a informação) ou em símbolos, mas na e por ocasião da experiência. Dali por diante, definida a situação, o demonstrativo “isto”, como sujeito lógico, corresponderá a algo doce. Este caractere de modo algum ocorrerá isoladamente; ao contrário, conectar-se-á, de maneira definitiva, a outros observados. Essa conjunção de qualidades comporá novas situações, as quais incorporarão outras nuances. A qualidade “doce” é algo branco, granular, em certa medida arenoso – traços singulares do açúcar.

A substância, para o filósofo, representa uma determinação lógica, não ontológica, muito menos metafísica. **O exemplo do açúcar se caracteriza por substância tendo em vista ter atravessado certa cadeia de juízos parciais, realizada via operações que nos encaminham a resultados de ordem existencial, resultante também de uma variedade de coesas qualificações que desenham um objeto que pode ser experimentado e usufruído, posto que corresponde a um todo unificado. Sua índole de existência não depende de sua duração e nada se poderá dizer de sua imutabilidade.** Nisto vemos o quanto o pragmatismo se distancia do ideal cartesiano, que via no mel e suas transformações um motivo para crermos que somente a razão seria capaz de conceber o conceito de doce; a cera nos encaminharia ao engano, se partíssemos da observação desta para construirmos o conhecimento. O excerto a seguir ratifica o que Dewey determinou como caracteres do sujeito lógico:

O objeto, açúcar, pode desaparecer dissolvido. Ele será então posteriormente qualificado, é uma coisa solúvel. Em uma interação química a sua constituição pode ser mudada, por não ser mais açúcar. A capacidade de suportar esta mudança constitui-se de agora em diante uma qualificação somatória ou em uma propriedade de algo que é o açúcar. A condição – e só a condição que deve ser respeitada para que dali seja substancialidade é que certas qualificações dependam umas das outras como signos seguros que, verificando certas interações disto sigam novos resultados. Essa coisa se entende quando se diz que a substancialidade é uma determinação lógica, não uma primária determinação ontológica. (DEWEY, 1950, p.148)

Notemos a importância do signo para a noção de substância, no registro do pragmatismo. Para não tornarmos tautológica nossa análise, recomendamos que o leitor percorra uma vez mais nossas descrições de aspectos da concepção semiológica de Dewey⁶, sobretudo as contribuições deste para a análise do *continuum*: experiência –

⁶ Subcapítulos 1.7.2. e 1.7.2.1.

linguagem – lógica – pensamento reflexivo, tais como as distinções entre símbolo comum e científico, entre signo-significado (natural) e símbolo-sentido (artificial).

1.7.2.15 Sintaxe do juízo – predicado

Na estruturação do juízo, o predicado se forma, entre outros aspectos, por tudo o que surge à mente como solução possível, frente a uma situação problema, de modo a conduzir observações posteriores, inclusive experimentais. Isto nos faz crer que mesmo os testes da hipótese contribuem para a formação predicativa. A significação lógica desta antecipa o tratamento ao sujeito, a partir da relação entre os conteúdos existenciais e ideacionais.

Ainda com respeito ao exemplo “Isto é doce”, quando o demonstrativo vem valorado, antes que se cumpra a ação de experimentarmos o sabor doce, uma certa consequência também se antecipa, de modo a verificarmos uma direta conexão desta com a situação total. Se afirmarmos, entretanto, sem o evento da experiência: “Isto é doce”, teremos enunciado uma asserção imatura. A antecipação de um juízo não raro percorre esse momento. cremos que uma sentença judicial, salvo melhor entendimento, torna-se a resultante de juízos que, em menor monta, foram descartados. Dewey afirma que a antecipação tem o papel lógico de promover e gerenciar a observação experimental. Quando os resultados desta concordam com os fatos já descritos, de maneira que se configure uma situação unificada, a pesquisa tende a encerrar-se.

O autor nos aponta duas situações que fazem com que o predicado resulte em asserções prematuras, apressadas e portanto infundadas: quando a predicação se nos apresenta de tal modo a recomendar-se, sobretudo pela plausibilidade de seus conteúdos significantes, o que nos leva a não verificá-la operativamente; quando enunciamos predicados sobre os quais, embora se promovam operações de verificação das condições de fato e suas coligações uniformizantes, não se aplicam efetivas retificações.

Uma vez mais o filósofo critica a tradição racionalista com relação à teoria lógica que buscou assumir um critério final de verdade ou mesmo assegurar a pertinência dos conteúdos conceituais que formam o predicado, desprezando a contingência da observação sensível. Para o cartesianismo, a matéria dotada de forma

“racional” era considerada pela lógica clássica como constituinte de um plano superior de realidade; em oposição a este teríamos a matéria suscetível à captura sensorial pertencente a um plano metafísico inferior. (Dewey, 1950, p. 151)

Vale-nos apontar aqui, consoante já o fizemos, que as críticas deweyanas ao racionalismo também se estendem em certa medida ao ideário aristotélico. Com relação a este, sobretudo pela postura de perseguir juízos científicos com pretensões de torná-los verdades universais. Para tal, a figura dos corpos celestiais seria um emblema de sujeitos lógicos, sobre os quais formularíamos predicados necessários imutáveis, cumprindo-se o ideal teleológico que, quando muito admitia o acidente para a mudança dos seres, jamais uma identidade móvel, ou predicados resultantes de variações contingentes. Para Dewey, felizmente as conquistas gnosiológicas e metodológicas da ciência moderna destronaram os velhos cânones ontologizantes inaugurados por Parmênides (referência nossa). Isto faria com que eventos fugazes como o brilho de um relâmpago, sob o olhar epistêmico atual, apresentassem um caráter de estabilidade no discurso.

Ainda com respeito ao racionalismo, e ao “reino inferior”, Dewey afirmou que este somente se tornaria objeto de conhecimento verdadeiro se fosse considerado pelo material conceitual – predicados enunciados pelo espírito cartesiano, oriundos de estruturas cognitivas inatas; somente estas capazes de reconhecer o claro e distinto. Curiosamente, Dewey nos alertou de que havia uma tendência epistêmica recente para os seus dias de considerar o material conceitual como constituinte de um reino de possibilidades abstratas, que em si mesmo se completaria, em ruptura com indicações de possíveis operações a se realizarem sobre tal. A postura metafísica professada e designada seria sobremodo distante da ontologia clássica, muito embora conservasse o mesmo prestígio para os entes supraempíricos referente às funções lógicas destes.

Para o filósofo, os conteúdos conceituais e racionais são hipóteses. Se as concebermos de modo que abranjam maior compreensão, tornar-se-ão teorias. Tais quais equações algébricas, passam a ser mais abstratas do que qualquer situação existencial imediata. Justamente por tal motivo, esses predicados constituem-se instrumento de um amplo, indefinido campo de aplicação operacional; esta destinada a atuar de modo efetivo, quando especiais condições se apresentam. Em reação à postura

de se nos apresentar superior o material conceitual e defendendo a necessidade da experiência, da observação como balizadora da pesquisa, a tradição lógica empírica bandeou-se ao outro extremo. Dewey também teceu as mais duras críticas a esta vertente epistemológica, afirmando tratar-se de uma negação da necessidade lógica das significações e teorias conceituais, reduzindo os avanços da pesquisa à mera oportunidade prática. Embora tivesse que seguir a metodologia tradicional de investigação científica, o empirismo impregnou-se de uma formulação deformada, na tentativa de sujeitar a mesma aos resultados acriticamente aceitos de uma teoria psicológica subjetivista. A própria concepção de que temos ideias sensoriais acerca da realidade observada nos parece uma pecha empírica que traz resquícios de idealismo, e bem poderia ilustrar o que Dewey denunciava.

1.7.2.16 Sintaxe do juízo – cópula

Quando a natureza do sujeito e do predicado se revela verbalizada, é que podemos identificar a cópula. Esta é um termo do enunciado que sinaliza para um complexo de operações lógicas, sendo-nos impossível separá-la, ou considerá-la isoladamente. Sua função, entre outras, consiste em dois aspectos: expressar o ato da predicação – aquilo que se torna predicado e o da “subjetivação” – o que se constitui sujeito. Tem também a cópula o papel de contribuir para a contextualização de realidade de que se delimita o problema, fornecendo evidências e provas, assim como promover a correspondência funcional entre o sujeito e possíveis predicados, tais como ideias, hipóteses, significações.

O juízo tem uma estrutura em que sempre verificamos um caráter contraditório, uma vez que os conteúdos do sujeito e do predicado se distinguem e se coligam simultaneamente. A cópula desempenha este papel de fundir um ao outro. O pensamento reflexivo se expressa por uma linguagem, cujos juízos são temporais, não com relação à significação exterior, mas no sentido de que a matéria de seus enunciados é fruto de uma reordenação, da qual a finalidade seja o alcance de uma resolução e unificação. (Dewey, 1950, p. 151)

Um elemento linguístico que bem expressa o juízo é o verbo que indica ação e mudança. A expressão verbal (diríamos também copular) pode ter diferentes valores

temporais. A forma “é (ou está)”, em uma proposição cujo verbo designe uma relação não temporal e especificamente lógica, em muito se distinguirá da flexão “era” ou “será” e mais ainda da expressão: “O rapaz está na corrida”. Note-se que nesta há uma evidente referência à mudança, ao tempo e ao espaço. Quando afirmamos: “Isso é vermelho”, a menção ao tempo se esvai linguisticamente. Vale-nos lembrar que o demonstrativo não revela que a qualidade é permanente, atributo natural. A cor poderá mudar conforme a luz incidente. Podemos afiançar que o vermelho assim se mostra considerando apenas este matiz instantâneo da cor. Inferimos disto que a temporalidade, no exemplo fornecido, ainda tem uma certa relevância, em muito menor escala do que no enunciado: “O rapaz está na corrida”.

O autor afirma que um juízo completamente fundamentado requer condições as mais estáveis, o que nos leva a crer que a afirmação: “é vermelho” exprime mais um efeito, mudança e até a capacidade de transferir a cor a outros objetos, do que a índole de um juízo conclusivo. A cópula, como parte de um juízo, sendo aquela um verbo transitivo ou intransitivo, ou a polissêmica forma “é (ou está)”, traz normalmente uma inequívoca referência à realidade. Por outro lado, em uma notória proposição como: “A justiça é uma virtude”, a cópula exprime a relação entre duas abstrações ou significações, cujas consequências são não temporais. Dewey afirma que aquele juízo é um signo de uma relação lógica tal que em cada proposição na qual apareça a palavra “justiça”, haverá ali uma relação implicativa com qualquer outra proposição em que apareça a expressão “virtude”. O contexto do juízo formalizado determinará, sem duplicidade de sentido, se um verbo tal qual a flexão “é” tem uma força atrativa, reveladora de mudanças em ato ou potência, ou se expressa uma relação entre significações.

A cópula se desenha por ocasião do término da relação formal; sujeito e predicado definitivamente coligados em suas distinções, situados na ação, revelam a efetiva transformação da matéria tratada da situação inicial indeterminada em outra conclusiva e determinada. Conforme já declaramos com o autor, não há coerência em analisar a cópula isoladamente, devemos concebê-la como aquele operador lógico capaz de estabelecer todas as conexões aqui enumeradas.

1.8 Apontamentos conclusivos

Procuraremos fazer, nas próximas linhas, um apanhado daquilo que consideramos as ideias de maior relevância do capítulo apresentado.

A necessidade de um desmanche dos grandes sistemas filosóficos, para que lhes fossem restaurados os legados, de sorte que pudessem ser reapresentados aos nossos dias, com a mesma legitimidade vista quando do tempo de seus nascimentos, foi por nós enfatizada. Dois eventos em larga escala cronológica levaram o pragmatismo, segundo Dewey, a promover tal restauração: os avanços científicos e a democratização do ocidente. Esse resgate, com certo destaque para Francis Bacon, encaminha em boa medida as bases da arquitetura filosófica norte-americana.

Ao perscrutarmos a fronteira entre os registros do senso comum e científico, pudemos verificar que o contexto em que a experiência humana se configura envolve um meio físico-cultural, cuja mediação com esta se promove pela linguagem (comum a todos os seres). As ferramentas desta fundamentam a lógica, que ordena o pensamento reflexivo. Verificamos a simbiótica relação entre o símbolo (comum ou científico) e o pensamento reflexivo; o primeiro, embora apresente natureza física – ex.: palavra, escultura, etc. – passa a operar abstratamente como meio comunicativo, de modo que sua legitimidade se expresse nas situações em que os falantes, na ação prática, ao partilharem as respostas, responsabilizam-se pelas consequências do acordo comum. Sobre tais aspectos, o autor nos forneceu um relato-anedota acerca de um nativo de certa tribo, que procurava saber o sentido da palavra *mesa*; desta feita, Dewey propôs a distinção entre signo-significado (sinais naturais) e símbolo-sentido (sinais artificiais), que bem exemplifica o amálgama semiológico a que nos referimos.

A lógica pragmática, sobretudo deweyana, defende uma teoria do conhecimento que grosso modo elege a inferência como elemento central de nossas faculdades cognitivas. Partindo de uma situação problemática inserida na experiência, o pensamento reflexivo percorre de algum modo os aspectos: sugestão, intelectualização, hipótese, raciocínio e verificação. Para ilustrar a ação da inferência em uma unidade reflexiva, três didáticos exemplos foram transcritos: a viagem de trem subterrâneo, a

observação de uma vara sinalizadora de embarcação e uma experiência com copos, sabão e água quente.

Procuramos descrever atualizações de pressupostos da lógica clássica, ao transcrevermos e interpretarmos excertos sobre a estrutura do juízo – sujeito, predicado e cópula –. Após analisarmos o presente capítulo, cremos ser possível relacionar o conteúdo existencial (do sujeito) à vida prática e o ideacional (do predicado) ao discurso (e método) científico. Este juízo apenas confirma uma emblemática tese do pragmatismo que procuramos discutir: o viver deve ser conduzido pelo pensamento reflexivo. Há, entre este e o ideal democrático uma associação implícita a que não nos referimos, posto não ser o intento do capítulo e da pesquisa. A concorrência entre sugestões não raro diafônicas, mesmo de juízos também contrastantes entre si, nos remete à ideia de liberdade de pensamento (bem como às contradições resultantes desta) e opiniões que a democracia procura defender.

As relações entre as etapas descritas do pensamento reflexivo e a sintaxe do juízo nos chama à atenção, levando-nos a formular algumas ilações:

- A espontaneidade com que nos surge a sugestão (origem da inferência) poderá ser motivo de descarte ou de tornar-se uma hipótese legítima, uma proposição necessária;
- Há inferências que são juízos;
- Todo juízo é uma inferência;
- Todo juízo é uma proposição, contudo nem toda proposição é um juízo;
- Toda hipótese é uma proposição; quando verificada, torna-se juízo conclusivo;
- Toda inferência é uma decisão, uma escolha, uma proposição;

•Toda proposição é uma inferência. Não podemos afirmar, todavia, que proposição e inferência sejam sinônimas, uma vez que a primeira seria, salvo melhor compreensão, um modo de apreciação da lógica formal atualizada, enquanto que a segunda se constituiria mais uma descrição da lógica pragmática voltada ao cotidiano, muito embora se trate praticamente do mesmo operador cognitivo. A inferência genuína, conforme expusemos, lança-nos no desconhecido, trazendo-nos ganhos, o que comumente não ocorre com a proposição; para exemplo desta: uma hipótese *a posteriori* descartada.

A linguagem tem nos sinais – destaque ao símbolo –, conforme expusemos, um aspecto formativo fundamental. Tanto os objetos existenciais quanto os ideacionais são expressos por aquele mecanismo da representação. Esta se configura como textura do conhecimento rumo à **verdade, tal qual a entendia Dewey: uma hipótese que se confirma, um enunciado cujos conteúdos ideacionais do predicado se coligam aos existenciais do sujeito; em outras palavras, aquilo que se previu e desejou se realiza em obras e consequências.**

2 Implicações ético-morais da lógica deweyana

2 Implicações ético-morais da lógica deweyana

Conforme ponderamos nas primeiras linhas do capítulo anterior e em outros momentos, descrevermos analiticamente a concepção deweyana de lógica – produto da linguagem – torna-se sobremodo desafiador, entre outros motivos, pelo olhar multifocal do autor e sua escrita – lógica, epistemologia, estética, política, etc. – . A descrição do pensamento reflexivo e, neste contexto, a relação do discurso arrazoado com a lógica da existência, com destaque à sintaxe do juízo, nos impele a examinar outra interface da lavra deweyana, não menos importante do que os aspectos até então analisados: as implicações éticas e morais. Indiretamente, tal como ocorreu na análise da estruturação do juízo, já discutimos algumas dessas características, contudo cremos chegado o momento de enfrentá-las de maneira mais direta e efetiva, sobretudo buscarmos uma compreensão do modo como o projeto lógico deweyano incide, repercute na ética, de que maneira dialogou com vinte e cinco séculos de legado sobre tal.

Insistimos novamente que o viés sobre o qual analisamos as concepções morais de Dewey é sua lógica (bem como as relações desta com a experiência), tal qual exprime o próprio título do capítulo, não se constituindo nossa pretensão analisá-las sobre outros prismas; pudera nesta pesquisa ser possível contemplá-las tal como sugere Pappas (2008), na plenitude do caráter holístico daquela filosofia. Este autor afirma que Dewey desenvolveu precocemente em sua carreira as concepções sobre a experiência, evidenciando-se uma mudança gradual de uma ética da realização pessoal para outra sobremodo abrangente, pluralista, resultando em uma sensibilidade fenomenológica mais acurada quanto ao que envolveria a experiência moral. Há um aprofundamento na crença em um empirismo radical – descrição da experiência em toda sua complexidade e detalhes –. Os últimos escritos teriam revelado uma aguda consciência do pluralismo da experiência moral, da indeterminação e de elementos relativos ao novo das situações, da importância do afetivo ou qualitativo (o que entendemos como uma retomada de pressupostos da lógica peirceana, relativos à noção de primeiridade), o caráter do indivíduo concebido em sua índole instrumental e social. Pappas afirma que, ao contrário de muitas abordagens contemporâneas sobre ética, o pensamento moral deweyano não se assenta sobre um conjunto de postulados, a constituírem um sistema formal. Assim mesmo discriminou a filosofia moral deweyana em três aspectos gerais:

- meta-teoria ou método de investigação – crítica aos limites, natureza, problemas e funções dos tipos de investigação com os quais se relacionaria nossa experiência moral;

- ética descritiva ou metafísica da moral: uma abordagem dos traços gerais e componentes da experiência moral;

- ética normativa: uma proposta construtiva, ainda que não muito explicitamente articulada, concernente a como deveríamos viver, interagir, em situações moralmente problemáticas. (PAPPAS, 2008, p. 5)

Verificamos que nossa pesquisa se volta mais ao primeiro aspecto, dado o percurso que temos trilhado, muito embora estabeleçamos conexões com os outros dois, sobretudo com o caráter metafísico da concepção deweyana acerca da experiência e como o mesmo ecoa em suas propostas éticas, tal qual ocorrerá em nossa análise mais adiante, no capítulo 4, sobre a questão dos universais, dentre outros aspectos.

Dewey, ao examinar as origens da teoria ética, vê nos gregos uma obstinada busca por objetivos e leis que, embora se fundamentassem no *logos*, apresentavam uma fixidez absoluta: a possibilidade da descoberta dos fins ou bens supremos e últimos. Seria este aspecto um elemento comum às diversas teorias, sempre fundadas na obediência a um poder superior, fosse o mesmo a vontade dos deuses, dos governantes, instituições, ou no senso do dever (Dewey, 1959c, p. 158).

O bem supremo significaria a expressão plena da personalidade, ou a santidade, felicidade, o prazer. O que unia as escolas morais seria esta busca, qual fosse a concepção acerca do bem.

Dewey viu nesse fundamento teórico um traço intelectual que tenderia a desaparecer com as conquistas da inteligência científica. O caráter ontologizante, parmenídeo, de perseguirmos aquilo que a razão teria eleito como o proceder recomendável, imutável, posto que este se coadunava com um cosmos ordenado, teleológico, entrara definitivamente em declínio.

2.1 O bem pragmático deweyano

O caráter individual, particular de uma situação sobre a qual se emitiam juízos sempre fora subordinado aos princípios da conduta universal, de maneira que a atitude virtuosa assim se governava, o que não raro levava ao arbítrio e confusão. Os teóricos acerca da moral criam a seu tempo que a irregularidade dos incontáveis casos particulares seria o maior motivo para que se buscassem princípios universais. O pragmatismo deweyano navega em grande medida na contramão destes pressupostos. O resgate da situação concreta traz consigo a transferência “para a inteligência o peso e a carga da moralidade”. Dewey declarou que “a situação moral é aquela em que juízo e escolha necessariamente antecedem a ação” (Dewey, 1959c, p. 159). Vale-nos ponderar sobre o sentido do advérbio nesta afirmação. Necessário em lógica é aquilo que formalmente a si mesmo se recomenda. Isto nos leva a inferir que, embora pareça um enunciado simples, seu conteúdo tem enorme amplitude: não é pouco exigirmos para a ação um juízo necessário a anteceder-lhe.

O bem pragmático é o itinerário correto da ação. Temos então a ação da pesquisa e portanto do pensamento ordenado uma vez mais a conduzir nossos atos, desta feita, configurando um método moral. A índole investigativa é expressão da inteligência. **Toda ação moralmente falha, segundo o autor, consiste em formularmos juízos negligentes, malevolentes, desumanos, unilaterais e pouco arrazoados sobre os fatos concretos.** As virtudes ou qualidades morais correspondem aos mecanismos que nos capacitam a tomar uma decisão inteligente e, por conseguinte, justa.

Quando a teoria moral abandonou as classes e leis fixas, universais, para voltar-se às falíveis hipóteses e classificação dos fatos cotidianos, segundo a intransferibilidade destes a outros modelares, obtivemos, segundo o autor, maior segurança, rigor e fecundidade em nossos juízos; a nosso ver, nascia um novo tempo para a reflexão moral, pelo menos seria este o intento maior do pragmatismo. A tradição filosófica, no terreno da ética, muito embora cultuasse nominal e esteticamente a razão, inviabilizava-a, ao gerar embaraços quanto aos procedimentos de investigação, que exigiam perseverança e rigor. O deslocamento da fixidez de valores eternos para o fato singular na formulação de juízos eliminou as causas das controvérsias na teoria moral, estas que a mantiveram distante das demandas da vida prática. Com a destituição do

bem supremo como meta moral, findaram-se disputas que não podiam ser apaziguadas (p. 161).

O excerto a seguir revela quanto a natureza da investigação se funde ao valor moral:

A moral não é catálogo de atos, nem conjunto de regras que devam ser aplicadas como prescrições farmacêuticas ou receitas culinárias. Aquilo, de que a moral precisa, é de métodos específicos de pesquisa e de planejamento: métodos de pesquisa, para localizar as dificuldades e os males; métodos de planejamento, para delinear planos a serem usados como hipóteses de trabalho no trato com as dificuldades e os males. E a importância pragmática da lógica das situações individualizadas, cada qual possuidora de seu bem e princípio insubstituível, é transferir a atenção, dedicada à teoria, da preocupação com conceitos gerais para o problema de desenvolver métodos eficientes de pesquisa. (DEWEY, 1959c, p. 164)

A inteligência científica, ao se debruçar sobre a singularidade dos problemas e males que nos afligem, destrona as cartilhas universais, consagradas pela tradição, buscando no método a reta condução das proposições que fundamentarão os juízos. O bem, desta feita, diz respeito a cada situação em análise e não mais àquilo que a razão generalizou.

2.2 Enfrentamentos necessários à reconstrução da teoria moral

Dewey afirmou que a crença na fixidez de valores universais nos legou, além das mazelas até aqui comentadas, duas conseqüências sobremaneira nocivas e que devem ser obviamente desconstruídas, para que à teoria moral sejam restauradas a dignidade e importância:

- divisão dos fins em *intrínsecos* e *instrumentais*. Os primeiros corresponderiam aos objetivos que apresentam valor em si mesmos; os segundos seriam os fins cuja máxima importância se define pela capacidade que têm de nos possibilitarem alcançar os bens intrínsecos. O autor reconhece quanto esta divisão foi considerada sábia pela moral ocidental e mesmo pela dialética; todavia não economizou críticas as mais contundentes àquela concepção diádica. Um trágico encaminhamento desta teria sido a rígida separação entre bens ideais – intrínsecos, corresponderiam aos valores estéticos,

religiosos, intelectuais (acabaram por se distanciar do cotidiano e do interesse comum) – e bens materiais – dizem respeito a todo valor instrumental, servil, tido em pouca conta por aqueles que, de modo cortês, disfarçavam (ou disfarçam) quão inferiores são as atividades práticas.

Sobre esta separação tratamos no início do capítulo, quando descrevíamos as razões por que se separou a filosofia da vida cotidiana.⁷ Para ancorar ainda mais sua análise, o autor rememora Aristóteles, que se dispôs daquela distinção para determinar que os escravos e operários, por desempenharem funções práticas, não pertenciam à cidadania e ao Estado. Curiosamente estes indivíduos, em seu labor, é que sustentavam a condição do cidadão ateniense, aquele a quem cabia a vida meditativa e moral. À mulher, aos estrangeiros, escravos, crianças, trabalhadores manuais, também não era facultado o direito à cidadania. Desse modo, pensando agora em larga escala (cerca de vinte e cinco séculos de cultura ocidental e com ressalvas: uma vez que o modelo político-econômico da *polis* era escravista), Dewey nos formula uma perturbadora declaração: **“Não há possibilidade de avaliar até que extremo o materialismo revoltante e a brutalidade de nossa vida econômica sejam devidos ao fato de os fins econômicos terem sido considerados como meramente instrumentais”**. Aqui temos o historiador de filosofia em destaque, com relação às suas concepções sobre a teoria moral clássica, o quão averso se afirmava àqueles pressupostos greco-latinos, ao passado político tirânico, que justificou a cisão entre fins ideais e instrumentais. A desumanização do trabalho, que caracteriza nossos dias, encontra suas origens também morais no escravismo.

•distinção entre *bens morais* e *bens materiais*. A ciência moral, como texto e reflexão sobre como procedermos relaciona-se aos primeiros; a ciência natural, que versa sobre matérias como física, química, biologia, etc., refere-se aos segundos. Para uma nova teoria moral, não devemos discriminar bens morais dos naturais, tais como a saúde, arte, ciência, economia. A lógica experimental se configura como operadora do sentido moral, sobretudo quando efetua, seja pela química, medicina, etc., descobertas ou aperfeiçoa inventos que melhoram a condição humana. As ciências naturais passam a atuar como morais. A ciência moral encamparia aquelas, tornando-se efetiva e

⁷ Subcapítulos 1.1., 1.2. e 1.3.

producente, perdendo, segundo o autor, seu caráter pedante, ultramoralista e exortativo; assim como sua índole etérea, de agudez e sutileza. Ganha também a ciência natural, se abolirmos aquela distinção, uma vez que a atividade experimental se revestirá de nova orientação, conciliando-se com os seres humanos. Não mais o cultivo da técnica pela técnica, mas a preocupação com as implicações sociais dos avanços em pesquisa, assim como a serventia intelectual que possam apresentar. (Dewey, 1959c, p. 167)

2.3 O fim da díade viabiliza uma nova generalização

O fato de termos realçado até aqui quão nociva para a moral se revelou a fixação de valores universais discriminados dos fatos singulares não implica, de modo algum, que o pragmatismo abolisse a generalização. Quando Dewey propôs o fim do formato diádico, cremos que o fez com o intuito de restaurar o legado lógico, como o valor da dedução, entre outras metas. À medida que os fins instrumentais forem considerados intrínsecos e supremos, embora práticos em sua categorização, e aqueles considerados outrora intrínsecos e supremos, em sua fragilidade e ócio, forem retirados do altar (metáfora nossa), para se alinharem aos instrumentais ou econômicos, então teremos condições de formular enunciados substanciais (úteis) e generalizáveis, de maneira a poderem resolver as querelas do cotidiano. Dewey, ao propor isto, lança farpas àqueles “letrados, especialistas, estetas e fanáticos religiosos” que, acostumados ao isolamento e irresponsabilidade, protegem-se nas doutrinas superiores, uma vez que estas os abrigam da crítica externa e da que fariam a si mesmos. Isto nos parece evidente sobretudo porque sempre fora notório o peso da tradição moral na cultura; trata-se de uma inércia secular contra a qual é preciso imensa coragem para se posicionar e agir. Os formadores de juízo, se dispostos ao enfrentamento proposto por Dewey, de mancos moralmente passariam a ser motivo de admiração e elogio.

Os pressupostos ideais e passíveis de universalização, os quais em síntese corresponderiam aos mecanismos lógicos que engendram o juízo – e por que não afirmarmos também (com relação ao método científico): as proposições, a indução, dedução e o silogismo – pouco ou nada teriam mais que ver com o formalismo, rigidez e repetição pretéritos, ganhando a teoria moral agilidade, flexibilidade e vitalidade.

O fragmento a seguir ratifica, de modo eloquente, o que afirmamos com o autor sobre o dualismo na teoria moral da tradição:

Quando a consciência da ciência estiver plenamente impregnada da consciência do valor humano, será destruído o maior dualismo que presentemente pesa sobre a humanidade, e lhe impede a marcha, ou seja o abismo que medeia entre o material, o mecânico e o científico, de um lado, e o moral e o ideal, do outro lado. As forças humanas, que presentemente se mostram oscilantes e indecisas, em consequência desta divisão, serão unificadas e reforçadas. Enquanto os fins não forem tidos como individualizados, de acordo com necessidades e oportunidades específicas, o espírito contentar-se-á com abstrações, mas faltará o estímulo adequado ao uso moral e social da ciência natural e dos dados históricos. Quando porém a atenção se aplica à diversidade das coisas concretas, não há como não socorrer-se dos materiais intelectuais indispensáveis para esclarecer os casos particulares. Ao mesmo tempo que a moral passa a ficar centrada na inteligência, **tudo quanto seja intelectual passa também a ser moral, terminando, por essa forma, o enfadonho e ruinoso conflito entre o naturalismo e o humanismo.** (DEWEY, 1959c, p. 167, negrito nosso)

Um exercício de incomensurável valor existencial nos parece ser colocarmos à prova (atualmente) os setores da cultura apontados pelo autor como alvos de reformulação moral. Analisarmos, por exemplo, a conduta de um médico, químico, psicólogo, educador, etc., segundo o crivo daquela reformulação que, grosso modo, propõe o fim da separação entre teoria e prática, poderá nos render bons frutos acerca da reflexão moral e ética.

Dewey propôs uma ampliação das considerações acerca do necessário fim ao dualismo em questão, agrupando-as em quatro eminentes enunciações:

- A metodologia científica e seus resultados passariam a ter a mesma relevância para a moral que já apresentaram nas ciências naturais. A validação das ações morais teria a marca do experimento e do teste. A razão, que outrora desenhava formas ideais para a teoria moral, desta feita assumiria funções práticas, dando curso aos procedimentos metodológicos, tais como descrição da situação-problema, condições, necessidades, recursos para engendrar-se o melhor plano. Aqui recomendamos a releitura dos subcapítulos que descrevem a ação do pensamento reflexivo e a construção do juízo, dada a importância que apresentam para a lógica deweyana; se analisados pela retina filosófica da ética, configuram grosso modo a própria teoria moral. Com isso, não

se poderá mais recorrer aos velhos e imutáveis princípios para nortear-se uma decisão; a análise do problema volta-se à particularidade, conforme já afirmamos, de modo que a hipótese deva ser confirmada pela precisão dos resultados. Os erros, que no pretérito configuravam-se como faltas morais, passíveis de expiação e repúdio, na moral pragmática são lições que levam à correção, revisão, desenvolvimento, reajustes. O falibilismo é um poderoso antídoto contra o formalismo.

•Todo caso, em que se apresente a ação moral com vistas a uma decisão, terá tanta importância quanto qualquer outro. Dewey nos exemplifica com o contexto de um doente, cuja melhoria de saúde constitui-se um fim e um bem, assim como do cidadão com problemas econômicos, de sobrevivência, encargos familiares. Todas essas situações, que foram reduzidas à categoria de valor secundário, instrumental, vil, ou mesmo insignificante, pela tradição moral dualista, passariam (ao apresentarem as melhorias referentes a cada caso) a ter a mesma qualificação e categoria inerentes a qualquer outro bem, relativo a qualquer outra situação. Com o fim da divisão entre bens morais e naturais, a inteligência científica destinaria sua energia a qual venha a ser o contexto, sem predileção por este ou aquele, muito menos preconceito.

•A nova teoria moral destruiria os fundamentos do farisaísmo. O autor pondera que, por estarmos acostumados a atribuir o caráter de hipócritas àqueles cidadãos que gozam de prestígio social (muito embora moralmente sejam deformados), deixamos de analisar os fundamentos lógicos que lhes permitiam agir de tal modo, o que, a nosso ver, constituir-se-ia um modo de perpetuarmos tal aberração. Dewey afirmou que, uma vez restaurada a teoria moral, um indivíduo de “espírito adestrado e de vastos recursos” teria muito mais contas a prestar com a sociedade do que um outro, cuja experiência fosse mais limitada. Para o autor, não deveríamos cometer o absurdo de julgarmos com o mesmo padrão moral um selvagem e um civilizado. (Dewey, 1959c, p. 169). Inferimos disto que quanto mais desenvolvida for a experiência de um cidadão, mais pesarão sobre o mesmo os juízos acerca dos rumos que imprimira a seu agir. Este novo fundamento moral deveria banir o farisaísmo, entretanto não nos parece que a história tenha pactuado com a hipótese pragmática: na cultura ocidental, quanto maior o poder aquisitivo de um criminoso, melhores serão as chances de ser inocentado.

•O fim e o bem pragmáticos não se fixam. Não há um objetivo final como a perfeição, o que se mira é o permanente aperfeiçoamento (e progresso). Um exemplo: a saúde, como fim e bem, não seria um alvo fixo e definitivo; as melhorias nas condições daquela (este processo contínuo) se caracterizariam como fim e bem. Vale-nos ponderar que estas abordagens não contradizem o caráter lógico do juízo, mesmo quando o autor afirma que o fim “não é mais um término ou limite a ser alcançado, e, sim, o processo ativo de transformar a presente situação”. Trata-se de assumirmos como meta perene a intenção de avançarmos. A sentença de um magistrado nos parece não coincidir com o fim moral, e sim a fundamentação lógica da qual aquela resultou. O fim intrínseco e supremo da ação judiciária seria o permanente processamento da inteligência epistemológica, obstinada por decidir com justiça; o bem da magistratura seria a faculdade de julgar sempre e melhor.

Embora se constituam bens, o autor afirma que a honestidade, temperança, justiça, saúde, riqueza, o saber, não teriam natureza de objetos de posse, bens fixos a serem obtidos. Em verdade são fatores (bens) que alteram a qualidade da experiência. **“O crescimento, em si mesmo, é o único ‘fim’ moral”**. (p. 170, negrito nosso) **Disto inferimos: a experiência seria o grande bem moral.**

2.4 Tensões inerentes à moral pragmática

Permitam-nos aqui propor que ao sentido de moral corresponda um corpo de conceitos e valores pactuados por certa cultura (ou mais do que uma) acerca de como se deve agir de modo a se viabilizar a existência da coletividade; e ética venha a se constituir a disciplina filosófica que analisa os fundamentos das morais. Estas definições nos parecem comuns em filosofia. Vemos na inteligência científica o mais caro elemento da moral pragmática. Eis uma afirmação de cunho ético. Quando lembramos que nem todos os indivíduos têm condições, seja por quais motivos forem, de arcarem com o método de conduta deweyano, também nos situamos em um registro mais ético do que moral. Aquele limite do ideário liberal cremos que já fora tangenciado nesta pesquisa, quando procuramos descrever a experiência, em especial a relação dos seres com o meio, viabilizada pela linguagem.⁸ Em alguns momentos mencionamos o

⁸ Subcapítulo 1.7.1.

caráter evolucionista do pragmatismo. Se compararmos um protozoário ao Homo Sapiens Sapiens, evidentemente será possível inferir que, na cadeia evolutiva, este indivíduo, capaz de enunciar um silogismo válido, goza de uma situação existencial mais desenvolvida, tendo alcançado o lugar mais alto no pódio da experiência. Vemos nisto um corolário perturbador da moral pragmática, encarniadamente polêmico, à medida que tanto poderá justificar políticas públicas educacionais que realmente promovam o desenvolvimento dos cidadãos, a partir das reflexões pedagógicas acerca do lugar da experiência na vida escolar, como também fundamentar ideologias pestilentas como a eugenia, posto que se afirmaria haver experiências superiores a outras e portanto indivíduos como tal. Se o chimpanzé vive uma condição de linguagem – que não somente o transforma, bem como o seu entorno – superior à de um cacto, ou um físico nuclear insere-se em outra muito além da que vivencia um xamã, temos então (inferência nossa) uma escala de infinitos degraus para a experiência. Trata-se, cremos, não de um limite à moral pragmática, mas uma nuance desta à qual não podemos fugir. O liberalismo deweyano defende a liberdade inequivocamente, contudo dentro dos limites da inteligência científica. Ao destronar a tradição moral, fundamentada na epistemologia clássica, elege uma nova lógica que tem no progresso da experiência o eminente fim. Mesmo pontuando com maestria a questão do poder nas concepções ontológicas, metafísicas, conforme expusemos, não deixa de apresentar um novo projeto de poder. A grande diferença, parece-nos, é que este se estende à natureza, da qual fazemos parte. O sujeito universal do conhecimento, cristalizado pela cultura do ocidente, não se sustenta no pragmatismo, entre outras razões, porque para este a linguagem pertence a todos os seres; e como tal, os signos naturais, que se partilham mesmo na experiência mineral.⁹

Vale-nos lembrar que há diversos fragmentos deweyanos que comparam o selvagem ao civilizado, justamente para se defenderem os graus de evolução da experiência. Também seria razoável ponderarmos que o filósofo tinha imensa e notória sensibilidade social, advinda da mesma lógica, sobretudo porque esta propunha que nenhuma experiência ocorra isoladamente. A inteligência científica também nas

⁹ No capítulo conclusivo da presente investigação, apresentaremos abordagens sobre as implicações para a instituição escolar que a figura do sujeito cognoscente moderno deixou e de que modo esta se apresenta no pragmatismo, fundando uma nova possibilidade de repensarmos a educação.

civilizações mais primitivas promove o progresso, assim como o contato entre os povos. Mesmo a linguagem simbólica, consoante expusemos no subcapítulo 1.7.2., só adquire legitimidade pelas consequências práticas que venha a apresentar e isto envolve não somente a responsabilidade dos falantes pelas consequências práticas da ação dos símbolos pactuados, bem como a melhoria da experiência da própria coletividade.

Ao analisarmos os enunciados da moral deweyana, vêm-nos à mente questionamentos formulados por Cunha (2010), tais como se seriam exequíveis, razoáveis, desejáveis tais formulações, ou pertenceriam mais ao terreno do poético, quiçá político. Cremos que, ao assumirmos uma filosofia da experiência como o pragmatismo para o viver, lançamo-nos na aventura da contingência, da percepção qualitativa em sua plenitude e imponderabilidade (PAPPAS, 2008), dispostos a arcarmos com a responsabilidade do que fizermos de nós mesmos. A moral de Dewey incide sobre todos esses aspectos que em conjunto compõem sua filosofia, conforme afirmou Hansen (CUNHA, 2010).

2.5 Apontamentos conclusivos

Ordenar arazoadamente o pensamento, com vistas à tomada de decisões justas, parece-nos um pressuposto chave da moral pragmática. Para tanto, a necessidade premente de restauração da teoria moral oriunda dos escritos gregos, **sobretudo expurgando-se a nociva divisão entre fins intrínsecos e fins instrumentais, bens morais e bens materiais, para que a consciência científica possa enfim impregnar-se do valor humano. Destarte, poderíamos conceber o término dos conflitos entre o humanismo e o naturalismo, conforme declarou o autor.** Na conclusão de nossa investigação também retomaremos as linhas gerais da doutrina ética pragmática, com vistas a verificarmos de que modo esta se articularia no plano deweyano para a educação.

Ao propor expressivas reformulações no seio da tradição moral, o pragmatismo deweyano apresenta uma lógica noviça, que também propõe um projeto de poder (tal qual a metafísica ou a ontologia, criticadas por Dewey) e tensões, sobre as quais procuramos brevemente refletir. Vemos nestas um inexorável, inescapável traço de qualquer grande sistema filosófico. (RORTY, 2000) Cremos que autores como Kant,

Hegel, Merleau-Ponty, dentre outros, ao erigirem seus edifícios filosóficos, fizeram escolhas, e estas sempre implicaram em novas discordâncias e conflitos, embora não fosse intenção daqueles, muito menos dos pragmatistas.

3 Análise de pressupostos relevantes da lógica de J. Dewey presentes nos escritos de C. S. Peirce – aproximações e contrastes

3 Análise de pressupostos relevantes da lógica de J. Dewey nos escritos de C. S. Peirce – aproximações e contrastes

Neste capítulo, procuraremos verificar as relações que se estabelecem entre os principais pressupostos lógicos de J. Dewey, apresentados no capítulo anterior e a filosofia de C. S. Peirce. Buscaremos um mapeamento possível daquilo que os alinha contiguamente e o que os afasta, certos de que investigar este trânsito dialógico e epistêmico poderá nos trazer inferências novas para a filosofia da educação, sobretudo relativas ao *continuum* “experiência, lógica e ética”, no seio (expressão deweyana) da doutrina pragmática.

Para que possamos empreender tal desafio, que envolve investigar a postura teórica de ambos frente por exemplo à tradição aristotélica, dentre outros aspectos da doutrina pragmática, os quais nos propomos discutir, cremos necessária uma exposição da filosofia peirceana, sobretudo a semiótica. Nossa abordagem será um tanto breve, se comparada à descrição que efetuamos no capítulo anterior, sobre a lógica de Dewey; isto porque durante o percurso de confrontarmos excertos de ambos, tenderemos a expor novas proposições peirceanas, com o que esperamos trazer maior agilidade ao texto. Temos ciência da magnitude do manancial teórico de Peirce, o que pudemos desfrutar por ocasião da dissertação (Trevisan, 2008), ao investigarmos a metáfora como ferramenta pedagógica na rotina escolar, entretanto nossas escolhas para a presente pesquisa não nos permitem contemplá-lo descritivamente conforme gostaríamos, esperando com isso contribuir para a harmonia do texto como um todo. Serão apresentadas a seguir as linhas gerais da filosofia do fundador do pragmatismo, a nosso ver essenciais à compreensão das análises que pretendemos levar a cabo.

3.1 Traços do pensamento peirceano; uma nova fenomenologia

A arquitetura teórica a que nos referimos divide-se em Fenomenologia, Ciências Normativas e Metafísica. Sobre a primeira divisão declarou o autor:

Tento uma análise do que aparece no mundo. Aquilo com que estamos lidando não é metafísica: é lógica, apenas. Portanto, não perguntamos o que realmente existe, apenas o que aparece a cada um de nós em todos os momentos de nossas vidas.

Analisando a experiência, que é a resultante cognitiva de nossas vidas passadas, e nela encontro três elementos. Denomino-os categorias. (CP, 1.84)

Observamos que o fundamento sobre o qual se assenta a concepção sêmica de Peirce, assim como toda sua filosofia, é a fenomenologia. Vale-nos ressaltar que esta pouco tem em comum com as concepções tradicionais fenomenológicas, embora também se aproprie conceitualmente da noção kantiana de fenômeno. A diferença fundamental entre a fenomenologia americana e a de Husserl, por exemplo, é que a primeira rejeita qualquer nuance ontológica; consoante afirmou o autor, todo exercício fenomenológico seria um raciocínio de lógica, apenas. A experiência apresenta três dimensões cognitivas, categorias cuja concepção custou ao filósofo trinta anos de análise: primeiridade (primariedade), secundidade (secundariedade), terceiridade (terciariedade). (SILVEIRA, 2007)

Sobre a primeira categoria fenomenológica, declarou Peirce: “Primeiridade é o modo de ser daquilo que é tal como é, positivamente e sem referência a qualquer outra coisa” (CP, 2.220). A primeiridade seria uma experiência de índole qualitativa, uma possibilidade de que algo exista e seja representado, sem referência a outro, conforme verificamos na definição citada. A ideia de força bruta, algo que ocorre à nossa revelia, também nos parece marcante com relação à primeiridade. Exemplos deste fenômeno: Uma dor repentina no abdômen, o susto ao se ouvir um ruído estrondoso, a cor vermelha, apreendida em si mesma, a sensação de nos deparamos primeira vez com um ideograma oriental.

“Secundidade é o modo de ser daquilo que é tal como é, com respeito a um segundo, mas independentemente de qualquer terceiro”. Esta categoria é sobremodo marcada pela relação entre dois seres ou eventos, assim como pelo contexto de existência que se nos configura, o qual não se concebia no primeiro estágio. Em termos semióticos, verificamos a corporificação do signo, tal como ocorreria entre os elementos: (sensação do) vermelho e a ideia de sangue, sem referência a um terceiro. Embora a secundidade ocorra de maneira efêmera, temos nessa dimensão fenomenológica a experiência também do conflito. Podemos ainda conceber uma relação de causa e consequência, na transição entre primeiridade e secundidade. Alguns

exemplos de secundidade: O animal que sai à caça, ao sentir fome, o éter evaporando ao calor, etc.

“Terceiridade é o modo de ser daquilo que é tal como é, colocando em relação recíproca um segundo e um terceiro”. Peirce revelou ter investigado por quatro décadas nossa apreensão da realidade, para convencer-se de que a secundidade não tem uma natureza capaz de reunir a experiência humana em toda sua compleição. Passou a ver na terceiridade a categoria mediadora, modificadora dos outros estágios fenomenológicos. Apresenta o caráter de lei, à medida que apreende a realidade segundo o que se apresenta como generalidade, perenidade. Um exemplo de terceiridade Peirce nos fornece da literatura, quando, na obra *Mil e Uma Noites*, certo mercador atirou fora um caroço de tâmara, acertando acidentalmente o olho de um demônio. Não temos nisto um fenômeno de triplicidade genuína, declarou o autor, entretanto se tivesse o mercador mirado no olho do demônio, então teríamos caracterizada a terceiridade, a mediação entre três elementos: o caroço de tâmara, o mercador (ação da mente) e o demônio. (CP,1.86).

A fenomenologia, sendo o alicerce central da escrita peirceana, conforme declaramos, fundamenta as ciências normativas: estética, ética e semiótica (sinônimo de lógica). Peirce discriminou a ciência normativa geral das ciências normativas particulares. À primeira, o filósofo designou uma função geral, em larga escala, de versar sobre qualquer assunto relativo à experiência e representação; quanto às particulares, especificações da ciência normativa geral, relacionou estética à primeiridade, ética à secundidade e lógica à terceiridade. O arcabouço teórico fenomenológico a que nos referimos busca, entre outros aspectos, descrever todo ato de pensar, constituindo-se destarte uma concisa metodologia de pesquisa não somente com relação a investigações de caráter prático, como também teórico. O interacionismo simbólico da Escola de Chicago, que contou com a presença de Dewey nos anos de sua fundação, coaduna-se inequivocamente com esta perspectiva metodológica. (BOGDAN, 1991)

Para afastar-se de possíveis associações de sua fenomenologia com a de outros teóricos, tais como Kant, Husserl e Hegel, Peirce cunhou o termo faneroscopia (do grego *phaneros*: visível, manifesto; *skopéo*: observar, refletir) e ideoscopia (do grego:

idéa: aparência; *skopéo*: observar, refletir). À tradição fenomenológica, o autor rendeu tributos e críticas; estas, de modo geral, pela falta de rigor lógico de pressupostos daquele legado, assim como o caráter ontológico que cada teoria, a seu modo, apresentava, conforme afirmamos.

A metafísica para Peirce é uma ciência que se concebe de modo absolutamente distinto da tradição filosófica, esta que grosso modo buscava uma realidade para além da aparência dos seres, cuja índole essencialista se determinava por um sujeito universal que nos parece ter nascido com Parmênides, ganhando estatura em Aristóteles. O pensamento metafísico do mentor pragmático busca uma descrição de tudo o que nos é externo, independente de nossas fantasias, uma ciência da realidade, determinando direta conexão entre as ciências gerais e as particulares. Esta sinergia entre corpos de saber, confrontada com a tradição, deveria promover o progresso da inteligência científica. Para tal, Peirce, homem de laboratório, defende o conceito notório de falibilismo, que não somente reclama o amplo direito ao erro, bem como entende o conhecimento tal qual um processo infinitamente corrigível e por completar-se. Este aspecto será retomado mais adiante, quando tratarmos do raciocínio abduutivo.

Vale-nos mencionar aqui uma proposição peirceana, de caráter metafísico (ao seu modo), que revela de certo modo a visão cosmológica do filósofo:

[...]assim como dizemos que um corpo está em movimento, e não que o movimento está num corpo, devemos dizer que estamos em pensamento e não que os pensamentos estão em nós. (CP, 5.289)

Esta declaração nos parece afastar Peirce da tradição sobretudo racionalista, à medida que destitui o sujeito cartesiano, que declarava sermos detentores das operações do espírito (*res cogitans*), condição nossa para atingirmos a verdade clara e distinta. O pensamento, para Peirce, não seria um pertence humano; o inverso constitui-se a realidade: a humanidade pertence ao pensamento. O universo é pansemiótico; deste participamos, destituídos das auspiciosas pretensões ao eterno, não havendo mais sentido na procura pela *arché* grega. A eternidade a que possamos aspirar se possibilita pela semiose, aquilo que nos perpetua no outro, este que nos interpreta e carrega consigo. Destarte devemos buscar o desenvolvimento, somente possível pela mediação sígnica, que viabiliza o encontro entre os seres.

3.1.1 O signo, ente triádico: representâmen / objeto / interpretante

Peirce considerou sua semiótica uma doutrina quase necessária, tendo em vista que a inteligência científica, capaz de aprender com a experiência, pelo processo da abstração, pode falhar ao efetuar afirmações sobre os signos (CP, 3.227). Pela observação abstrativa afirmamos como devem ser os signos; nesse sentido temos o caráter formal e necessário da semiótica peirceana.

Um signo, ou *representâmen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei *fundamento* do representâmen. (CP, 3.228)

O conceito para signo que o filósofo nos apresenta revela, salvo melhor entendimento, a mais notória característica do registro em questão: a tríade. À medida que formos expondo a teoria da representação em questão, este aspecto se revelará. A descrição peirceana de signo, conforme verificamos no fragmento, enumera três correlatos: o representâmen, o objeto e o interpretante (não se confunda este com quem interpreta).

O representâmen, cujo fundamento (e não conceito) seria uma ideia que o signo abriga sobre o objeto, incumbe-se de estar no lugar de algo, segundo nos revela o próprio radical do termo, cumprindo a função maior do signo. Vale-nos afirmar que o representâmen é sinônimo de signo, conforme se evidencia no início do fragmento. Poderíamos afirmar de modo “quase necessário”, para efeito de raciocínio, que o representâmen constitui-se o corpo sígnico, embora seja um tanto questionável esta afirmação. O correlato (representâmen) em questão move-se em três sentidos: para si mesmo, para aquilo que representa e o significado decodificado por alguém ou algo capaz de interpretá-lo.

O objeto, segundo correlato do signo, relaciona-se com este de dois modos:

- externo – desta feita, temos o objeto dinâmico – a existência fenomênica do ente capturada pelo signo, via experiência colateral. Ex: Quando alguém que conhece por fotos a Pirâmide de Quéops visita o local, deparar-se-á com o objeto dinâmico;

- interno – concebe-se o objeto imediato – caracteriza-se quando o signo recolhe, internaliza o objeto. Este, à medida que é capturado, de algum modo e sob algum aspecto, passará a ser representado. Ex: A Pirâmide de Quéops, mesmo que nunca tenha sido visitada. (SILVEIRA)

Temos, com respeito ao significado do representâmen, três tipos de interpretante: imediato, dinâmico e normal (ou formal). O interpretante imediato constitui-se o signo-enunciado que a mente interpretante (ou algo capaz de decodificação) elabora instantaneamente, como primeiro movimento frente à representação de um objeto. O interpretante dinâmico seria a atualização ou correção do primeiro enunciado. O interpretante normal se verifica por ocasião de uma elaboração dos significados muito mais efetiva, de tal sorte que configure o hábito. Este, um signo que bem representa a teleologia peirceana: o norte último expresso pela conduta.

Apresentamos a seguir outra classificação sobre os interpretantes que nos parece merecedora de destaque: emocional, energético e lógico. O primeiro diz respeito aos sentimentos evocados (significados) em decorrência da semiose – ação dos signos. O segundo se refere àquilo que ocorre após a primeira interpretação, quando há um esforço físico ou mental para se elaborar uma resposta ao sentimento despertado. O terceiro interpretante se nos apresenta como estágio último da elaboração dos significados, correspondendo à própria natureza do conceito.

3.1.2 Tríade a partir da relação do representâmen com ele mesmo: qualissigno / sinsigno / legissigno

A doutrina semiótica peirceana enuncia as mais diversas tríades. Mesmo sua fenomenologia, conforme demonstramos, assenta-se sobre o fundamento delas: primeiridade, secundidade e terceiridade. Com relação à estrutura do signo, apresentamos a primeira tricotomia: representâmen (primeiridade) / objeto

(secundidade) / interpretante (terceiridade), que dará origem a outras. Da relação do signo (representâmen) com ele mesmo, engendra-se a tríade qualissigno / sinsigno / legissigno.

O qualissigno constitui-se uma possibilidade de representar um objeto, uma qualidade, um pré-signo. Quando qualissignos se corporificam, passando à secundidade, temos o surgimento do sinsigno, portanto um signo “materialmente” existente. Poderíamos exemplificar esta passagem com um ruído: inicialmente não podemos identificá-lo, poderia ser que se tratasse mesmo de um objeto, sem finalidade sgnica; no estágio de ruído, temos o qualissigno, a possibilidade de que o som possa representar algo; à medida que o ruído se elabora, percebemos que se trata de uma imitação de canto de algum pássaro, neste instante temos na sonoridade um sinsigno, a certeza de que um objeto é representado, porque o signo existe. Para que um sinsigno se materialize, deverá dispor-se de qualissignos especiais, aqueles que sejam capazes de se ordenarem, com vistas a comporem um representâmen efetivamente. A cor azul, em si mesma, constitui-se exemplo de qualissigno, ou quase-signo. O caráter sgnico daquela diz respeito à possibilidade de ser parte de infinitos objetos e representá-los; quando aparece no papel, no desenho de uma criança, temos um sinsigno – signo que definitivamente apresenta existência.

O sinsigno, pelo fato de existir como ente, lançado na experiência, assim como os objetos, relaciona-se com infinitos outros signos, para os quais sinaliza, assim como os representa. Vale-nos ressaltar que muitos objetos passam a ser signos. Exemplo: Uma árvore partida ao meio, com vestígios de cinza, seria um signo (sinsigno) para um raio. Assim como os objetos estão imersos no espaço-tempo e se relacionam das mais diversas formas, também os sinsignos o fazem. A semiose constitui-se desse infinito processamento de elementos da representação. Peirce afirmou que não há pensamento sem signos (CP, 6.265).

Quando um signo, pelo partilhamento social, não apenas existe, mas adquire caráter de lei, surge o legissigno. O exemplo anterior, do som que inicialmente poderia representar algo (primeiridade), em seguida o faz efetivamente (secundidade), estando no lugar do canto de um pássaro, ao passo que reproduz a canção Noite Feliz, não somente constitui-se sinsigno, como desta feita assume natureza de lei, passando a ser

um legissigno, tal como as palavras de um idioma. Todo legissigno deverá dispor-se de sinsignos especiais (réplicas), somente aqueles que poderão tornar-se leis. Ainda com o exemplo da música, salvo melhor entendimento, cremos que as notas musicais, assoviadas, tocadas por uma flauta, ou qualquer outro instrumento, seriam sinsignos aptos a comporem um signo-lei, posto que poderiam se universalizar, enquanto operadores de representação. A réplica é um sinsigno apreendido pelo legissigno. (SILVEIRA, 2007)

3.1.3 A tríade mais conhecida e importante: ícone / índice / símbolo; hipoícones; degeneração simbólica

Da relação entre o representâmen (signo) com o objeto, engendra-se a tricotomia: ícone / índice / símbolo. Declarou-nos o autor ser esta a mais importante das tríades em sua ciência do signo. Parece-nos ter isto afirmado, à medida que o trânsito cognitivo do signo para o objeto fundamenta toda a representação, constituindo-se, parece-nos, uma das bases da própria noção de experiência na doutrina pragmática (inferência nossa).

O ícone é um representâmen cuja estrutura, de algum modo, se assemelha ao objeto representado. Por ser um signo qualitativo (primeiridade), na relação com o que busca representar, o ícone sempre apresentará degeneração sígnica; trata-se de uma possibilidade de o objeto ser representado e não uma certeza. Exemplos de ícones: O quadro “Grito do Ipiranga”, de Pedro Américo (observação: nada nos garante que a imagem tomada isoladamente, sem legendas, se refira ao solene momento histórico; picarescamente afirmam os historiadores que não havia cavalos e sim mulas na comitiva de D. Pedro), uma foto de Marilyn Monroe, a imitação de um político feita por um ator, etc. Embora haja certo lugar comum, de que ícone seja sinônimo de imagem, o excerto a seguir nos revela a abrangência do conceito peirceano: “Qualquer coisa, seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei, é ícone de qualquer coisa, na medida em que for semelhante a essa coisa e utilizado como um seu signo” (CP, 3.247).

Esta afirmação nos revela, por exemplo, que algo como a foto de um texugo possa vir a ser um ícone para uma equação de segundo grau! E não estamos com este exemplo buscando frases de efeito. Trata-se, salvo melhor entendimento, de uma

perturbadora declaração de Peirce, capaz de engendrar as mais complexas implicações gnosiológicas, sobretudo pelo que poderão revelar em termos estéticos, ético-políticos (entre tantos outros aspectos): Há algo de caráter profundamente democrático em se afirmar que qualquer coisa poderá ser um signo icônico de qualquer outra coisa, assim como poderá se tornar algo dogmático, à medida em que não há limites para a associação dos signos com outros (inferência nossa). Sabemos que existe um consenso entre os pragmatistas de que os signos são convencionados, e não arbitrários, justamente porque se legitimam na experiência social. Eis uma proposição que nos parece inquestionável.

Os conceitos acima descritos acerca dos signos icônicos são notoriamente utilizados. Vemos, contudo, a necessidade de maior burilamento dos mesmos, sem obviamente desconsiderá-los. Em busca de maior rigor lógico, Peirce criou uma tricotomia para os ícones, sobretudo porque, em verdade, estes são apenas representações qualitativas cujos objetos são possibilidades de existência. Uma palheta de tintas na mão do artista seria um exemplo de iconicidade pura. Ao passo que as cores passam a dar corpo aos signos pictóricos, temos então os hipóícones (do grego *hipó*: cavalo), ocasião em que estes representâmens passam a se assemelhar estruturalmente a seus objetos. A obra “A decapitação de São João Batista” – 1608 – de Caravaggio, nos parece ser um ícone não por se assemelhar à cena bíblica, mas por expressar ali as mais diversas qualidades sensoriais e até emocionais. A capacidade de se assemelhar ao objeto-cena caracteriza o quadro como um signo hipoicônico. Para este, Peirce criou a tríade: imagem (primeiridade) / diagrama (secundidade) / metáfora (terceiridade). Curiosamente, observamos na classe dos ícones, as três categorias fenomenológicas, o que não impedirá se apresentarem sempre como signos degenerados, à medida que são representâmens qualitativos, de possibilidade e não de existência, com relação ao papel de representarem o objeto.

Imagens são hipóícones que se assemelham, de algum modo, aos objetos expressos. Ex: Foto de Luiz Gonzaga – autor: Chico Albuquerque; caricatura do ex-presidente Luiz Inacio Lula da Silva – autor: Angeli; escultura de David – 1504 – de Michelangelo. Diagramas são signos cujas estruturas apresentam relações de contiguidade com as estruturas dos objetos representados. Exemplos de diagrama: A

tabela periódica, o croqui de um edifício, a receita de uma torta, etc. Metáforas são hipoícones que revelam em terceiridade uma relação de paralelismo com o objeto, somando-se à representação deste mais elementos, enunciados pela conexão (em primeiridade) entre tal e o representâmen. Metáforas podem originar símbolos, declarou Peirce, na medida em que põem em analogia conceitos diferentes, desde que estruturalmente contíguos (CP, 2.222). Ex: A crise econômica de 1929 foi um tsunâmi de dimensões internacionais. É possível afirmarmos que as metáforas também apresentam, além de imagens, uma natureza diagramática, no que se referem ao objeto.

Vale-nos ponderar que não existe possibilidade de que comuniquemos algo sem a mediação direta ou indireta de ícones. Todo signo mental assertivo os carrega, ou será explicado por estes. (CP, 4.278)

O índice, signo que nos aparece em secundidade, portanto uma certeza de representação, sofre uma ação direta do objeto, no caso dos índices de existência – índices genuínos – ou mantém com este relação de referência – índices degenerados. Índice e objeto se alinham organicamente, formando um par orgânico, entretanto não devem ser confundidos. O primeiro (representâmen) constitui-se elemento de primeiridade; o segundo é o correlato de secundidade, ente representado. O índice requer ícones especiais, aqueles que sinalizam inclusive metonimicamente para os objetos, sobretudo por estarem os signos sempre interligados, conforme já declaramos. Exemplos de índice (ou indício): A farda de um indivíduo, revelando sua profissão de militar, uma placa de trânsito: seta à direita, o choro de um bebê, levando as mãos aos ouvidos.

O símbolo é um representâmen cujo objeto é uma lei, ou determinado por ela. Uma eminente característica do símbolo é necessidade de que a representação do objeto seja promovida por uma associação de ideias gerais, pactuadas socialmente. Vale-nos ressaltar que, assim como o signo simbólico apresenta o caráter de lei, o objeto também deste modo se configura (CP, 3.249). O símbolo apropria-se de réplicas – sinsignos que detêm a capacidade de generalização. A transição destes para legissignos caracteriza a passagem da secundidade para a terceiridade; o signo que anteriormente apresentava (com relação a si mesmo) um caráter singular passa a ser lei. O símbolo, em sua

natureza convencional, portanto, sempre será um legissigno. Exemplos de símbolos: As palavras da língua portuguesa, a suástica nazista, a foice e o martelo, etc. (SILVEIRA, 2007)

Para Peirce, o símbolo genuíno deverá denotar um contexto individual e um caráter geral. O filósofo nos fornece o exemplo de um pai que, proferindo a palavra “balão”, aponta para o objeto no céu. Toda vez que o filho pensar no termo “balão”, terá em sua discursividade um signo genuíno, uma vez que recobrará o ícone mental do objeto e o índice, caracterizado pelo braço e mão do pai, apontando o que fora representado. O aspecto icônico conferiu generalidade ao objeto e o indicial, a garantia de singularidade. Imaginemos que uma criança jamais tenha visto um balão e indague ao pai sobre o que seria tal objeto e a resposta seja: “É algo como uma grande bolha de sabão”; o que o pequeno teria para o termo “balão” seria um exemplo de símbolo degenerado, posto que disporia de um ícone mental, que apenas enuncia a possibilidade de representação, sem o aspecto indicial, que conecta o signo à existência, garantindo a referencialidade. **Há, para Peirce, dois tipos de símbolos degenerados: singular – cujo objeto é um ente individual, denotando somente os caracteres daquela particularidade – e abstrato – cujo objeto único seria um caráter geral. (CP, 3.293)**

Imaginamos como símbolo degenerado o nome de uma flor cuja espécie somente apresentasse um único indivíduo. Tal nome seria, se não erramos, um símbolo degenerado, na medida em que o interpretante sígnico corresponderia apenas aos caracteres daquele indivíduo, não representando um caráter geral. Um ente cujos traços não reúnem condições de generalização. O exemplo de degeneração sígnica fornecido por Peirce (o termo “balão”, sem a experiência colateral) ilustra bem o símbolo abstrato, uma vez que o objeto fora apresentado à criança apenas quanto ao caráter geral, abstrato e, por que não afirmarmos, formal. Vale-nos ponderar quanto a concepção de degeneração simbólica peirceana ecoa nos contributos pedagógicos de Dewey, aspecto que discutiremos no capítulo conclusivo desta pesquisa.

3.1.4 Uma tríade para os interpretantes: rema / dicente / argumento

Ao retomarmos a tríade representâmen / objeto / interpretante, observamos que, da relação entre o primeiro correlato (representâmen) e o terceiro (interpretante), surgirá outra tricotomia: rema / dicente (ou dicissigno) / argumento.

O rema é uma possibilidade qualitativa de significação para o objeto. Uma decodificação em primeiridade, um enunciado sobre o qual não recai a verificação de verdade. O rema poderá nos fornecer dados do objeto, muito embora nenhuma garantia haja de que permanecerão em nossos juízos. É fato que o rema apresenta degeneração sígnica, à medida que apenas tende a significar, todavia o entendemos como um fundamento para a cadeia inferencial que terá na proposição futura um enunciado necessário.

O dicente – interpretante de secundidade – apresenta-se como uma certeza de significação para o objeto, justamente por este não ser representável apenas por um ícone (possibilidade de representação). O objeto do dicente surge-nos como algo cujo signo, no mínimo, classificar-se-ia como índice. Deverá o dicente ou dicissigno dispor-se de réplicas remáticas especiais, capazes de compor em secundidade um enunciado passível de confirmação, tal como a proposição.

Assim como o símbolo, que tem como objeto uma lei, o argumento também o faz; da relação do representâmen com os interpretantes, o argumento inscreve-se na terceiridade. Compõe-se de enunciados caracterizados pela certeza (existência) de decodificação, que adquiriram nuances de premissas – dicissignos –, passando à terceiridade. O argumento faz uso destes, réplicas dicentes especiais, aquelas capazes de particularizar, trazer à existência uma lei, dado que se constituem enunciados singulares da experiência. O signo argumental se forma por proposições, tendo na conclusão o fecho da construção dos significados; o aspecto conclusivo detém força peculiar, com relação ao interpretante. (CP, 3.253)

Peirce destinou ao argumento a consagrada tríade aristotélica: abdução (hipótese), indução e dedução (Silveira, 2007). Mais adiante, buscaremos analisar de que modo Peirce e Dewey abordaram esta tricotomia lógica.

3.1.5 As dez classes sgnicas

As instâncias fenomenológicas: possibilidade (primeiridade) / existência (secundidade) / lei (terceiridade) determinam, segundo Peirce, a classificação de qualquer signo, embora seja esta sempre um aspecto analisado do mesmo, não havendo jamais uma caracterização teórica definitiva, dado o dinamismo da semiose, bem como seu caráter quase necessário. As trides qualissigno / sinsigno / legissigno, ícone / índice / símbolo e rema / dicente / argumento, combinadas consoante se considera o terceiro correlato (interpretante) como possibilidade, o segundo (objeto) como existente e o primeiro (representâmen), engendraro as dez classes sgnicas a seguir:

Primeira classe – qualissigno icnico remático: Signo unicamente qualitativo, melhor afirmando, um pr-signo, detm em si traços contíguos aos do objeto – índole do ícone – todavia ainda não corporificados signicamente. Tendo em vista não somente o representâmen ser uma possibilidade, bem como o objeto, evidentemente que a função de significado corresponderia ao rema. Exemplo: A sensação do verde.

Segunda classe – sinsigno icnico remático: O representâmen existe objetivamente, contudo apresenta uma possibilidade para o objeto (com o qual se assemelha), não uma certeza. O fato de existir enquanto signo faz com que interaja com outros, num endereçamento ao mundo concreto. Exemplo peirceano: diagrama individual, tal como um círculo desenhado por uma criança, representando o sol. A qualidade comum entre representâmen e objeto é sugerida pelo rema: “pode ser o sol”, diria a mãe da criança. Temos nisto a corporificação do signo, que se dispôs de qualissignos especiais, para que o ente representativo passasse a existir.

Terceira classe – sinsigno indicial remático: Signo composto de réplicas icnicas especiais,  medida em que espelha o objeto, por estar ligado direta ou indiretamente ao mesmo. Temos aqui a garantia de que o objeto está representado, todavia não temos certeza do que possa significar; para tal imprecisão, temos a função do rema. Exemplo peirceano: Um grito espontâneo. O objeto deste signo poderia ser uma dor abdominal, um susto, etc.

Quarta classe – sinsigno indicial dicente: Signo (ou representâmen) oriundo da experiência, dispondo-se de réplicas icônicas e remáticas especiais, caracterizando uma decodificação inequívoca, de índole concreta. Neste modelo sígnico temos o enunciado do interpretante em secundidade: o dicente – proposição que se estabelece por força do que recolhemos da experiência. Exemplo: cata-vento. O objeto deste signo e seu significado são certezas: a direção do vento.

Quinta classe – legissigno icônico remático: Signo cuja estrutura lança-se à cognição como lei; para tal, apropria-se de sinsignos especiais, aptos a se generalizarem, assim como de ícones, cujas qualidades, ao se corporificarem, por ocasião da estruturação do sinsigno, comporão com este um signo-lei, muito embora, como ícones, constituam-se possibilidades de representarem o objeto, o que nos leva a inferir que estes sempre enunciarão remas (interpretantes em primeiridade), sua interpretação possível. Exemplo peirceano: Um diagrama, desde que desprezemos sua individualidade ou singularidade, caso contrário voltaríamos à segunda classe.

Sexta classe – legissigno indicial remático: Signo que, em sua natureza, apresenta-se como lei, sendo diretamente afetado pelo objeto que busca representar. Dispõe-se de réplicas especiais, a saber: sinsignos indiciais remáticos que, capturados pela lei, generalizam-se, passando à categoria de legissignos. Desta feita, a generalidade tem uma ação sobre o individual ou singular. Exemplo do autor: Um pronome relativo. A submissão deste à norma linguística é um traço de que se trata de um legissigno; ao ser analisado particularmente em um período linguístico, veremo-lo como sinsigno réplica. É fato que a concepção de lei envolve a existência, assim como esta o faz com a possibilidade (ou qualidade); o pronome relativo, além de indicar um objeto-signo na frase, também é atingido pelo mesmo e até por outros. A convivência do nome representado com estes pode fazer com que o índice apresente degeneração sígnica. Outro exemplo da sexta classe seria uma placa de retorno em uma rodovia. Há uma incompletude quanto à decodificação; temos o caráter de lei que placas detêm (inclusive com cores proibitivas ou de alerta), a certeza de existência que a própria experiência nos fornece com relação a índices visuais, como setas em placas, mas não a certeza de significação do signo, muito embora nossa atenção seja atraída para o objeto.

Sétima classe – legissigno indicial dicente: Signo que apresenta concisas e claras definições acerca do objeto representado. A estrutura sgnica tem caráter de lei, pelos enunciados proferidos, assim como os dados da experiência que se universalizaram. Temos neste signo a exigência de réplicas sinsgnicas dicentes especiais, ou seja, signos existentes capazes de se tornarem leis (tais como um vendedor de balas; em qualquer lugar do mundo é possível reconhecer o objeto desta representação). Também há a necessidade na composição do signo de legissignos icônicos, que forneçam imagens-leis evocáveis e legissignos indiciais, que garantam a materialidade e existência do objeto. A resultante dessas combinações semióticas é o surgimento do interpretante dicente, cujo significado se enuncia em secundidade, por conseguinte confiável, recomendável quanto a sua assertividade. O exemplo fornecido por Peirce é o pregão de rua. (CP, 3.260) Voltemos ao vendedor de balas, com seu autofalante: “Criançada, temos balas de coco, amendoim, chocolate!...” Nesta configuração sgnica, podemos observar a presença de legissignos icônicos remáticos – imagens e outras qualidades (como sabor) de balas de diversos tipos – e de legissignos indiciais remáticos – presença do vendedor, autofalante, ruído de seu automóvel, etc. – signos garantidores da presença do objeto: balas. Vale-nos aqui fazermos breve referência à degeneração sgnica: Se aventarmos a possibilidade do produto ser ruim, não correspondendo ao objeto esperado, teríamos degeneração, sobretudo com relação ao aspecto indicial, uma vez que, consoante já declaramos, os ícones são naturalmente degenerados, dado que representam possibilidades de caracterizarem um objeto; a certeza de sua existência é função dos sinsgnos indiciais. O fato de as balas não corresponderem ao ser representado pela propaganda constitui-se uma exceção em termos de comunicação. A experiência comunicativa em sociedade nos parece não autorizar aquele exemplo como representativo para a sétima classe, todavia não podemos negar a importância da degeneração sgnica. Entendemos que a notória noção pragmática de falibilismo engendrada por Peirce tem diretas conexões com a perda ou esvaziamento da função de referencialidade dos signos. Erramos e temos o direito de errarmos, sobretudo porque pensamos por signos; toda realização de semiose ser-nos-á quase-necessária. Cremos que uma origem para nossos malogros se desenha na degeneração sgnica.

Oitava classe – legissigno simbólico remático: Signo cuja representatividade se configura por força de lei, tanto no que diz respeito a sua estrutura, quanto na relação que mantém com o objeto: uma associação de ideias gerais. Dispõe-se, para a

representação do objeto, de réplicas especiais – sinsignos indiciais remáticos – , evocadoras de dados da experiência que incidirão sobre um símbolo já codificado na mente receptora, o que promoverá a formação do conceito geral. O rema simbólico corresponde, segundo o filósofo, a um termo geral da lógica, em toda sua amplitude operativa. O trajeto cognitivo em questão se caracteriza, dentre outros momentos, por três aspectos, evidentemente fenomenológicos: uma imagem que nos vem, por ocasião de nos depararmos com o signo; decodificação possível do símbolo, frente à complexidade de existência em que tal se configura; formulação do conceito geral, cuja estrutura traz consigo desde as associações necessárias, promovidas pela razão perceptiva, entre impressões sensoriais e conceitos gerais, até mesmo juízos sobre juízos (estes, signos daqueles) e acerca de objetos que são leis, o que caracteriza sobremaneira o símbolo. A legitimidade deste também se faz pela concorrência de ícones e índices, ordenados pela associação de ideias. A esta lei geral de semiose, em que um juízo origina outro, Peirce denominou inferência. Não há, portanto, símbolo sem a ação deste operador sígnico. Exemplo do autor: substantivo comum.

Nona classe – legissigno simbólico dicente: tal qual o rema simbólico (oitava classe), trata-se de um signo que atua sobre o objeto via associação de ideias gerais; o caráter de lei não se revela somente com relação ao representâmen. Embora oriundo da experiência, o objeto insere-se em uma classe geral; para tanto, o legissigno simbólico requer a participação do legissigno indicial, ambos dicentes (apresentando interpretantes em secundidade, existentes em seus significados, como tal revelando traços particulares do objeto, que a seu turno se generalizarão em classes simbólicas). O signo de nona classe também supõe a concorrência de ícones – provedores de qualidades estéticas acerca do objeto – e índices – garantidores da existência do mesmo – , uma vez que se nos apresenta também como símbolo, bem como a presença de remas de tipo especial, que comporão o dicente (ou dicissigno), fazendo com que o resultado do signo de nona classe apresente uma sintaxe lógica que a si se recomenda, posto que apresenta o burilamento necessário para termos sujeito e predicado (inferência nossa). Exemplo peirceano para a nona classe: a proposição. Um enunciado como: O som é uma onda mecânica.

Décima classe – legissigno simbólico argumental: Signo cujo objeto distribui-se em leis, configurando um ente lógico geral. O signo argumental se nos apresenta como

o ponto de chegada da longa e dinâmica cadeia sígnica, iniciada com a apreensão do objeto, sendo aquele a mais sofisticada representação que possamos formular, cujo encaminhamento sígnico passa obrigatoriamente por premissas e conclusões que representem classes gerais de proposições; estas, resultantes de associações necessárias de ideias legítimas, conforme afirma Silveira (2007, p. 123). O signo de décima classe tem importância inequívoca com relação à verdade, conhecido *telos* pragmatista, posto que se nos apresenta como o objetivo final, estético, ético e lógico de toda a semiose, rumo ao hábito. Peirce também declarou que o argumento promove o autocontrole da mente interpretante, depurando-lhe a conduta. Exemplo para a décima classe: O silogismo.

3.2 Lógica pragmática: aproximações e diafonias entre Peirce e Dewey

Quando confrontamos o ideário de Peirce e Dewey, vem-nos uma impressão de que o primeiro, fundador do pragmatismo, cientista notório, “extraordinário filósofo” – combinação que o situaria entre os maiores vultos da cultura ocidental, tais como Kant, Descartes, Leibniz (Shook, 2002, p. 32), preserva muito mais o legado aristotélico, com relação a críticas, do que o segundo. Vemos uma eminente razão para tal: Peirce, professor de Dewey, considerado por este a maior autoridade em lógica de toda a filosofia, não interpretara os escritos do sábio grego com o viés político que em Dewey se evidencia. A mais notória contribuição peirceana, dentre o imenso legado, parece-nos ser sua ciência dos signos e esta herda em grande medida a escrita de Aristóteles, sobretudo relativa à dedução (Shook, 2002, p. 63). A semiótica se nos revela signatária não somente daquele expediente argumentativo, mas de diversos outros aspectos relativos à lógica, tais como a abdução. Muito embora Shook considere esta a mais original e importante contribuição peirceana à filosofia da ciência, um parecer que cremos irrefutável, o próprio fundador do pragmatismo afirmou que Aristóteles já tateava em busca daquele “modo de inferência” (CP, 2.144).

3.2.1 Inferência: objeto da lógica

Não nos parece forçoso declararmos que esta pesquisa seja um estudo da inferência na doutrina pragmática. Isto afirmamos pela amplitude que o tema apresenta em qualquer investigação sobre teoria lógica. Destinamos a este diversos subcapítulos,

tais como aqueles concernentes ao pensamento deweyano¹⁰ e por ora todos os que descrevem a concepção sgnica peirceana, além dos que apresentaremos a seguir, cujas abordagens enfocam diretamente a inferência. Também nos soa razoável afirmar que qualquer análise efetuada neste trabalho tangenciará de algum modo tal expediente cognitivo. Para Dewey, não há pensamento sem inferência; para Peirce, não há pensamento sem signos. Vemos nestas declarações uma consonância tal que nos vem a sensação momentânea de que a arquitetura teórica pragmática tenha sido erigida por um só construtor. Momentos haverá, todavia, em que observaremos o oposto.

Conforme expusemos no capítulo anterior, o amálgama deweyano acerca da experiência se insere em um contexto físico e cultural, que a relaciona a este pela linguagem; esta se constitui instrumento da lógica, que ordena o pensamento reflexivo. Tais conexões, em última análise, constituem-se realizações de inferência simbólica. A seguir, procuraremos descrever de que modo Peirce concebia tal arranjo cognitivo e, dentro do possível, verificaremos que relações se podem estabelecer entre tal descrição e a teoria de Dewey.

3.2.1.1 A inferência, segundo o fundador do pragmatismo

A inferência, para Peirce, é um operador da racionalidade; esta deverá sempre buscar a transformação da conduta, em última análise. Em uma primeira explanação, as inferências são resultantes da associação de ideias, seja por semelhança (interioridade do sujeito cognoscente) – quando nos vem à mente um pensamento parecido com o anterior – ou por continuidade (causalidade exterior) – quando nos ocorre um pensamento conectado a outro por ocasião da experiência, seja por qual motivo for. (CP, 8.451)

Toda associação de ideias, desde a mais simplória é mais sofisticada, constitui-se uma inferência. Todos os seres realizam inferências, ordenadas pelo princípio da continuidade. Exemplo: A abelha, ao recolher o pólen de uma flor. No caso dos humanos, temos também a inferência consciente, em sua índole representativa, cujos estágios mais elevados apresentar um objeto espiritual generalizante, adquirindo

¹⁰ 1.5. Normas de uma arte de pensar. até 1.7.2.16. Sintaxe do juízo – cópula, totalizando 22 tpicos relacionados diretamente ou indiretamente ao tema inferência.

feições de raciocínio. A lógica procura descrever a inferência consciente, sobretudo o que se envolve na formulação de um juízo. Os raciocínios abduutivo, indutivo ou dedutivo são inferências resultantes de uma cadeia de juízos, cujas proposições mantêm entre si relação causal (Silveira, 2007).

O fragmento a seguir, que lança luz sobre a inferência, quando realizada por ocasião da formação do juízo, parece-nos sobretudo importante:

Um juízo é um ato da consciência no qual reconhecemos uma crença, e uma crença é um hábito inteligente segundo o qual devemos agir quando se apresentar a ocasião. Qual é a natureza dessa reconção? Ela pode estar bem próxima da ação. Os músculos podem contrair-se e podemos conter-nos apenas com a consideração de que a oportunidade adequada não surgiu. Mas, em geral, virtualmente resolvemos, numa certa ocasião, como se certas circunstâncias imaginadas fossem percebidas. Este ato que redundava em uma tal resolução é um ato peculiar da vontade por meio do qual fazemos com que uma imagem, ou *ícone*, seja associado, de um modo peculiarmente vigoroso, com um objeto que nos é representado através de um *índice*. Este mesmo ato é representado, na proposição, por um símbolo e a consciência dele preenche a função de um símbolo no juízo. (CP, 7.435)

Vale-nos ressaltar que a noção de juízo, presente no parágrafo analisado, diz respeito a todas as situações cotidianas, em que nos deparamos com a premente necessidade de agir frente a um problema. No capítulo anterior, descrevemos a concepção deweyana de juízo, verificando quanto esta se determinou em enunciar os mecanismos lógicos que engendram uma decisão arrazoada e justa. Mais adiante procuraremos verificar em que medida as concepções de Dewey e Peirce se alinham, assim como quais elementos poderiam afastá-las, no que concerne à estrutura lógica do juízo.

Podemos observar a consonância entre a descrição deste (realização inferencial) apresentada no fragmento de Peirce e os exemplos de inferência expostos por Dewey no capítulo anterior.¹¹ Quando o estudante (do relato deweyano) se deparou com a necessidade de deslocar-se para a região urbana, a certa rua 124, tendo que escolher entre o automóvel, bonde aéreo ou trem subterrâneo, elaborou cognitivamente e de algum modo os elementos de representação enumerados no trecho de Peirce. A crença ancorada no hábito de enfrentamento (em Dewey, determinante para a estrutura do

¹¹ Subcapítulo 1.7.2.2.: A inferência. Três relatos esclarecedores, página 28.

pensamento reflexivo) impeliu o indivíduo a agir rapidamente porque o obrigava a situação: para comparecer ao compromisso, “virtualmente resolveu” o problema. Agiu a partir de inferências descritas por Peirce como interpretantes de secundidade (energéticos), em que o sujeito, após uma resposta interpretativa em primeiridade (interpretante emocional), tal como: “Preciso chegar ao local combinado pelo meio de transporte mais rápido”, dá início a uma ação prática ou a simula mentalmente, posto que a imaginação poderá assumir a função da percepção. Ao imaginar e calcular seu deslocamento de um local a outro, ciente de que dispunha de 40 minutos, o estudante efetivamente opta pelo melhor meio, à medida que sua vontade recorre a ícones – tais como as imagens mentais do automóvel, bonde, trem, o caminho a ser percorrido por estes, os cálculos de tempo e deslocamento, etc. – associados de tal modo vigoroso aos objetos correspondentes, por força dos índices que se inscrevem na secundidade. Não poderia ser outra a conexão entre os ícones já mencionados e os índices – signos garantidores de existência, tais como as sensações já experimentadas pelo estudante de ter viajado de trem, bonde ou automóvel – , que pudesse conferir à imaginação o vigor da percepção e experimentação.

A proposição ou juízo de que naquela situação, com as variáveis que ali se apresentavam, a melhor escolha seria o transporte pelo trem subterrâneo, assume a estrutura de um símbolo, uma inferência que a atitude consciente reterá *ad indefinitum*. Poderíamos comentar os outros dois exemplos deweyanos acerca da inferência – vara de sinalização do barco e a experiência com copos, água, detergente e ar quente – à luz das proposições peirceanas presentes no excerto analisado, contudo ficaria por demais extenso o texto sobre tal, muito embora diversos aspectos acerca da linguagem cremos merecedores de apreciação. Para ficarmos apenas com um exemplo de abordagem desta natureza, observamos que o primeiro evento (a escolha por um meio de transporte, ao que Dewey denominou inferência por deliberação prática) poderia ser descrito fenomenologicamente e no que concerne aos interpretantes enunciados acerca do objeto-problema, como ocorrência de primeiridade; o segundo (a identificação de uma vara com uma esfera na extremidade, como sinalizador de direção dos barcos), como evento de secundidade; o terceiro (a enunciação da hipótese de que o ar quente gerava as bolhas em torno do copo e à medida que esfriava o interior, estas eram conduzidas para dentro) se constituiria exemplo de terceiridade. Esta relação pudemos estabelecer, sobretudo pela nuance de hipótese do primeiro exemplo de inferência, o caráter de

existência e de indutividade (notem-se a presença de diversos sinais indiciais dicentes, tais como a própria vara de sinalização) do segundo ocorrido e, inerente ao terceiro exemplo, a ambiência de investigação científica, requerendo, para a formulação de um enunciado hipotético arrazoado, todo um discurso simbólico prévio – noções de química e física – sem as quais não se chegaria ao verdadeiro motivo do aparecimento e deslocamento das bolhas de sabão sob o copo; nesse contexto experimental, observamos um predomínio do caráter dedutivo.

Parece-nos tranquila a relação estabelecida entre os três exemplos de inferência e os métodos hipotético (primeiridade), indutivo (secundidade) e dedutivo (terceiridade). Vemos clara a proximidade entre as concepções sobre inferência em Peirce e Dewey; com relação aos métodos, podemos afirmar que coincidem quase integralmente, exceção fazemos à indução, expediente investigativo ao qual nos dedicaremos mais adiante. Havemos de ponderar que ambos os autores concebem a inferência como operador cognitivo central, eminentemente marcado pela associação de uma ideia a outra.

Nos subcapítulos seguintes, enunciaremos explicações que melhor esclareçam a relação a que nos referimos neste parágrafo, quando buscaremos descrever as concepções peirceana e deweyana acerca dos raciocínios abdução (ou hipótese), indução e dedução.

3.2.1.2 Tríades inferenciais

Para além do que expusemos, Peirce declarou haver três tipos de realizações inferenciais: *intelectual – hipótese, indução e dedução; *juízos de sensação, emoções, movimentos instintivos – inferências hipotéticas cujos predicados não se analisam pela compreensão; *hábitos – inferências indutivas cujos sujeitos não se analisam em extensão. Esta tríade para a inferência encaminha uma outra que também descreve os elementos da ação consciente, em uma perspectiva ordenada fenomenologicamente:

Primeiro, *Sentimentos (Feelings)* ou Elementos de compreensão. Segundo, *Esforços (Efforts)* ou elementos de extensão; e Terceiro, *Noções (Notions)* ou Elementos de informação, que é a união da extensão e compreensão. (CP, 1.580)

Vale-nos ressaltar que neste excerto Peirce associa sinonimicamente o termo “sentimentos” a compreensão. O que deixa evidente a importância do aspecto volitivo para a cognição. O sentir, como experiência qualitativa em primeiridade (perdoem-nos a redundância, posto que o qualitativo se inscreve naquela categoria fenomenológica), ainda que enunciado por remas, revela-se fundamento da inferência e do conhecimento, o que afasta a concepção gnosiológica peirceana da kantiana, dentre tantas outras dessemelhanças, posto que esta não considerou o peso da vontade na descrição geral de como conhecemos ou inferimos.¹² Isto afirmamos em uma tentativa de afastarmos algumas associações comumente feitas entre Peirce e Kant, de tal sorte que o primeiro tivesse levado adiante os mapeamentos lógicos do segundo, o que nos parece um disparate. Não se constitui intenção nossa estabelecer tal interlocução, como faremos com o pensamento aristotélico, dado que Peirce e Dewey, salvo melhor entendimento, não apresentaram grandes contrastes entre si, relativos ao legado kantiano; com relação ao mestre grego, as diafonias, conforme demonstraremos, revelam-se sobremaneira expressivas.

O termo “extensão”, estamos certos de que corresponda a todas as interpretações em secundidade que decodifiquem os enunciados remáticos da primeiridade, inferências que os ampliam, embora ainda não garantam sua permanência enquanto juízos. O terceiro correlato da tríade que ora analisamos constitui-se uma inferência que reedita a concorrência de ícones e índices para a formulação da proposição, no que diz respeito aos predicados e sujeitos. Isto afirmamos por observar a relação que facilmente se estabelece entre os signos icônicos e a inferência em primeiridade “sentimentos”, os signos indiciais e a inferência em secundidade “esforços” e os signos simbólicos, como resultantes inferenciais de terceiridade, ocasião em que a consciência formula o correlato “noções”, fundindo compreensão e extensão. Aqui podemos afirmar que a inferência ou mesmo a semiose, ao formular enunciados acerca da experiência, poderá fazê-lo partindo de predicados – impressões compreendidas e qualitativas (ou de

¹² Uma ressalva importante: a função volitiva não fora negada por Kant, prova disto nos parecem ser suas abordagens acerca do juízo e estética do gosto. Ratificamos que a diferença entre as concepções deste filósofo acerca de como apreendemos a realidade e aquelas de Peirce se torna evidente, sobretudo porque o primeiro defendia que intuições apriorísticas da sensibilidade e do entendimento, inerentes às estruturas da subjetividade formatassem os objetos fornecidos externamente, o que a fenomenologia pragmática nega de modo tácito, posto que isto seria, entre outras distorções, um modo de afastamento da experiência, especialmente daquilo que possa significar qualitativamente. Para Dewey, cremos que seria corromper a força da sugestão; para Peirce, não haveria entes cognitivos como o qualissigno, dentre outros elementos de primeiridade.

possibilidade) – que em seguida (“extensão”) encontrarão sujeitos – elementos de existência – sobre os quais recairão os juízos emocionais da primeira inferência. Parece-nos reveladora esta nuance sobre a estrutura da proposição, dado que, quando pensamos na sintaxe de qualquer frase, normalmente o fazemos segundo a tradição gramatical e linguística, que afirma devermos primeiro enunciar o sujeito e somente em seguida é que se apresenta o predicado.¹³ Isto não se constitui um conceito gramatical, até porque há predicados sem sujeitos e frases nominais. Mais importante do que estas breves asserções, cremos o fato de, tanto em Dewey quanto em Peirce, o sujeito e o predicado das proposições não coincidirem com as noções linguístico-gramaticais sobre os mesmos.

3.2.1.3 Sintaxe da proposição: sujeito, predicado e cópula

O excerto a seguir nos revela a estrutura da proposição, tal qual a entendia Peirce:

Procedamos agora a uma comparação entre as conclusões que derivam da definição abstrata de um Dicissigno com os fatos relativos às proposições. A primeira conclusão é que toda proposição contém um *Sujeito* e um *Predicado*, com o primeiro representando (ou sendo) um Índice do Objeto Primeiro, ou Correlato da relação representada, e o último representando (ou sendo) um Ícone do Dicissigno, sob algum aspecto (CP, 5.316).

A proposição (correlato da tríade termo / proposição / argumento) é um representâmen que guarda intrínseca relação com o dicissigno: este, um signo abstrato e complexo que fora também caracterizado por Peirce como quase-proposição. Podemos afirmar que um enunciado propositivo seja uma realização da nona classe – legissigno simbólico dicente: um interpretante que apresenta caráter de lei, posto que se torna símbolo do dicissigno – . Reunindo tais características, recomenda-se a si mesmo, quanto à sustentabilidade no discurso. Em outras palavras, temos em tal arranjo sintático uma decodificação da experiência que a espelha com excelência inferencial.

¹³ CUNHA, C. F. **Gramática do português contemporâneo**. Belo Horizonte, Ed. Bernardo Álvares, 1970.

Assim como Aristóteles, Peirce descreveu a proposição de modo a se estruturar por dois termos essenciais: sujeito e predicado. Diferentemente de outros lógicos como Abelardo,¹⁴ que viam na cópula um verbo a ligar os dois extremos, o mentor pragmático declarou que esta teria menor importância do que os dois termos, mesmo sua operatividade seria acidental, implícita, tal como hoje ainda se verifica nos verbos de ligação, que podem ser retirados das frases sem prejuízo ao sentido. Exemplos: permanecer, estar, ficar, parecer, etc. A ação que em estudos linguísticos se atribui aos verbos seria também na lógica peirceana propriedade representada pelo predicado.

Para Peirce, **sujeito é o termo sintático estruturado por um ou mais índices de um objeto; predicado, um termo constituído por um ou mais ícones, senão algo que os represente, fazendo-nos evocar mentalmente imagens e outras sensações com o que engendramos os significados em primeiridade.** (CP, 5.317). Em que pese os ícones apresentarem degeneração sígnica, posto que são apenas potencialidades representativas, detêm importância crucial à estrutura propositiva, ao passo que propõem significados novos que serão legitimados por índices, operadores lógicos do sujeito. Este termo constitui-se um signo indicial e também simbólico de um objeto existente.

Orientados por exemplos peirceanos de legissignos simbólicos dicentes, apresentamos a proposição: Páris venceu Aquiles. Os nomes próprios enunciam, como índices de tipo especial (réplicas de símbolos), os sujeitos da proposição. Temos dois existentes representados, o que ratifica a ideia de que o sujeito de um dicissigno é o elemento sintático ancorado em índices que garantem a representação de um ou mais objetos, no caso, os heróis gregos. Notemos que a estrutura do sujeito lógico – Páris e Aquiles – se comparada àquela da gramática tradicional, não encontrará similaridade; esta última determinaria como sujeito o termo Páris, classificando Aquiles como parte do predicado, especificamente objeto direto.

Vemos a concepção deweyana de sujeito e predicado, a estruturarem o juízo, sobremaneira semelhante à peirceana. Antes de isto demonstrarmos, convém uma ponderação sobre a diferença conceitual entre Dewey e Peirce relativa à proposição. O primeiro, conforme expusemos no capítulo anterior, concebia a proposição como um

¹⁴ Petrus Abaelardus (*Nantes, Bretanha, 1079 , +Chalons-sur-Saône, 1142)

enunciado simbólico provisório e o juízo uma conquista existencial, posto que definitivo; o segundo via na proposição ou símbolo dicente um arranjo lógico capaz de compor o argumento. Dewey preferiu analisar os termos sujeito, predicado e cópula, na estrutura do juízo, tal como o descrevia; Peirce analisou tais elementos na sintaxe da proposição, assim como considerou o percepto como aspecto cognitivo concernente à formulação de juízos perceptivos. Há pequenas dissonâncias entre os autores com relação à terminologia lógica, todavia não vemos, se estamos certos, nenhuma incongruência, com relação a tais aspectos inferenciais, que mereça maior destaque. Exceção fazemos novamente ao fato de Dewey ter procurado separar elementos do que seria uma teoria lógica formal daquela do cotidiano, o que Peirce, conforme já demonstramos, não fez.

Um aspecto conceitual em certa medida discrepante entre tais autores nos parece ser a concepção de asserção. Para o fundador do pragmatismo, tal inferência, embora apresente sintaxe e eloquência, não detém assertibilidade (CP, 2.344); se a tiver, será uma proposição. Para Dewey, a asserção revela um caráter lógico conclusivo, mais elaborado que uma afirmação, cujo trâmite reflexivo ainda se encaminha.

Poderíamos afirmar que o juízo, sobretudo conclusivo, tem para o pensamento deweyano o valor que o argumento apresenta para a concepção peirceana. cremos oportuna uma ressalva ainda sobre a concepção deweyana de proposição: O fato de o autor considerar o juízo como enunciado mais definitivo do que a proposição não significa que esta fora depreciada de algum modo. Em verdade, não haveria condições de se fazer ciência sem a concorrência das proposições, acreditava Dewey. Embora distintas do juízo, seriam instrumentos lógicos fundamentais quanto às determinações últimas deste, sobretudo pela ação simbólica propositiva. Vale-nos lembrar que Dewey descreveu o juízo como uma atuação sobre uma situação qualitativa única, logo seria sempre individual; a proposição teria nuances instrumentais, intermediárias, genéricas, plurais, universais. (Dewey, 1950, p. 315)

Com relação a como entendiam estrutural e operativamente os termos sujeito e predicado, verificamos consonância e contiguidade. Isto declaramos por identificarmos a proximidade entre as funções destinadas aos elementos sintáticos em questão, descritas tanto por Peirce quanto Dewey, a saber:

•Caberia ao sujeito a configuração do problema e o fornecimento de matéria evidencial sobre este, aspectos de um caso singular (descrição deweyana); para Peirce, consoante expusemos, o sujeito se expressa pela concorrência de índices especiais (que em seguida se tornarão símbolos), garantidores de secundidade e existência.

•Destinar-se-ia ao predicado a função de enunciar conteúdos conceituais e heurística rumo a soluções possíveis ao problema (descrição deweyana); em Peirce, o predicado é um signo constituído iconicamente, de modo a fornecer significados, informações, qualidades ao sujeito de um dicissigno.

Vale-nos ponderar que Dewey analisou os termos em questão sob a ótica da investigação científica e Peirce os descreveu, tendo como contexto os imperativos de sua semiótica. Trata-se de universos diferentes, embora diretamente correlacionados. Em que pese tal ressalva, insistimos na aproximação conceitual, sobretudo pelo fato de ambos declararem caber ao sujeito lógico o fornecimento de elementos representativos da singularidade – existência – e ao predicado conceitos, qualidades ao sujeito que tornariam o juízo (para a percepção deweyana) ou a proposição (para Peirce) enunciados arrazoados que encaminhariam a verdade, senão lhe fossem sinônimos.

No que concerne à cópula, Dewey atribuiu a tal maior destaque do que Peirce. Dentre algumas funções, o termo copular indicaria o ato da predicação e da subjetivação, o que não é pouco, se compararmos à descrição peirceana. Mesmo a operatividade do termo seria um tanto mais complexa: além de promover a fusão entre sujeito e predicado, expressaria o término da relação lógica. Sobre a cópula na concepção deweyana, cremos ter feito uma descrição a contento no capítulo anterior¹⁵.

Para concluirmos esta reflexão acerca da estrutura lógica propositiva, no que diz respeito ao sujeito e predicado, da maneira como se revela nos escritos dos teóricos pragmatistas, ratificamos a proximidade entre tais registros, com diferenças relativas ao termo copular, conforme demonstramos.

¹⁵ 1.7.2.16. Sintaxe do juízo. A cópula.

3.2.1.4 A tradição aristotélica e a doutrina pragmática; uma tríade argumental

Ao investigar em que consiste a excelência do argumento, Peirce defende a necessidade de reconhecermos os três tipos de raciocínio: abdução, indução e dedução. O autor reconhece que lógicos do século XVIII já os haviam identificado, apesar de falharem desculpavelmente, com relação ao procedimento abduutivo, cuja terminologia melhor seria retrodução. Temos um motivo conjecturado por Peirce para tal deslize:

De fato, suponho que os três tipos foram dados por Aristóteles no *Prior Analytics*, embora a infeliz ilegibilidade de uma única palavra em seu manuscrito, e sua substituição por uma palavra errada realizada por seu primeiro editor, o imbecil Apellicon, tenha alterado por completo o sentido do capítulo sobre a Abdução. (CP, 2.144)

O adjetivo “imbecil”, atribuído ao editor Apellicon, nos revela com certa comicidade a furiosa determinação de Peirce em resgatar os escritos do mestre estagirita, dada a importância deste para o empreendimento pragmático: a construção de uma filosofia que dialogasse com vinte e cinco séculos de tradição, de modo a inserir-se naquela a elaboração do mais rigoroso e complexo constructo de semiótica de que se tem notícia.

A seguir, procuraremos descrever mais acuradamente os traços do que se constitui uma tríade para o argumento. Os tipos de raciocínio enunciados por Aristóteles caracterizam-se, salvo melhor entendimento, como um *telos* para a inferência redescrito por Peirce (nona e décima classe sgnicas), apresentando importância central não somente para o conteúdo da doutrina lógica, como também para a filosofia da ciência.

Os raciocínios científicos em questão foram rerepresentados por Peirce desta forma: hipótese, abdução, retrodução, presunção, argumento originário; indução rudimentar, qualitativa e por amostragem ao acaso; dedução, raciocínio dedutivo ou demonstrativo (Silveira, 2007, p. 142).

Abdução é a “predição geral sem nenhuma certeza positiva de que ela se verificará” (CP, 3.270). Exemplo de abdução ou hipótese:

Todos os grãos de feijão no saco são brancos.

Estes grãos de feijão são brancos.

Logo, estes grãos de feijão foram retirados deste saco.

Peirce, apesar de considerar a hipótese como a forma mais frágil em termos argumentativos, declarou ser esta a única via para formularmos novas ideias e avançarmos rumo à representação e compreensão da realidade. A atitude científica se incumbirá de legitimar a hipótese ou refutá-la. Trata-se de um genuíno procedimento lógico: mesmo negada em um primeiro momento, poderá ser reconsiderada e provada, desde que suas premissas se confirmem (CP, 2.510). O confronto entre hipóteses também se recomenda pelo ideário pragmático, o que pode levar ao surgimento de novas enunciações.

Nesta forma de raciocínio, o conteúdo das premissas que a si se recomenda não garante que a conclusão seja verdadeira, conforme já declaramos. Como realista científico, Peirce defendia a tese de que não haveria outro modo de apreendermos objetos e processos da realidade não observáveis, que não fosse abdução. Esta postura se coaduna com a noção já comentada nesta pesquisa de falibilismo. O malogro de uma hipótese contribui para que o cientista perceba que nem sempre há regularidade nos fenômenos que aquela aspirava a descrever. Por terem como meta tal regularidade, é que não raro os pesquisadores procuram ajustar ou propor novas hipóteses (Shook, 2002, p. 72). Obviamente que Peirce defendia a busca pela regularidade, pelos princípios gerais e reais da experiência. A própria racionalidade se assentaria sobre os mesmos. Convém todavia ponderarmos que o filósofo defendia a crença na regularidade como fundamento do raciocínio indutivo e não abdução.

Há certa arbitrariedade na abdução ou retroação, uma vez que se expressa um enunciado criativo que simplesmente se impõe, exercício de primeiridade, novo, criativo e falível, buscando descrever a experiência. A abdução contém propriedades de possibilidade positiva, síntese e aperfeiçoamento, apresentando ainda propriedades de diagrama. (Silveira, 2007, p. 144)

Peirce criticou veementemente o positivismo, sobretudo porque este buscara apenas legitimar hipóteses propícias à verificação direta, esvaziando-as do caráter inventivo. A consequência funesta desta atitude científica foram programas que falseavam o verdadeiro sentido da inferência abdutiva, esta que deveria ser um operador lógico e não um aspecto do procedimento experimental.

Indução é o modo de inferência que busca testar experimentalmente uma hipótese. Trata-se de um método que descreve padrões e conexões entre fatos naturais, garantindo de algum modo que permanecerão regulares em suas realizações. Ainda que o procedimento metodológico não revele um resultado verdadeiro com relação à hipótese, importa que se mantenha a indução, dado tratar-se do raciocínio “quase necessário” capaz de aferir nossa compreensão da realidade.

Exemplo de indução:

Estes grãos de feijão foram retirados deste saco.

Estes grãos de feijão são brancos.

Logo, todos os grãos de feijão neste saco são brancos.

A indução, também denominada argumento transuasivo, constitui-se uma inferência que determina à hipótese poder se aplicar a uma classe de existentes, garantindo-nos racionalmente um conhecimento positivo. Um primeiro tipo de tal raciocínio constitui-se a indução rudimentar ou crua: um procedimento sígnico que expressa uma verdade, sendo esta fruto ressignificado de experiência pretérita, que não será negado pela experiência futura. Eventos do cotidiano caracterizam esse modo inferencial. (Silveira, 2007, p. 147)

O raciocínio indutivo por verificação, predição geral ou qualitativo destaca-se pela importância que apresenta para a teoria lógica. O valor da hipótese será aferido da análise de certo número de casos. Peirce alertou para o fato de que a indução genuína, como realização de secundidade argumentativa, deverá apresentar a condição de lançar-

se na experiência, devendo haver garantias de que a generalização transcenda os limites da própria experiência. Isto nos leva a inferir que mesmo o raciocínio indutivo, como legissigno simbólico argumental (assim como o são a hipótese e a dedução), deverá sempre estar em expansão.

A indução por amostragem ao acaso, quantitativa ou estatística, procura responder à questão: “Qual a possibilidade real de que um indivíduo, membro de uma certa classe experimental, a dos S’s, tenha um certo caráter, por exemplo, o de ser P?” (CP, 2.758, apud Silveira, 2007). A verificação pelo teste viabilizará uma resposta necessária. Vale-nos ressaltar que a hipótese se apresenta em forma interrogativa, o que nos facilita compreender a estrutura do raciocínio indutivo, que somente apresenta valor lógico se ordenado por uma hipótese que a si mesma se recomende.

Peirce enunciara seis etapas concernentes ao método indutivo (Silveira, 2007, p. 148):

- I – O raciocínio indutivo inicia-se com uma hipótese que parece se recomendar.
- II – Procede-se ao experimento.
- III – Escolhida uma amostra ao acaso.
- IV – Conclui-se daquilo que é verificado na amostra, um atributo para toda a classe.
- V – Este processo é essencialmente aproximativo, mas se justifica face às condições do conhecimento positivo, pois oferece uma garantia para a inferência realizada.
- VI – Os fatos verificados na amostra satisfazem a definição de um Símbolo Dicente do fato estabelecido na conclusão.

Esta descrição revela, em uma primeira impressão, certo formalismo que poderia significar afastamento da experiência investigativa, o que caracterizaria um paradoxo, por se tratar de um escrito de Peirce, notório cientista, todavia não devemos desconsiderar o matemático, interessado na escrita científica recomendável, ainda que isto pudesse significar agruras para a investigação. Quanto a estes aspectos, procuraremos aprofundá-los no subcapítulo a seguir, ocasião em que confrontaremos as concepções peirceanas e deweyanas acerca da indução.

Com relação à conclusão do raciocínio indutivo, Peirce declarou tratar-se de um enunciado que atribuiria o caráter de verdade a toda uma classe, consoante já afirmamos, o que configura a índole generalizante do legissigno simbólico argumental. Poderá a conclusão do raciocínio indutivo corroborar, refutar ou mesmo expressar o contrário do que enunciava a abdução.

Dedução é o raciocínio que, estruturado por premissas verdadeiras, encaminha conclusões necessárias ou prováveis, uma realização de terceiridade argumental. Um exemplo peirceano para tal raciocínio seria a análise de um diagrama formado por legissignos simbólicos dicentes. A dedução sempre produz enunciados simbólicos.

Exemplo de dedução:

Todos os feijões deste pacote são brancos.

Estes feijões são deste pacote.

Estes feijões são brancos.

A dedução apresenta inequivocamente um caráter demonstrativo, podendo ser apreendida separadamente ou de modo a participar do raciocínio científico abduativo, ocasião em que após a enunciação deste, aquela se antecipa à verificação indutiva. Destarte a dedução antecipa iconicamente o contexto dos dados das premissas. Para tal, o procedimento dedutivo percorre o seguinte percurso: exame do contexto em que se apresentam os dados analisados; formulação de um diagrama – hipócone de secundidade – para tal contexto; mapeamento e descarte dos dados diagramáticos que não correspondem a caracteres das premissas; verificação das relações de contiguidade entre elementos do diagrama e das premissas; enunciação de uma verdade necessária ou provável. A realidade representada mantém similaridades com a natureza algébrica ou geométrica do diagrama, que procura recolher e espelhar elementos da experiência. Após formulada a hipótese, consoante já declaramos, a dedução opera de modo a imaginar um arranjo para os elementos, que serão aferidos pelo método indutivo. Quanto maior o rigor do diagrama, maiores garantias teremos de

um procedimento dedutivo que corresponda à verdade. A dedução genuína e necessária resulta da concorrência de premissas verdadeiras. A indução por predição geral ou qualitativa constitui-se o operador lógico capaz de proceder à verificação de uma dedução provável, sobretudo com relação a seu caráter conclusivo. Temos, com relação aos interpretantes: deduções de probabilidade, cuja decodificação consiste em apresentar razões de frequência, tais como deduções estatísticas; deduções formalmente prováveis, engendradas por raciocínios análogos e necessários, levando-nos à obtenção de conclusões verdadeiras. (Silveira, 2007, p. 165)

A dedução tem uma natureza eminentemente analítica e conceitual, sobretudo porque seus objetos são entes lógicos, declarou Peirce. (CP, 8.209) A relação que tal raciocínio apresenta com a experiência se nos configura de distanciamento, muito embora se puxarmos a longa colcha de signos (perdoem-nos a metáfora), teremos necessariamente réplicas icônicas e indiciais que de algum modo nos encaminharão à concretude do que nos passa, à condição de existência. O filósofo afirmou sobre a dedução tratar-se do único raciocínio necessário dentre os três, apresentando índole matemática; tal como a indução, não é capaz de originar uma ideia, isto caberia apenas ao procedimento abduutivo.

Conforme afirma Shook (2002, p. 63): “A concepção peirceana da dedução não é muito diferente da compreensão aristotélica da lógica dedutiva”. Isto corrobora nossa impressão já declarada nesta pesquisa de que Peirce resgata a herança lógica do sábio estagirita, de modo litúrgico, bem como profundamente expansivo e atualizador. Não podemos negar que a doutrina fenomenológica pragmática, sobretudo no que diz respeito às categorias primeiridade, secundidade e terceiridade, constitui-se enunciação original de Peirce. O fato de este eminente filósofo considerar a tríade abdução / indução / dedução realizações as mais sofisticadas do raciocínio, operadores sígnicos capazes de nos encaminhar a representações verdadeiras de mundo, exemplos de legissignos simbólicos argumentais, nos parece suficiente para explicar a reverência que o fundador do pragmatismo sempre demonstrou por Aristóteles (assim como em grande medida pelos escolásticos), o que pudemos verificar, após analisarmos diversos fragmentos peirceanos sobre a lógica aristotélica, tais como CP, 1.579, CP, 2.542, CP, 2.144, CP, 3.151, CP, 5.215, CP, 6.294, CP, 7.435.

Nossa escolha neste momento pela interlocução de Aristóteles, nas análises confrontadoras de excertos de Dewey e Peirce, não se fez senão pela inquestionável relevância que o legado do mestre grego apresenta para as obras de ambos os autores pragmáticos. Tal parâmetro também nos parece de importância central com relação à postura destes frente à tradição lógica.

3.2.1.5 A indução e a dedução em Dewey

A seguir, procuraremos descrever a concepção deweyana acerca da indução e dedução no pensamento aristotélico, assim como o que o autor pragmatista propôs com relação a estes métodos investigativos, como parte de sua contribuição para a reforma da teoria lógica. Poderíamos ter enunciado esta análise no capítulo anterior, quando ressaltamos as linhas gerais da restauração pretendida por Dewey. Preferimos fazê-lo no presente momento, por se tratar de aspectos específicos e pontuais da doutrina de Aristóteles, inerentes aos contributos peirceano e deweyano, como também para destacar deste o que estamos certos ser um elemento teórico central, merecedor de ênfase: a índole experimentalista, cuja expressão máxima se nos revela na descrição do pensamento reflexivo. Cremos que desse modo, ganhará o texto em harmonia. Outras ocasiões haverá em que procederemos do mesmo modo e novamente por imperativos semelhantes.

Dewey, ao relembrar as antigas concepções sobre a indução – método que consiste grosso modo em caminhar do particular rumo a generalizações – e a dedução – método com o qual se utilizam generalizações existentes anteriormente para ratificarmos enunciados sobre eventos singularizados –, admite que estes conceitos pelo menos delimitam o campo de discussão, no que diz respeito ao método científico. Trata-se, segundo o autor, de concepções que a tradição nos impeliu a repetir, sem examinarmos criticamente até que ponto são válidas, sobretudo refletirmos sobre quanto estariam em consonância com a prática científica. Dewey denunciou que comumente o fazer científico submete-se ao leito de Procusto¹⁶, uma contundente metáfora para os conceitos tradicionais de método científico, que muito pouco teriam que ver com a atitude científica. A advertência feita por Dewey é a de que, embora a pesquisa deva

¹⁶ Bandido que, segundo as narrativas greco-latinas, obrigava seus visitantes a deitarem-se, amputando-lhes os membros, se fossem maiores do que o comprimento da cama, ou os esticava, se fossem menores; o resultado era sempre letal.

inequivocamente atender às exigências teóricas da indução e dedução, bem como às relações de reciprocidade entre tais, coadunadas com a prática científica, **o terreno lógico de ambos os procedimentos foi desenhado em uma época anterior ao desenvolvimento do método científico.** Isto revela a premente necessidade de reforma teórica, cuja urgência não se vê em nenhum outro terreno da lógica quanto no que tange à indução e dedução.

Estas concepções mutilantes são oriundas, segundo o autor, de uma visão cosmológica que sistematizou a metodologia científica, fundada por Aristóteles. O avanço da pesquisa, conforme afirmamos no capítulo anterior, levou ao abandono daquelas crenças concernentes sobretudo à estrutura da natureza. Os métodos indutivo e dedutivo, formulados pelo filósofo grego, pouco atendiam às exigências conceituais do empreendimento investigativo, tornando-se aqueles fontes de incerteza e confusão, quando empregados como via de interpretação dos resultados da pesquisa. (Dewey, 1950, p. 462)

Dewey observou que o problema da enunciação aristotélica centrava-se no fato de que a noção de particular, que incidia diretamente nos dois conceitos metodológicos, estava atrelada à ideia de um objeto tal qual era concebido naqueles dias: um ente natural que somente apresentaria sua essência em formas fixas, imutáveis. Procedia-se então, em termos de fazer científico, a uma ordenação e classificação de espécies fixas, criando-se uma hierarquização, operada silogisticamente. **O problema crucial era que o conhecimento e representação de objetos de natureza mutável, instável, somente se viabilizava quando “capturados e lançados dentro dos limites fixos constituídos pelas essências que definem as espécies”** Nesta declaração vemos a ação de Procusto. Curioso nos parece observar com Dewey que, mesmo agindo dessa maneira, o resultado das classificações do pesquisador era demonstrado silogisticamente; todavia, de demonstrativo, o procedimento passava a ser um silogismo contingente.

A dedução, mesmo partindo de pressupostos cosmológicos, teria para Dewey um caráter genuíno, em seu itinerário do geral para o particular. Isto afirmou nos parece com relação ao silogismo demonstrativo, cujo elemento particular seria um ente absolutamente lógico: uma mostra específica de certa espécie universal que a inclui. Não vemos tantas reservas de Dewey quanto a tal procedimento, todavia, com relação

ao silogismo contingente, o dado particular enumera características muito distintas: são objetos que, por serem mutáveis, apresentam-se incompletos; capturados pela sensibilidade, podem nos surgir distantes dos traços que delineiam sua espécie. Para serem concebidos em enunciados verdadeiros, deveriam submeter-se a proposições universais que declaram a natureza essencial de cada espécie. Serão particulares em um silogismo contingencial que, consoante declarou o filósofo pragmatista, afasta-se das reais demandas da investigação.

Com relação ao método indutivo, o trajeto epistêmico do dado particular para a formulação de generalizações parece constituir um conceito comum tanto para a ciência da antiguidade quanto a moderna, entretanto Dewey declarou tacitamente que as semelhanças entre as duas épocas quanto ao método investigativo não iam além daquela definição geral de indução. O ente particular da pesquisa moderna é compreendido de maneira eminentemente díspare, assim como o trajeto deste para o geral, das antigas concepções. O autor pragmático afirmou que o conceito aristotélico de indução se mostrou intrinsecamente inadequado para atender às demandas da ciência de nossos dias. O excerto a seguir não nos deixa dúvidas sobre esta asserção:

A teoria cosmológica de Aristóteles postula que toda coisa cognoscível é de algum gênero ou espécie. Até a mesma percepção sensível é um modo de conhecimento de grau inferior na medida em que o visto, ouvido e tocado é captado como sendo de um gênero. O grau ínfimo de conhecimento, a mera sensação, capta diretamente qualidades determinadas por “formas sensíveis” como, por exemplo, no tato, o duro-macio. A sensação e a percepção sensível se faz sujeito à generalização e à dissolução, ao “nascimento” e à “morte”, assim como uma árvore cresce da semente, descai e desaparece. Por tanto, as percepções *recorrentes* constituem a experiência. Nas pessoas ditosamente dotadas pela natureza, que possuem o *nisus* ou potencialidade científica ou filosófica, a forma é captada pouco a pouco como tal, primeiro submetendo-se à matéria e, finalmente, livre por completo de qualquer conexão com ela. Assim se estabelecem a definição e a classificação, e temos conhecimento científico à base da captação ou notação racional; em uma palavra, o universal é captado em sua própria natureza intrínseca. (DEWEY, 1950, p. 465, *sic.*)

A inadequação do postulado aristotélico, segundo o autor, decorre principalmente da visão cosmológica, ratificamos, que sobremodo caracterizou aquele pensamento. Esta concepção metafísica e ontológica de que, pelo exercício do intelecto privilegiado, atingiríamos a essência dos seres se expandia a todo o terreno da teoria

lógica, o que já afirmamos no primeiro capítulo. Neste fragmento, parece-nos translúcido este aspecto na concepção de indução: o norte do método seria atingirmos as formas puras, percebidas em última análise pela razão, abandonando-se os dados sensíveis, a matéria e sobretudo a experiência. Com relação ao ente particular, temos severa inadequação, se raciocinarmos com Dewey: sendo a matéria instável em incontáveis eventos, tais como na mudança de estado seco para úmido, o particular se reduziria a uma “falta do ser”, sujeitando-se a uma dissolução, no trajeto para a generalização. Fica claro por que a percepção sensorial era vista como modo de conhecimento inferior. O método indutivo, nesses trilhos, para o autor pragmático, constituía-se na verdade um exercício psicológico. Dewey ainda afirma que o desprezo pelo contexto empírico, além de depreciar o próprio método indutivo, ideologicamente dizia respeito ao trabalho menos nobre de ofícios como o dos artesãos – afazeres e processos que, por estarem em conexão com o desejo e o apetite, a necessidade e a deficiência, não tinham o menor prestígio para o filósofo de então. A este caberia o rigor do conhecimento teórico que, em sua natureza intrínseca, bastava-se, em oposição às ocupações práticas.

Para a concepção deweyana, os dados particulares da observação experimental, além de se apresentarem como objeto de um problema, sinalizando para uma possível solução, ainda deteriam um caráter de assertibilidade e controle, com relação a antecipados modos de solução. Operações que modificam experimentalmente objetos captados pela sensibilidade são efetuadas, com vistas à obtenção de novos dados, para que sejam reordenados. Trata-se, segundo o autor, da tarefa mais árdua da investigação nas ciências naturais este novo ordenamento: o estabelecimento de novos dados que confirmem a efetividade de uma hipótese. Não raro, os componentes sensíveis podem se apresentar, como objetos e qualidades, “o obstáculo mais direto e importante na formação dessas ideias e hipóteses, que são genuinamente pertinentes e efetivas” (Dewey, 1950, p. 467).

Dewey enumerou nuances do que seriam as fases indutiva e dedutiva da pesquisa, em simbiótica interrelação e correspondência, enquanto operadores epistêmicos :

1) A fase indutiva se compõe do complexo de operações experimentais com as quais se modificam as condições que existem previamente de modo que se obtenham dados que sugiram e, por sua vez, provem as soluções sugeridas. 2) Todo modo de solução sugerido ou indicado deve ser formulado como uma possibilidade. Semelhante formulação constitui uma hipótese. A proposição *se - então* que resulta deve ser desenvolvida em relação ordenada com outras proposições de igual forma (ou no discurso), até que se obtenham conteúdos relacionados que formem a proposição *se - então* especial que dirigirá as observações experimentais que deem por resultado dados novos. O critério de validade de semelhante hipótese é a aptidão dos dados novos a que conduz para combinar-se com os dados primeiros (os que descrevem o problema), de tal modo que constituam um todo de significado unitário. 3) Segue-se diretamente a natureza da interrelação ou correspondência funcional destas duas fases da investigação. As proposições que formulam os dados deverão, para satisfazer as condições da investigação, determinar um problema de modo que indique uma possível solução, enquanto que a hipótese em que se formula esta última deverá ser tal que subministre operativamente os dados novos que completem e ordenem os obtidos anteriormente. Existe um contínuo movimento de vai e vem entre a série de proposições existenciais acerca de dados e as proposições não existenciais acerca de conceitos relacionados. (DEWEY, 1950, p. 470)

Este fragmento nos revela em boa medida a semelhança de atitude investigativa com Francis Bacon, a quem já nos referimos no capítulo anterior. Não à toa que Dewey o considerou o pai da indução (Dewey, 1959c, p. 67). Observamos também consonância com a descrição peirceana de raciocínio indutivo (apesar de algumas divergências que procuraremos adiante descrever). O que mais os alinha neste aspecto nos parece ser a característica de teste de uma hipótese-sugestão. Em Peirce, temos certa semelhança com Aristóteles, dado que o percurso a ser trilhado do particular ao geral se nos revela mais demarcado: a amostra aleatória deverá confirmar a hipótese aplicável a uma classe de seres. A conclusão se configurará como um enunciado cujo valor seria de proposição e, por que não afirmarmos, juízo (inferência nossa), ou de um legissigno simbólico dicente. Dewey propõe que as operações experimentais sejam as mais diversas, mudando de tal sorte as condições iniciais dos dados, que estes possam revelar algo a confirmar a hipótese. Mesmo isto ocorrendo, ainda teremos uma natureza de possibilidade quanto à solução. A certeza virá da soma de proposições (e nisto observamos o trajeto sutil do particular ao geral, aspecto que Dewey descredenciou na teoria clássica) que garantirão, ao elegerem uma nova e especial proposição, novos resultados. O valor da indução para o autor se exprime quando os dados recentes ordenados aos primeiros venham a confirmar a hipótese.

A concepção de raciocínio indutivo deweyana se nos revela mais sofisticada do que a peirceana, sobretudo porque observamos uma exaustiva, prolixa, quiçá obsessiva preocupação da primeira com a adequação do procedimento formal às exigências contingenciais da investigação. Embora Peirce fosse um cientista notório, suas descrições dos raciocínios científicos, salvo melhor entendimento, delineiam-se mais pelo viés semiótico (a incansável descrição dos códigos epistêmicos de que tanto as ciências quanto a própria filosofia da linguagem careciam) do que pelas agruras enfrentadas no laboratório. Prova de que Dewey atarracou-se com as tensões entre o fazer ciência e o dispor-se de uma lógica que não mais a descrevia a contento é o autor ter despejado em suas obras exemplos práticos de investigação, tais como uma empreendida acerca da natureza do orvalho. Formulando longa explanação sobre o método indutivo, desde os idos de Aristóteles, quando a observação comum determinava ser o orvalho um subgênero da chuva, a partir de feições objetivas, como a hora em que surge, posição e distribuição no solo, forma, etc., Dewey descreveu o percurso investigativo que culminou com uma nova proposição acerca do fenômeno natural.¹⁷ O maior problema não era descrever os traços que caracterizavam o objeto e sim determinar seu verdadeiro gênero. Embora Dewey afirme que cientificamente a crença de que o orvalho fosse um derivado do gênero ‘chuva’ tenha persistido até o século XIX, não erramos quando afirmamos que até hoje muitos creem que o orvalho cai, aquilo a que o senso comum associa ao termo “relento”.

Dewey pondera que tal inferência não poderia ser outra, a se supor que o gênero pudesse se fixar das qualidades imediatamente fornecidas. A mudança de postura investigativa, quanto ao que determinaria o gênero teve notória importância; no caso em questão, certas generalizações foram obtidas após a observação da condução e irradiação do calor. Em vez de qualidades diretas, modos de interação encaminhariam as generalizações. A nova concepção sobre o gênero do orvalho se viabilizou quando se associaram as variáveis de consequências do calor, condução e irradiação entre corpos de temperatura diferente às características de sólidos, líquidos e gasosos. Notemos que o dado particular, se concebido como outrora, sensorialmente, encaminharia inferências errôneas, mas desta feita o particular era um ente relacional; os dados observáveis, um problema. (Dewey, 1950, p. 473)

¹⁷ Os gregos criam que as gotículas de orvalho eram lágrimas da deusa Aurora, que chorava diariamente a morte do filho Memnon, vítima de Aquiles, na Guerra de Troia.

As proposições gerais sobre temperatura e pressão gozavam de uma garantida assertibilidade, contudo havia dúvida quanto a poderem se aplicar ao fenômeno do orvalho, embora se desenhasse uma hipótese genuína. O que se fez em seguida foi levar-se a cabo tal enunciado, de modo que o discurso científico, ao operar com as proposições relacionais, dedutivas, as coadunasse com os fenômenos objetivos. Pela falta de energia solar à noite, evidenciava-se a queda de temperatura do ar. Isto significaria, conforme proposições aceitas, haver condensação da atmosfera (estado gasoso para líquido), o que possibilitaria que a umidade, desta feita em estado líquido se distribuisse pela superfície dos objetos. O discurso científico foi além desta constatação, que se viabilizaria pelo simples arazoamento, pondera o autor. Este ressalta que o ganho epistemológico fora de outra natureza: uma hipótese dirigiu observações, de modo que esta somente teria sua assertibilidade garantida pelas consequências das operações. A nova concepção de orvalho supôs que haveria água em estado invisível, sem a qual não haveria o fenômeno. Diversas operações experimentais foram realizadas para que se garantisse tal condição. Estas também revelaram que certos materiais recolhiam mais orvalho do que outros, em virtude de serem melhores condutores e radiadores de calor. Relações entre a capacidade de condução / radiação de materiais e a quantidade de condensação de vapor foram estatisticamente catalogadas. Os experimentos ainda revelaram que, mantendo-se proporcionalmente os mesmos valores de mudança de temperatura do ar e dos objetos sobre os quais o vapor se depositava, haveria uma proporcional “aparência” do orvalho. Apesar de a hipótese ter se confirmado, o que se conseguiu fora apenas a inferência de que o fenômeno poderia ser explicado e gerado daquela maneira, todavia não se demonstrava a certeza de ser a única. Em que pese a lógica da investigação não ter sido levada a contento, diversos experimentos (variação / eliminação) se efetuaram de sorte que a inferência conclusiva adquirira alto grau de assertibilidade.

Embora Dewey (1950, p. 474) tenha descrito longa e acuradamente os passos indutivos no exemplo do orvalho, em nota de rodapé, o autor quase se desculpa pela simplicidade do evento escolhido, se comparado aos complexos empreendimentos da investigação científica real. Ele lamenta que a economia de páginas possa coincidir com a decepcionante simplificação do procedimento científico sempre presente nos tratados de lógica.

Com relação ao procedimento de enunciação da hipótese deweyano (que em Peirce também denominamos abdução, retrodução, argumento originário), cremos tê-lo descrito no capítulo anterior, quando apresentamos as etapas do pensamento reflexivo. Parece-nos claro que a hipótese genuína, para Dewey, diria muito mais respeito a Francis Bacon e a Peirce do que a Aristóteles. Isto explicaria o fato de Dewey não discutir diretamente aquele procedimento científico no pensamento grego, a não ser quando este em sua ontologia procurava compreender a realidade.

A abdução, sendo um notável contributo teórico de Peirce, nos autoriza afirmar que fora incorporada ao legado deweyano, ao passo que aquela se constitui o fundamento lógico da investigação e do método proposto por Dewey.

3.2.1.6 Sobre a influência aristotélica no registro deweyano: uma tensão instigante

Dewey nos revela um paradoxo notável, quando enuncia sua teoria acerca do método indutivo: diversos são os trechos em que reprova tacitamente a concepção clássica de que a ciência, dentre outros modos inferenciais, deva marchar do particular ao geral, consoante já afirmamos. Eis um fragmento ilustrativo:

A conclusão sobressalente é que os procedimentos indutivos são aqueles que *preparam* o material existencial, de sorte que tenha força probatória convincente em favor de uma generalização inferida. A ideia de que a indução consiste em marchar a partir de “algum caso” caso (ainda que “algum” signifique, logicamente, um ou vários) é, quando menos, trivial. (DEWEY, 1950, p. 475)

O excerto, a nosso ver, revela uma tensão expressiva no registro deweyano acerca do modo inferencial indutivo. A conclusão coincide com a ideia de generalização; o material existencial não poderia apresentar outra condição que não fosse de singularidade, contudo verificamos a insistente afirmação de que defender o conceito de marcha seria algo sem proveito. A explicação para tal nos parece convincente, mesmo quando descrevemos no capítulo anterior as fases do pensamento reflexivo: ao escolhermos uma hipótese que ordena dados existenciais suficientes para que confirmemos uma verdade científica na conclusão, já teríamos percorrido o caminho, o que torna o conceito clássico algo desnecessário. Se os dados materiais e objetivos de onde parta a investigação não forem preparados anteriormente com vistas a experimentações, nenhum caso, por numerosos que sejam, poderá afiançar uma futura

inferência conclusiva e geral. Tal preparação deverá se nortear pelos princípios conjuntivos – afirmação – e disjuntivos – negação – inerentes às operações de teste da hipótese. Ainda sobre tais elementos indutivos, declarou o autor:

Estas poderão revelar coincidências em “fenômenos que materialmente ou existencialmente são independentes entre si, e contrastam as coincidências (identidades) obtidas mediante a eliminação ou corroboração sistemáticas de diferenças. (DEWEY, 1950, p. 475)

Uma vez mais temos uma explanação deweyana à tese de que o conceito para indução segundo o qual seja esta o percurso a se trilhar do particular para o geral não faz muito sentido. O paradoxo em questão, observamo-lo expandir-se com relação ao pensamento aristotélico em geral. Conforme já declaramos nesta pesquisa, Dewey, ao mesmo tempo que insiste inúmeras vezes em demarcar pontos de afastamento do ideário grego, propõe a utilização desta lógica como instrumental epistêmico para a investigação científica, obviamente que restaurado. É fato que Dewey não criou formas lógicas como substância, termo, sujeito, predicado, indução, dedução, etc. Se obviamente resgatou-as do mestre de Estagira, assim como o fez Peirce e este o admitiu sempre, parece-nos perturbadora a aversão de Dewey, a insistência em afastar-se. Trata-se de uma tensão à qual não podemos fugir. Dewey, com relação a seu professor (Peirce), também revela, apesar de admiração, autonomia; no que concerne ao método indutivo, apresenta ressalvas, como podemos verificar no trecho a seguir:

No momento em que se determina que *um* caso qualquer é tal que resulta exemplarmente representativo, está resolvido o problema entre ambos. É corrente inferir de exemplos e ilustrações, o que Peirce denomina diagramas ou “ícones”. No curso de discussões anteriores seguiu-se com frequência este percurso. Porém não é necessário muito arrazoar para verificar-se que todo valor de semelhante modo de inferência depende de o caso em questão ser genuinamente exemplar e ilustrativo. Se voltamos a sublinhar este ponto, é porque resulta decisivo no que concerne à natureza do procedimento indutivo. (DEWEY, 1950, p. 480)

Temos explícito neste excerto novamente o paradoxo a que já nos referimos: o autor declara que nas discussões anteriores percorreu-se o trajeto da abordagem de um caso representativo para que inferencialmente se obtivessem enunciações gerais, desde que aquele representasse eventos particulares genuínos. Estes seriam espelhados por ícones, segundo os concebera Peirce; melhor afirmando, diagramas – hipóícones de

secundidade –. Vale-nos ressaltar que na concepção peirceana, os ícones sempre apresentarão degeneração sígnica, posto que se constituem representações de primeiridade. Também havemos de ponderar que em Peirce um caso levado adiante não se compõe apenas de diagramas, que diriam respeito ao predicado, como também de índices que engendram o sujeito na estrutura da proposição (CP 5.314), tema de que trataremos mais adiante.

O que observamos, ao analisarmos o fragmento, é que, se por um lado Dewey reconhece a importância da marcha indutiva, ao citar Peirce, por outro, apresenta ressalvas e conseqüentemente críticas ao método, uma vez que nos revela o fato de que nem sempre o caso reúne condições de legitimidade.

Embora vez e outra Dewey se disponha de conceitos peirceanos em suas obras e tenha sido influenciado por estes (Shook, 2002, p. 32), uma hipótese nos parece razoável com relação à falta de referências a Peirce: o fundador do pragmatismo, já afirmamos, sempre resgatara de modo indulgente as teorizações aristotélicas. Como há um claro esforço de Dewey em afastar-se destas, sobretudo pelo caráter ontológico e até político que as matizava, evidentemente que ocorreria o mesmo com a doutrina peirceana, guardadas as proporções.

Poderíamos enunciar diversos aspectos da lógica deweyana que tautologicamente revelam a contradição de que tratamos, com relação à influência aristotélica nos mesmos. Se assim agíssemos, esta pesquisa se agigantaria com relação a tal temática, o que se constituiria um problema estrutural; por este motivo, embora nos pareça sobremodo estimulante investigarmos tal tensão, faremos apenas mais uma referência a esta: a noção de substância.

A seguir, um excerto que ilustra uma vez mais o intento restaurador de Dewey, com relação à doutrina lógica clássica:

Disse Aristóteles que é “absurdo conceber o fato de que as coisas desta terra mudam e nunca permanecem as mesmas, na base de nosso juízo acerca da verdade. Porque, ao perseguir a verdade, tem-se que partir de coisas que estão sempre no mesmo estado e nunca mudam. Assim temos os corpos celestes; pois não se apresentam agora com uma natureza e logo de outra, mas que são manifestamente o mesmo e não mudam”. (DEWEY, 1950, p.150)

A noção de substância, dentre outros tantos tópicos de lógica, foi inegavelmente introduzida por Aristóteles, tendo importância ímpar à noção de sujeito. Ocorre, contudo, que o sábio grego atribuía àquela um caráter ontológico, imutável, tal como se revelaria na observação às estrelas. Somente elementos perenes poderiam ser considerados substâncias aptas a comporem sujeitos de proposições verdadeiras. Dewey busca uma reformulação do conceito: **a substância deverá exprimir “uma determinação lógica e não ontológica”, será o aspecto descritivo do objeto, resultante de uma cadeia de juízos parciais que culminaram em situações de existência.** O caráter de substância independe de duração física e temporal, dirá respeito muito mais a “certas qualificações que se entendam como signos interdependentes, de modo a promoverem certas consequências, com novas interações”. (Dewey, 1950, p. 148) O exemplo para tal seria o açúcar, apresentado no capítulo anterior¹⁸.

Retomamos uma abordagem já realizada (substância) para ratificarmos a via de mão dupla do registro deweyano: aproveita-se a invenção de um conceito lógico, contudo se retira deste o caráter metafísico, atribuindo-se-lhe uma índole contingencial, expressa signicamente. A preocupação reformadora de Dewey em expurgar a natureza ontológica da noção de substância nos parece coadunar-se perfeitamente com a intenção de depor uma teoria que outrora servira para governar, sobretudo porque uma proposição metafísica tradicional apresentava-se não somente irrefutável, como impossível de ser testada. Como questionaríamos a imutabilidade dos astros? Assim assentavam-se as verdades aristotélicas, em sujeitos de estatura cosmológica, senão cosmogônica.

A demissão efetuada por Dewey da ontologia e que este creditou aos avanços da inteligência científica, em Peirce vemos ocorrer muito mais pelo pendor lógico e epistemológico deste, do que devida a questões relativas ao poder. Os excertos analisados sobre abdução / indução / dedução em Peirce, confrontados com os de Dewey, discutindo elementos da lógica aristotélica, confirmam nossa impressão.

Não observamos em Peirce um crivo político ao resgatar os escritos aristotélicos, tal como ocorre em Dewey. Afirmamos mais, aquele consideraria a discussão política como registro não pertencente à filosofia. (Rorty, 2000) Como filósofo da ciência

Subcapítulo 1.7.3.4. Sintaxe do juízo - sujeito, página 50.

(físico, químico, matemático, etc.), o primeiro nos parece debruçar-se sobre questões que dizem mais respeito à lógica – estudo da semiose e da inferência de argumentos – do que outras, de caráter social e político. Em Dewey, temos estas preocupações, de modo que se percebe facilmente que o filósofo da educação promoveu avanços em diversos terrenos na doutrina fundada por Peirce.

A retina deste cientista cremos ter-se ampliado indiretamente à escola, às instituições e outros setores da cultura, pelas obras da segunda geração pragmática. Não vemos, entretanto, muitas possibilidades disto ter ocorrido, sem a iconoclastia deweyana. Denunciando o poder inerente às relações da filosofia com a sociedade, tal como se deu com Platão e Aristóteles, à medida que separaram a *episteme* da vida prática, consoante já declaramos (ARAÚJO, 2009). Dewey não poupou farpas à tradição ateniense. As críticas não se atêm somente à concepção política de mundo dos gregos. A própria teoria lógica (e mesmo moral) era atingida por este formato ideológico, à medida que aquela, ao se afastar da experiência, em nada lhe valia. Apesar de franco atirador, o que realmente Dewey propôs seria uma reconstrução da filosofia. Sua contribuição também é pródiga: estética, metafísica, epistemologia, filosofias da mente, ciência, educação, social, política (Shook, 2002, p. 137).

Sobre as contradições em questão no registro deweyano relativas ao aristotelismo, Pimenta e Cunha (2011) propõem uma via interpretativa que tem por hipótese a possibilidade de Dewey ter se apropriado, senão praticamente plagiado conceitos do filósofo estagirita. Apoiados em autores como Garrison (2006) e Chambliss (1990), defendem que Dewey teria transladado para seus escritos tais pressupostos, sem prestar as devidas contas autorais, com vistas a suprir demandas teóricas. Cunha (2007) classifica tal prática como desleitura, mecanismo discursivo cuja técnica supõe elaborar-se uma versão do que fora lido, omitindo-se certos aspectos do pensamento original; noutros termos, uma interpretação pessoal da obra que não coincide plenamente com as enunciações originais da mesma. (PIMENTA, R.; CUNHA, M. V., 2011) Tal percurso de investigação também declara que Dewey teria compreendido escolasticamente Aristóteles (outro notável paradoxo, haja vista a aversão deweyana à doutrina medieva), o que faria aquele não perceber a proximidade da filosofia do grego com sua escrita pragmática. Há consideráveis argumentos para tal hipótese, dentre eles o fato de que Aristóteles não teria discorrido apenas sobre

elementos imutáveis, mas também levado adiante profunda reflexão sobre a não apreensão racional de dados empíricos (BERTI, 2002, apud PIMENTA, R.; CUNHA, M. V.); mais do que isto, o método aristotélico iria muito além da lógica dedutiva, compondo-se de uma série de outros procedimentos racionais: antes de chegar às formulações silogísticas, haveria um paciente preparo das condições de pesquisa que legitimariam as premissas, estratégias descritas nos “Tópicos” do “Organon” (1987). Isto confirmaria a tese de apropriação deweyana. Cunha (2011) adverte entretanto que investigar as relações entre Dewey e Aristóteles constitui-se um desafio ao pesquisador do pragmatismo, havendo muito para se esclarecer e mesmo o conceito de desleitura proposto constitui-se uma hipótese.

Creemos que tal percurso argumentativo traz respostas ao paradoxo de que tratamos. Se tais impressões que atualmente se inscrevem no que consideramos primeiridade se tornarem enunciados de terceiridade – o contexto do argumento demonstrado, irrefutável, silogístico –, estaremos diante da desqualificação de Dewey como filósofo, no que preferimos não apostar. Nosso trabalho, com relação à especificidade da questão, procura contribuir realçando as semelhanças e diferenças entre os pragmatistas clássicos, no que diz respeito ao aristotelismo, em especial à lógica investigativa. Não se constitui intento presente perquirir razões que teriam concorrido para as tensões da filosofia deweyana relativas ao pensamento do grego, muito embora as entendamos como veio de pesquisa instigante e valoroso.

No que concerne à influência do legado aristotélico, temos portanto distinções e semelhanças entre os pensamentos peirceano e deweyano. Muito embora este também tenha presente em sua teoria aquela lógica, mesmo a tentativa de atualizá-la, segundo verificamos (em uma abordagem geral) na indutividade funcionalista do método científico proposto e ordenação do pensamento reflexivo, pudemos verificar esforços de rompimento com inúmeras concepções gregas. Ratificamos que a lógica deweyana, salvo melhor entendimento, seria grosso modo a tentativa solene de uma reapresentação da teoria lógica, de modo que esta se nos configure útil nas demandas da vida prática.

3.2.1.7 Apontamentos conclusivos sobre a inferência no pragmatismo: dois diagramas

Após as explicações peirceanas apresentadas neste capítulo e aquelas deweyanas do anterior, acerca da inferência, formulamos dois breves¹⁹ diagramas (no registro de Peirce, hipóícones de secundidade) que possam contribuir para uma visualização dos dados centrais em questão. A seguir, o primeiro, obviamente triádico:

E X P E R I Ê N C I A		
PRIMEIRIDADE	SECUNDIDADE	TERCEIRIDADE
SENTIMENTO	ESFORÇO	NOÇÃO
COMPREENSÃO (juízo de sensação)	EXTENSÃO (hábito)	COMPREENSÃO E EXTENSÃO (inferência intelectual)
ÍCONES	ÍNDICES	SÍMBOLOS

A experiência, para Dewey, constitui-se resultante da relação entre meio físico / cultural e a linguagem, viabilizada pela inferência; isto posto, temos:

¹⁹ Isto afirmamos, tendo em vista que há incontáveis elementos lógicos pertinentes aos contributos de ambos os autores que poderiam ser mencionados nos diagramas, inviabilizando-os.

E X P E R I Ê N C I A				
MEIO FÍSICO		LINGUAGEM		LÓGICA
MEIO CULTURAL		SIGNO-SIGNIFICADO		REAL / FORMAL
		SÍMBOLO-SENTIDO		SÍMBOLO COMUM
				SÍMB. CIENTÍFICO
P E N S A M E N T O R E F L E X I V O				
SUGESTÃO	INTELECTUALIZAÇÃO	HIPÓTESE	RACIOCÍNIO	TESTE

A separação efetuada por Dewey entre lógica formal e lógica real (preferimos adjetivá-la como da experiência) não se verifica em Peirce. Maior prova disto cremos serem as dez classes com que este descreveu os signos. Vale-nos lembrar que o autor deixou claro não haver uma classificação definitiva para qualquer signo, apenas aspectos analisados do mesmo. Não há fixidez na caracterização de um signo. Mesmo as dez classes poderão se expandir ao infinito, caso raciocinemos segundo a ideia de pensamento em rede que bem caracteriza a semiose. Os exemplos fornecidos para as classes, que vão desde uma sensação de cor – qualissigno icônico remático – até o silogismo – legissigno simbólico argumental – nos parecem ratificar o que afirmamos. O notório mapeamento lógico de que tratamos não separou os signos em formais e reais. Quando o fundador do pragmatismo corrigiu a ideia corrente em seus dias de que a verdade seria de dois tipos – lógica e material, conforme veremos mais adiante, também nos levou a inferir que a polarização feita por Dewey naquela análise não ocorreu. A obstinada procura peirceana pela exatidão da escrita lógica não se constituiu motivo para o autor separar de modo tão tácito a lógica formal da lógica da experiência. Obviamente que há um sem número de textos de Peirce sobre a primeira, de tal sorte que não seria incoerente afirmarmos tratarem aqueles da matéria pura, emoldurada, formal. O conceito de réplicas, contudo, nos faz sempre retornar à experiência: um legissigno deverá se dispor destas – sinsignos especiais que singularizem, resgatem a existência das representações – . Exemplo: a figura universal do coraçãozinho

vermelho, simbolizando o amor. Tal representâmen, na relação deste consigo, apresenta-se como lei, assim o faz ancorado em réplicas sinsígnicas, a saber figuras de incontáveis corações que representam metonimicamente, senão por metáfora, os sentimentos dos apaixonados. Há um consenso universal de que o coração é atingido quando o indivíduo se apaixona. Ao analisarmos o clássico silogismo: “Todo homem é mortal; Sócrates é homem; Logo, Sócrates é mortal.”, embora Dewey o tenha descredenciado, no sentido de se constituir um enunciado formal que se afastava da experiência, para Peirce, cremos ser natural a obtenção de réplicas daquela formulação na existência.

Entendemos a intenção de Dewey, ao demarcar tão firmemente as diferenças entre as lógicas como um requisito para que, de posse de tal dicotomia, possamos enfim fundi-la em um método que se nos apresente efetivo com relação às demandas do viver. Teríamos então, consoante afirmamos no primeiro capítulo, o processo reflexivo como expressão da lógica real e o produto, como realização da lógica formal.

Após analisarmos os dois diagramas, considerando todo o percurso que representam e que procuramos nesta pesquisa descrever, verificamos diversas aproximações e relações de contiguidade, sobretudo por um elemento lógico fundamental: o símbolo. Da tríade peirceana mais conhecida e importante, este signo constitui-se o modo de terceiridade. Tal representâmen diz respeito até mesmo à imortalidade humana que, para Peirce, dependerá do homem ser um símbolo verdadeiro (CP, 1.594).

Em Dewey, verificamos a separação entre símbolo comum e científico, signo-significado (o que para Peirce seria um sinsigno indicial) e símbolo-sentido (em Peirce, legissigno simbólico). No que concerne à classificação dos signos, operadores da representação, a descrição peirceana é sobremaneira mais sofisticada que a deweyana. Isto afirmamos para sermos justos com ambos os mentores pragmáticos. O primeiro, conforme já declaramos, construiu o maior sistema semiológico de que se tem notícia, procurando obsessivamente dar conta de uma escrita que amparasse qualquer epistemologia; o segundo debruçou-se sobre as questões que envolviam o resgate da filosofia, ressignificando-a (permitam-nos este verbo), inserindo-a na existência; para

tanto, lançando-se às agruras de se estabelecerem relações entre os registros da pesquisa científica e as relações desta com a lógica do cotidiano, entre outros desafios.

Uma afirmação que podemos fazer, após confrontarmos os diagramas é que ambos apresentam uma tomada panorâmica sobre a inferência; **o símbolo, como realização desta, salvo melhor entendimento, constitui-se um divisor de águas para a cultura e propriamente para a semiose. Nos escritos de ambos os teóricos, percebemos a atuação essencial de tal signo. Para Dewey, conforme afirmamos no capítulo anterior²⁰, o símbolo é que possibilita a uma sugestão ser apresentada à existência, sobretudo porque este reúne os significados que darão corpo àquela inferência.** Toda ideia dispõe de símbolos que a transmitem; sem estes, não há pensamento. Os próprios significados, para Dewey, à medida que se transformam, também são símbolos.

Em Peirce, o objeto do símbolo é uma lei, apresenta caráter geral, tendo em vista que o mesmo se constitui uma relação associativa de ideias pactuadas pela coletividade. O símbolo para o autor também determina a característica de muitos tipos de signos, tal como ocorre com o legissigno, ao que poderíamos denominar símbolo, por apresentar índole de lei na relação do representâmen consigo (CP, 3.249). Peirce insiste que todo símbolo, embora tenha como objeto um caráter geral, deverá sempre ancorar-se em casos existentes (secundidade) que representa, sendo indiretamente afetado por tais, mediante a ação de índices especiais.

Verificamos, portanto, a consonância inequívoca entre Peirce e Dewey, com relação às concepções sobre a inferência simbólica, embora este último tenha a descrito de modo mais simples, todavia não menos importante e funcional.

Outro aspecto de inenarrável importância para a filosofia pragmática, em uma abordagem panorâmica, parece-nos ser a relação da teoria lógica com a estrutura do pensamento reflexivo. **Para Peirce, a excelência inferencial se exprime com o raciocínio necessário, cujo interpretante último seria a conduta – ocasião em que o pensamento desenha a verdade (permitam-nos tal figura) – ; para Dewey, há uma orientação da lógica, em suas incontáveis realizações, no sentido de fundamentar o**

²⁰ 1.7.2.4. Sugestão (atuação do símbolo), página 32.

pensamento reflexivo. Mesmo a sugestão, que nos escapa ao controle, para ser lançada no viver, consoante afirmamos há pouco, requer a operatividade simbólica. Todo expediente descrito pela lógica, tal qual a sintaxe da proposição e do juízo – sujeito, predicado e cópula – ou os consagrados raciocínios hipótese, indução e dedução, dentre tantos exemplos que poderíamos mencionar, apresentam relação intrínseca com a estrutura do pensamento arrazoado, descrita por Dewey. Defendemos mais: tais passos (fases do pensamento reflexivo) reúnem características de um método em que predomina o movimento hipótese, dedução e indução. Sentimo-nos autorizados a afirmar que **Dewey deu seguimento ao método abductivo que Peirce enunciou; mesmo a característica de teste que para este seria a grande nuança da indução, vemos em Dewey como uma variável fundamental, rumo à assertibilidade e legitimação do conhecimento adquirido;** assim como, no que diz respeito à dedução, vemo-la operando por ocasião do que Dewey denominou intelectualização, o mapeamento de todas as variáveis do problema, o que se constitui um modo dedutivo de inferência. O mesmo ocorre com a fase do raciocínio, quando reúne conjecturas, equaciona os testes, seleciona procedimentos. Afirmaríamos até que a própria hipótese constitui-se um exercício dedutivo, à medida que dispõe de símbolos advindos da experiência que, em certa medida, apresentam características de generalidade com relação aos objetos representados, sem o que seria impossível enunciarmos uma sugestão qual fosse, frente a um problema.

Enumeraremos ainda alguns aspectos, dentre muitos preteridos, que nos levam a crer na existência de uma simbiótica relação entre Peirce e Dewey, com relação às concepções de ambos sobre experiência e linguagem, o que não ocorre em outros terrenos do texto pragmático, por exemplo no que concerne à autoridade, aspecto relativo ao argumento. Este tema trataremos mais adiante, quando comentaremos as impressões de Peirce com relação ao realismo escolástico.

A proposta pedagógica deweyana, sobretudo no que diz respeito a uma escola democrática e menos elitista, dentre tantos pressupostos, **defende uma linguagem assentada sobre símbolos genuínos, praticamente transladando as ideias de Peirce para o universo da educação. O elemento volitivo que em grande medida nos dirige a inferência, segundo este autor, aparece no pensamento deweyano, ao propor que os conteúdos escolares se voltem aos interesses da criança. Estes aspectos são**

exemplos a mais das conexões entre os registros de tais autores. No subcapítulo conclusivo desta pesquisa, retomaremos tais temas, em uma reflexão acerca da experiência escolar.

Ainda interpretando as possíveis conexões teóricas entre os diagramas, vemos consonância entre diversos elementos, sobretudo porque a fenomenologia triádica peirceana inscreve em si todo aspecto gnosiológico apresentado por Dewey. Exemplos disto nos parecem ser os passos do pensamento reflexivo e as noções já apresentadas acerca da tríade inferencial sentimento / esforço / noção. Notemos como se coadunam, guardadas as proporções, a sugestão deweyana com o correlato sentimento (juízo perceptivo ou de sensação); as fases intelectualização, hipótese, raciocínio, ao correlato noção; e a verificação da hipótese ao aspecto esforço.

Não podemos deixar de assinalar que a tríade, em uma abordagem geral, embora não seja invenção de Peirce e sim resultado de amplas investigações levadas a cabo acerca da teoria lógica (que lhe custaram pelo menos quatro décadas, remontando aos dias de Pitágoras), **constitui-se traço essencial do registro peirceano: a experiência é triádica; em Dewey, se pudermos eleger uma nuança com tal alcance descritivo, cremos que a noção de continuidade entre experiência e linguagem nos servirá bem para caracterizá-lo teoricamente em um único traço.**

Vemos a influência de Peirce em Dewey com relação ao que diz respeito à significação da experiência como um todo. O fragmento a seguir cremos confirmar a continuidade entre os planos da realidade concreta, sensorial e o da representação como contexto da experiência (traços do pensamento deweyano a que nos referimos há pouco):

Não existe experiência quando uma criança simplesmente põe o dedo no fogo; será experiência quando o movimento se associa com a dor que ela sofre, em consequência daquele ato. De então por diante o fato de se por o dedo no fogo significa uma queimadura. Ser queimado será apenas uma simples modificação física, como o queimar-se um pedaço de lenha, se não for percebido como consequência de uma outra ação. (DEWEY, 1959b, p. 152)

Embora se trate de um escrito deweyano, parece-nos aqui evidente a tríade como mapa geral da experiência. A atitude de a criança levar o dedo ao fogo por simples

curiosidade se caracterizaria como um evento de primeiridade: a sugestiva e sedutora imagem da chama se apresenta como objeto dinâmico para o qual a mente infante formula qualissignos icônicos remáticos; para que o conhecimento se estruture e sinsignos indiciais se estabeleçam, há a necessidade do fogo ser tocado. Este experimento se inscreve na secundidade – dimensão fenomenológica do conflito e da existência – ; quando a ação de por o dedo no fogo significar queimadura, terá a terceiridade se configurado, instância em que a experiência se completa: os objetos ou eventos do mundo passam a ser representados, ou internalizados.

Na heurística deweyana (pensamento reflexivo) facilmente identificamos diversos pressupostos da lógica de Peirce; o traço mais geral e comum aos dois teóricos se nos revela quanto à exigência de que o conhecimento seja a resultante de um caminho trilhado pela experiência. Perdoem-nos o caráter tautológico desta afirmação, posto que nesta pesquisa isto declaramos inúmeras vezes. O pragmatismo, por constituir-se uma filosofia da experiência, tem no experimento (seja de qual natureza) seu matiz mais significativo.

Ressaltamos uma vez mais a importância do que os diagramas sugerem enquanto sínteses do registro pragmático, com relação à inferência. Vale-nos ponderar que mesmo esta pesquisa apresenta em todas as abordagens efetuadas diretas conexões com tais hipóicones. Uma vez mais deteremos nossas interpretações, desta feita relativas à inferência em Peirce e Dewey, com vistas a não estendermos por demais tal tópico, em que pese sua relevância, crendo assim contribuirmos para a harmonia do texto.

4 A concepção peirceana de verdade; os três tipos de bem; noções de ética

4 A concepção peirceana de verdade; os três tipos de bem; noções de ética

Conforme já declaramos nesta pesquisa, um traço teórico que afasta o pragmatismo de muitas vertentes filosóficas, como o empirismo inglês, cremos ser a verdade como *telos* para a semiose – longo processamento sígnico – que inclui, entre os aspectos inferenciais já apresentados, instâncias que dizem respeito às ciências normativas particulares: estética, ética e lógica. O mentor pragmático atribuiu à estética (primeiridade) a função de analisar e discutir as qualidades do sentir; à ética (secundidade), considerações sobre a ação; à lógica (terceiridade), as abordagens sobre a representação, sobretudo a descrição crítica dos argumentos (CP, 2.129-130).

Peirce declarou que todo raciocínio genuinamente lógico deverá se assentar sobre alguma classe especial de argumentos. A conclusão se apresenta verdadeira porque haverá sempre, em inferência análoga, outra conclusão verdadeira: um argumento que apresentaria “autoaprovação” e, portanto, autocontrole. O autor pondera que há inferências sobre as quais não temos o menor controle, tais como o crescimento (e a queda!) de nosso cabelo; qualquer juízo que destas façamos nos será inútil, à medida que fatos desta natureza e consequentes interpretantes independem de nossas decisões. Quando enunciamos, contudo, experimentos com vistas à comprovação de uma hipótese ou propomos um exercício tal qual a inserção de uma linha em um diagrama, para que se determine alguma questão ou conceito, temos então ações lógicas as quais controlamos, sobre o que emitimos juízos (aprovação ou reprovação). Estes enunciados, para Peirce, são exercícios morais. A seguir, um excerto que bem-elucida o que nos parece um preceito fundamental ao pragmatismo:

A ética é o estudo sobre quais as finalidades de ação que estamos deliberadamente preparados para adotar. Isto é a ação correta que está em conformidade com os fins que estamos deliberadamente preparados para adotar. Isso é tudo que pode haver na noção de correção, é o que me parece. O homem correto é o que controla suas paixões, e as faz conformarem-se com os fins que ele está deliberadamente preparado para adotar como fins últimos.

[...]A Ética – a genuína ciência normativa da ética, enquanto distinta desse ramo da antropologia que, em nossos dias, é conhecida pelo nome de ética – esta ética genuína é a ciência normativa *por excellence*, porque um *fim* – o objeto essencial da ciência normativa – está ligado como um ato voluntário o qual não está ligado a nada mais. É por esta razão que tenho algumas dúvidas quanto à existência de

uma verdadeira ciência normativa do belo. Por outro lado, um fim último da ação *deliberadamente* adotada – isto é, razoavelmente adotada – deve ser um estado de coisas que *razoavelmente se recomenda a si mesmo em si mesmo*, à parte de qualquer consideração ulterior. Deve ser um *ideal admirável*, tendo o único tipo de bem que um tal ideal *pode ter*, ou seja o bem estético. Deste ponto de vista, aquilo que é moralmente bom surge como uma espécie particular daquilo que é esteticamente bom. (CP, 2.130 - *sic.*)

O que nos chama à atenção, dentre outras nuances deste notório escrito, é a indissociabilidade entre os três tipos de bem, enunciada pelo mentor pragmático. Uma ação recomendável assim o será se definitivamente estiver ancorada em qualidades estéticas recomendáveis, devendo também se conectar a um ato de vontade que não se encaminha a nada mais, apenas à primeiridade, enquanto ideal possível. Uma característica bastante difundida e responsável por grotescas caricaturas do pragmatismo, cremos ser a determinação de que o agir correto está em consonância com os fins últimos. Isto afirmamos pelas deformidades utilitaristas que se originaram em tal preceito. Esta determinação moral nos parece abrigar uma contradição: Se, para sermos genuinamente éticos, devemos agir sem nenhuma finalidade que não a própria admirabilidade daquilo que seria esteticamente bom (e não belo²¹), como se sustentaria a afirmação de que devemos agir segundo os fins últimos? Se nestes mirarmos, abandonaremos a primeiridade (o bem estético) que a si se recomenda. A nosso ver, o paradoxo se destrinça quando assumimos como fim último o ideal estético, num exercício de terceiridade que se volta à primeiridade. Eis o que propõe o filósofo, todavia afastando esta noção daquilo que se conhece como imperativo categórico. Peirce descredencia tal enunciação kantiana, por considerá-la um mandamento incontestável e eterno, sobre o qual não temos controle algum. Para que miremos um fim último, este deverá ser capaz de abdicar da própria consciência, caso contrário será moralmente inútil. Para que tenhamos um agir moral, deveremos estar livres desta última e assim nos controlarmos verdadeiramente, doutro modo nossas máximas morais não seriam muito diferentes de “latidos de vira-latas” ou “piados de corujas”, segundo o autor. Inferimos disto que tal concepção de fim último supõe uma autonomia que, para Peirce, não existe em Kant, sobretudo porque para este a ética seria um exercício do

²¹ Peirce apresenta ressalvas com relação a associarmos o esteticamente recomendável ao belo, sobretudo porque as qualidades positivas, simples, imediatas, não necessariamente nos levariam ao gozo estético. Mesmo com relação àquelas, no que poderiam significar corporificações, não haveria para o autor distinção entre melhor e pior. Isto se coaduna, se não erramos, com o conceito de qualissigno e mesmo de rema: o primeiro, por se constituir uma possibilidade de representar algo; o segundo, a possibilidade de significar.

dever, o qual não diz respeito à vontade. Curiosamente, vemos o mentor pragmático caracterizar a “voz da consciência” como um impedimento ao controle que possamos ter sobre nossas ações, tendo em vista que aquela poderia ser refém de dogmas apriorísticos e não se apoiar em razões ulteriores, concernentes a verdadeiros fins. Se formos capazes de controlar até mesmo a consciência, a ponto de a deixarmos de lado, para decidirmos sobre nossos atos, então estaremos aptos a perseguir fins últimos (CP, 2.133).

Discutirmos a verdade no pragmatismo e em qualquer sistema filosófico que a conceba, implica em análises acerca da linguagem. No registro peirceano, um enunciado verdadeiro é um representâmen, assim como qualquer inferência, posto que, para o autor, não há pensamento sem signos (CP, 6.265). **O bem estético ou, em outra expressão, a expressividade, seria capturado e apresentado por representâmens remáticos, propositivos ou argumentais.** Estamos certos de que a fruição artística se insere neste contexto sígnico. Um exemplo para tal poderia ser a apreciação de uma sinfonia de W. A. Mozart: Impressões dispersas, tais como efeitos de pífaros, constituir-se-iam signos cujos interpretantes se apresentariam como remas; frases violinísticas descrevendo programaticamente paisagens bucólicas seriam representações para as quais os interpretantes dinâmicos seriam dicentes (dicissignos ou proposições); a combinação de incontáveis elementos demarcadores da estrutura da sinfonia, tais como os andamentos, a dinâmica – diversas intensidades, como pianíssimo, piano, meio forte, forte, fortíssimo – os ataques de naipe, as cadências, dentre outros aspectos gerais, configurariam representâmens argumentais.

O bem moral, ou em outra expressão correspondente, a veracidade, somente poderá ser espelhado por um representâmen do tipo proposição ou argumento, posto que o rema, conforme já declaramos, inscreve-se na primeiridade, enquanto signo de interpretação, detendo apenas qualidades decodificativas. A certeza e, por conseguinte, a índole de veracidade de um juízo constitui-se traço de representâmens de secundidade ou terceiridade, sobretudo porque se trata de uma textura sígnica (permitam-nos esta metáfora) inerente à experiência, muito embora interpretantes remáticos especiais sejam incorporados obviamente aos propositivos.

O bem lógico – para Peirce, a verdade – é um signo resultante da semiose em sua completude. Melhor afirmando, o fruto de juízos perceptivos incontáveis, mesmo podendo estes ser falhos. A verdade surge como culminância do longo processo de correção de inferências. O mentor pragmático insistiu na importância de tal signo (o bem lógico) para sua doutrina. Este se exprime na excelência do argumento. A tríade abdução / indução / dedução, já descrita nesta pesquisa, incorpora os traços teleológicos do bem pragmático maior.

Peirce corrigiu a concepção de que há dois tipos de verdade: a lógica e a material. A primeira, sendo de certo modo inferior à segunda, dado que esta expressaria a seu turno a veracidade, portanto inserida nas contingências do viver. Cremos não poder ser outra a postura peirceana, sobretudo pelo fato de que nosso conhecimento, segundo Peirce, assenta-se sobre juízos perceptivos, consoante afirmamos há pouco. Mais do que isto: a fenomenologia peirceana contempla toda inferência como célula do pensamento em rede, o que deporia contra uma separação entre verdade lógica e material. Para além destas ponderações, temos o percepto – objeto imediato de todo conhecimento – . **A conduta arrazoada se constitui o interpretante imediato do conhecimento como um todo.** O autor também defendeu a importância de discernirmos com clareza aquilo que se nos apresenta como objeto e o que seria interpretante do conhecimento, noção fundamental a toda epistemologia de valor. (CP, 2.539)

O percepto parece-nos corresponder, com relação à tríade representâmen / objeto / interpretante, ao segundo correlato, sendo o conhecimento um signo. A percepção imediata enuncia juízos perceptivos; o universo perceptivo, como um todo, resgata perceptos – cenários cujos objetos imediatos são vagos, engendrando interpretantes dinâmicos a que Peirce denominou semas. Poderíamos destringir melhor as explicações do filósofo acerca dos elementos cognitivos envolvidos na concepção de percepto e as relações deste com o bem lógico, contudo receamos pela prolixidade de nosso texto, um desafio com que nos deparamos a todo instante, em face da magnitude dos mananciais teóricos com que nos subsidiamos e aos quais procuramos interpretar.

4.1 Peirce e a tradição escolástica: a questão dos universais

Como realista científico (Shook, 2002, p. 42), Peirce crê que os objetos do conhecimento têm existência real, muito embora o que exista possa estar além dos mesmos. Para que os concebamos, as relações triádicas são essenciais. Seres que escaparem a tal fenomenologia, embora existam, não se constituem conhecimento. Por ser um filósofo da experiência, podemos afirmar que, a seu modo, fora também empirista (muito embora esta vertente apresentasse caráter nominalista), vendo nos eventos naturais que se repetem ao infinito, caracterizadores de padrões e hábitos, fatores que legitimariam nossas inferências. Para tal determinação, o autor fornece o exemplo de uma pedra, a qual elevamos a certa altura do chão e predizemos que, sem nosso apoio, ela cairá. Esta afirmação constituir-se-ia inequivocamente um representâmen verdadeiro, posto que a experiência disto nos convenceu. (CP, 4.94) O enunciado que declare cairém todos os corpos sólidos na ausência de força ascendente apresenta natureza de representação. O autor estabelece diferença entre o fato real – a certeza de que a pedra cairá (objeto real) – e a teoria sobre a atração gravitacional da Terra – natureza representativa (objeto de representação) – . Peirce afirmou que todo representâmen deverá ser capaz de gerar outro diferente, sem o que não será signo (CP, 2.138). Temos então a inferência de que o objeto imediato: “pedra que cairá indubitavelmente” passa a ter um interpretante do tipo: “Todo objeto que for suspenso e, em seguida largado, cairá”, que engendrará outro representâmen tal como: “Gravidade é uma força natural que confere peso aos objetos atraindo-os à Terra” e assim, *ad infinitum*. Eis um muito breve exemplo de encadeamento de representâmens (interpretantes) que se iniciaram de uma observação de evento natural regular.

Esta postura indutiva, gerenciadora de operações cognitivas que, tanto em Dewey quanto em Peirce, correspondem a um método para a verdade, se coaduna com a doutrina do realismo escolástico, declarou o fundador do pragmatismo (CP, 4.101). Estamos certos de que este, assim como reverenciou Aristóteles e vemos nisto humildade, alinhou-se teoricamente aos filósofos da igreja medieval, ou melhor afirmando, os escolásticos. As razões para tal nos parecem evidentes. Procuraremos em breves linhas apresentar algumas. A concepção de terceiridade, explicitada nesta pesquisa, diz respeito a entes reais. As palavras não somente os representam, como provocam por si mesmas efeitos físicos, atuam sobre o meio (CP, 4.106). Embora não o

façam diretamente sobre a matéria, Peirce declara que, como símbolos, efetuam ações lógicas; logo, negar que os pensamentos exerçam modificações sobre o mundo físico seria absurdo. Dewey apresenta semelhante posicionamento acerca da experiência humana, que se insere em um meio físico (transformando-o) e cultural, mediada pela linguagem, conforme expusemos no capítulo anterior.

Como realista, Peirce defende que o conhecimento genuíno ancora-se em inferências advindas do concreto, inserindo-se no famoso debate medieval acerca dos universais:

É absolutamente verdadeiro que todas as coisas brancas têm em si a brancura, pois isso equivale dizer apenas, em outras palavras, que todas as coisas brancas são brancas; porém, dado que é verdadeiro que coisas reais possuem a brancura, a brancura é real. É um real que só existe em virtude de um ato do pensamento que o conhece, mas esse pensamento não é um pensamento arbitrário ou acidental, dependente de uma idiosincrasia qualquer, mas um pensamento que se manterá válido na opinião final. (CP, 1.14)

Peirce ainda menciona Kant, afirmando que este conseguira promover a passagem da postura nominalista para a realista, sobretudo porque aquela revolução copernicana passou a considerar o objeto real, determinado pela mente. Mesmo o senso comum corroboraria a postura de que os objetos estão presentes na mente, por ocasião da experiência; o realista isto afirma e vai além: **os objetos mentais são os mesmos que se experimentam fora da mente. Há uma expressa continuidade entre o que existe no interior e fora desta.** O autor não nega quanto esta concepção se harmoniza com a doutrina da igreja católica medieval, muito mais do que com as vertentes protestantes ou positivistas. Vale-nos recordar que os escolásticos não somente resgataram, como contribuíram para a tradição lógica, com vistas a aproximarem a fé da razão. Peirce, como historiador de filosofia, certamente levou estes contributos em consideração. Autores como Santo Anselmo de Cantuária, Pedro Abelardo, São Tomás de Aquino, são vultos da tradição lógica, reverenciados por Peirce. Nossas impressões sobre tal simpatia se evidenciam no fragmento a seguir:

Logo que os estudiosos de qualquer ramo da filosofia se auto-educarem com um grau de amor científico pela verdade igual ao que guiava os doutores escolásticos, farão sugestões semelhantes às minhas; e, assim, elaborarão uma terminologia técnica. Em lógica uma terminologia mais que boa foi herdada dos escolásticos. Foi

incorporada sobretudo pelo inglês, tornando esse idioma o mais logicamente exato de todos. (CP, 2.224)

O mentor pragmático, além de alinhar-se aos escolásticos com relação à questão dos universais (dentre tantas afinidades inerentes aos registros de lógica), elogiou-lhes abertamente a depuração dos conceitos e sobretudo a precisão quanto à terminologia, recomendando, como se vê no fragmento, a todo estudioso de filosofia a mesma austeridade epistêmica. Tal atitude diz respeito diretamente a uma heurística da verdade. Peirce insistiu muito quanto à necessidade de precisão dos registros científicos e filosóficos, como maneira de dirimir tantas incoerências e diafonias que tornavam frouxo o conhecimento.

Para o autor, trata-se de uma atitude moral a busca pela nomenclatura exata concernente a certa epistemologia. Tal estratégia de se atribuir a um termo um significado universal entre os estudiosos do tema fora declaradamente oriunda da rotina epistêmica de laboratório: a prática taxonômica científica seria pródiga em exemplos de superação das dificuldades terminológicas, tais como a química, mineralogia, botânica, zoologia. Idiosincrasias deveriam ser expurgadas para que a generalidade conquistasse o apoio devido sobretudo ao senso de decência de todo homem (CP, 7.413). Identificamos nesta declaração quanto o registro peirceano se assenta sobre uma lógica identitária. Eis uma afirmação truística, uma vez que a própria estrutura do signo também depende de tal aspecto, muito embora este tenha o potencial de nos por em contato com os entes reais, tal como verificamos na ação dos sinsignos indiciais.

Quanto ao ideário escolástico, em Dewey temos uma via de leitura absolutamente contrastante, diríamos mesmo uma rota de colisão com a postura peirceana. Aquele autor deixou clara a antipatia aos teóricos neo-aristotélicos da Idade Média. Consoante afirmamos no capítulo anterior²², o pragmatista, assim como Bacon, via naquela atitude empenhada em engendrar um texto racional para o cristianismo certa ardileza e insinceridade. A bem da verdade, Dewey (1959c), como historiador de filosofia, detectou que esta, desde Platão e Aristóteles, assumira como missão conciliar os valores da tradição, cujos fundamentos eram duvidosos – cosmogonia, crenças dos antepassados, ritos sociais, etc. – e um conhecimento positivo, meramente físico, limitado, embora muito mais exato e verificável, que surgiu como espírito crítico e de

²² 1.4. A ciência não é uma instituição isolada.

investigação. A maneira com que a filosofia procurou resolver tal tensão entre os valores tradicionais e a necessidade de rigor, que lentamente se instalou foi, para o autor, apresentando a metafísica – um método que acomodasse as crenças antigas, purificando-as, mantendo-lhes os valores morais, de modo que se hipertrofiassem o poder e a autoridade, em substituição ao costume. Dewey foi categórico em afirmar que a metafísica, no fim das contas, não conseguindo se desvencilhar da íntima, praticamente indestrutível relação entre a imaginação coletiva corrente e a autoridade social (fiquemos com uma imagem para tal: o governante ateniense consultando o oráculo para orientar-se quanto às atitudes políticas a serem tomadas), acabou por justificar racionalmente o velho espírito das crenças e hábitos milenarmente arraigados. Em síntese, a metafísica clássica seria uma cosmogonia com um texto mais lógico.

Dewey vê o recurso à autoridade em geral e da metafísica especialmente como uma arma escolástica repudiável; esta mesma nuança que muito interessaria (até aos dias de hoje) ao filósofo, o pragmatista identificou em diversos sistemas filosóficos, como o idealismo hegeliano, sobretudo porque uma postura imparcial e imune a preconceitos fora negada à filosofia desde os primórdios (Dewey, 1959c, p. 56).

Creemos nesta pesquisa estarmos diante do aspecto que mais afasta Dewey de Peirce: a autoridade tomista. Esperamos que os motivos até aqui apresentados sejam suficientes para a compreensão de tal afastamento. Não afirmamos que Peirce fora adepto das concepções tradicionais de metafísica. O conceito de sinechismo (que se pronuncia sinekismo) – princípio de que todo ente que existe apresenta relação de continuidade direta ou indireta com outros no universo (Shook, 2002, p. 82) –, que caracteriza sobretudo o ideário cosmológico peirceano, pouco tangencia pressupostos da doutrina tradicional metafísica, muito embora a simpatia do fundador do pragmatismo pelos registros escolásticos nos pareça evidente, bem como a reverência a Aristóteles, consoante demonstramos. O pressuposto sinechista se coaduna com a postura realista assumida por teólogos como Santo Anselmo frente ao debate sobre os universais, sobretudo porque aquele enunciado declara que seres reais atuam sobre outros (mesmo com relação a mutações, reprodução, heranças genéticas, além da mudança do próprio ambiente), assim como representâmens o fazem com

representâmens. Eis uma proposição que, se não erramos, bem caracteriza a pansemiose peirceana.

4.2 Apontamentos conclusivos; moral pragmática: a metafísica de Peirce e Dewey

O fato de Dewey identificar no aristotelismo elementos perniciosos com relação a uma teoria que condissesse mais com as demandas de nossos dias, sobretudo porque aquele se ancorava em pressupostos cosmológicos que justificariam a inquestionabilidade da autoridade, faz com que o pragmatista da segunda geração se afaste bastante do ideário peirceano, com relação à teoria moral, pelo menos no que tange à tradição clássica. Consoante expusemos, Peirce se alinhara em inúmeros aspectos ao registro aristotélico. Não há como negarmos tal contraste no seio do pragmatismo. Dewey combatera deliberadamente o que interpretara como resquícios medievais e helenistas: os valores que ainda se ditavam à sociedade americana, refletindo-se em especial na vida escolar. A democracia contemporânea deveria se livrar de tais verdades. (Shook, 2002, p. 141) Os *bens* ou *fins supremos*, teleológicos, precisariam ser reformulados na teoria moral. Estes não deveriam mais subjugar o contexto particular que, desta feita, passaria a ser resgatado pela ação do juízo, ordenada arazoadamente, considerando todas as contingências de tal percurso. A investigação adquire feições de atitude moral. A díade *fins intrínsecos* (ideais estéticos, intelectuais, éticos, etc.) / *fins instrumentais* (habilidades práticas, saberes técnicos, servis, etc.) deveria ser expurgada, assim como aquela que discriminava os *bens morais* – justiça, felicidade, etc. (contexto formal) – dos *bens materiais* – física, química, etc. (contexto científico, material).

Notemos que a insistência de Dewey em determinar tais dicotomias para propor sua extinção não se perfila muito com as concepções morais de Peirce. Conforme já declaramos, este combatera a distinção entre verdade lógica e material, revelando-nos que não apreciaria uma distinção de planos concernentes à teoria moral, mesmo que fosse para fundi-los em uma nova teoria. Afirmamos isto hipoteticamente, até porque não encontramos muitos fragmentos que nos autorizem a afirmar de modo categórico a reprovação de Peirce relativa a tal separação. Seu *ethos* notoriamente triádico descrevia de modo diferente a doutrina moral: o fim último deverá ser um ideal admirável, cujo

bem seria expressão do estético (primeiridade), que encaminharia o que seria moralmente bom (secundidade), réplica do logicamente recomendável (terceiridade).

Vemos nessas concepções gerais de Peirce e Dewey percursos diferentes acerca da teoria lógica, todavia podemos enumerar diversos aspectos que também os aproximam. Dentre tais, um que merece destaque, estamos certos, seria o papel da vontade. Peirce, conforme demonstramos, desaprovou a moral kantiana do dever. **A genuína ação ética deveria ser uma escolha livre (isenta da própria consciência); a inteligência, para Dewey, lançada à singularidade do fato, também deveria escolher decidir com justiça e não obedecer a ditames universais e ontológicos, eis o bem pragmático deweyano: o percurso correto da ação. Peirce afirmava que somos seres morais, quando refletimos verdadeiramente sobre os objetivos de nossa ação e sobretudo se, com as consequências dos mesmos podemos arcar; na descrição da heurística deweyana do juízo, parece-nos evidente semelhante determinação.** A própria determinação de se extinguir a díade *fins intrínsecos* e *fins instrumentais*, se não erramos, apresenta um *telos* que atribuiria ao indivíduo condições de ordenar sua ação de modo a responsabilizar-se pelos efeitos da mesma, justamente porque, não mais mirando em ideais de perfectibilidade fixos, eternos, e sim no que seria factível e praticável, assumindo as contingências de nossa humanidade, teria nas mãos (para seu deleite e/ou horror) a condução de sua vida. A frase do sacerdote ao fiel caminhoneiro, médico ou agiota, no confessionário: “Vai, meu filho, e não peque mais.” não se ouviria daí por diante (permitam-nos tal imagem para que fique o texto menos abstrato).

Sobre a questão dos universais, que diz respeito indiretamente à moral pragmática, em especial porque aquela apresenta implicações para o percurso epistêmico rumo à verdade, temos novamente a curiosa contradição já descrita nesta pesquisa, relativa a Dewey e Aristóteles (assim como ao tomismo): o primeiro procurara afastar-se da cosmovisão grega, **contudo defendera uma postura semelhante à de Peirce, no que se refere ao debate dos universais. A concepção deweyana propõe que a experiência mental seja sempre a experiência de uma realidade e não cópia dos objetos do mundo. (Shook, 2002, p. 148)** A experiência de uma cor é real para um observador, assim como o odor: um objeto real e psíquico, desde que este adjetivo expresse uma natureza de continuidade com o objeto e não de isolamento ou um estado

de consciência. Dewey, averso ao neo-aristotelismo que, em boa medida matizava o texto peirceano, acabou por ratificar, guardadas as devidas proporções, a postura deste com relação a como experienciamos (permitam-nos este verbo neológico) os objetos da realidade. Insistimos que tal aspecto vai ao encontro da teoria moral, sobretudo porque, estando no centro das questões de linguagem, como a própria estrutura do signo, determinaria em grande medida nossa conduta, dado incidir sobre o que determinamos como verdadeiro. Havemos de ponderar que nossos juízos perceptivos, para o pragmatismo, engendram enunciados ancorados em tal metafísica, tal como a concebia Peirce: **o signo não somente representa os objetos, mas nos funde de algum modo a eles. A brancura é real porque nosso pensamento a alcança.** Também nos vale ressaltar que o realismo deweyano apresenta certas nuances que merecem menção: a experiência qualitativa imediata, afirmou o autor, não detém caráter cognoscente. Conforme expusemos no primeiro capítulo, mesmo a percepção sensorial, diferentemente da concepção empirista, não se configura conhecimento. Quando refletimos ordenadamente, ocasião em que a experiência se submete às operações da investigação, temos então um contexto em que são os objetos enfim conhecidos. (Dewey, 1950, p. 571) A postura deweyana frente ao realismo considera dois aspectos deste como válidos em si mesmos: a necessidade de referência a objetos conhecidos, que orientem novas investigações, com vistas à ampliação do conhecimento; a dependência investigativa da presença de um objeto diretamente experimentado, contudo não de modo cognitivo. Quando o realista, todavia, tenta desastrosamente fundi-los, dá origem a equívocos, ilusões e decepções, vendo-se obrigado a atribuir ao objeto uma subsistência alheia ao conhecimento, seja este falso ou verdadeiro, sobretudo porque passará a encaminhar ao sujeito cognoscente objetos que “são o que são”, independentemente das operações do conhecer; eis a conseqüência da fusão entre os dois aspectos assinalados. O realismo dualista ou representativo, alertou Dewey, seria outra versão que mantém conexões com tal postura teórica: o objeto capturado pelo conhecimento seria sempre um estado psíquico (sensação ou ideia), de tal sorte que o objeto físico (dinâmico, para Peirce) seria a representação de um ente externo. Dewey denuncia que a falácia fundamental deste tipo de realismo consiste em não se interpretar a qualidade imediata e a ideia relativa a esta, segundo os legítimos termos da inteligência investigativa. O poder da representação passa a ser entendido como uma característica inerente às próprias ideias e sensações, abordando-se as tais como “representações em e por si mesmas” (Dewey, 1950, p. 574). Inferimos disto que

mesmo o realismo poderá, conforme certas nuances, converter-se em dissimuladas posturas idealistas.

Apesar dos contrastes aqui descritos entre Dewey e Peirce, quanto ao ideário escolástico e as implicações lógicas destas relações, **podemos afirmar que ambos apresentam uma contígua postura metafísica, sobretudo diferente daquela herdada da tradição ontológica.** Isto declaramos pelo exposto acerca do realismo na concepção filosófica dos dois autores, dentre outras razões. Trata-se de um olhar antiessencialista, que supõe a historicidade e a contingência, especialmente em Dewey, o que podemos denominar como humanismo naturalista, metafísica empirista (NASCIMENTO, 2010), empirismo naturalista, realismo científico, naturalismo perspectivista. (SHOOK, 2002) Uma vez mais recorremos ao exemplo da cor: quando a vemos, identificamo-la no objeto que reflete a luz, revelando-se aquela uma variável situacional, característica da experiência. Ainda que se trate de um elemento relacional, a cor existe porque a experienciamos. Notemos que não há mais a relação sujeito e objeto que outrora, nas vertentes racionalistas, determinava o conhecimento. Deixa de existir distância entre “a natureza e a experiência, pois a experiência é experiência direta e imediata de seus objetos e não deve ser confundida com algum tipo de intermediário interno e subjetivo”.(SHOOK, 2002, p. 195) A metafísica dos pragmatistas clássicos assenta-se portanto sobre a noção de não separarmos mais aqueles domínios (dentre outros pressupostos), assim como na crença de que há uma teleológica e permanente transformação de ambos (natureza e experiência).

Outro aspecto que aproxima os autores, apesar das torcicolosas relações de Dewey com os escolásticos, se nos evidencia com respeito à busca pela precisão terminológica. Cada teórico, a seu modo, determinou o rigor à escrita pragmática; em relação à teoria moral, não foi diferente. A depuração do conceito e do termo, em Peirce seguiria o *script* escolástico; em Dewey, deveria acudir às vicissitudes da investigação, além de tudo o que expusemos com relação às reformas pretendidas por este autor concernentes à teoria moral.

Tal austeridade epistêmica deveria conviver com outro notório pressuposto pragmático, ao qual já nos referimos nesta pesquisa: o falibilismo. Eis um conceito comum aos dois autores, de que jamais abdicaram. Peirce se corrigira em um sem

número de escritos, ora porque fizera leituras erradas (reconhecidas por ele), como algumas acerca das pesquisas de Kepler, ora porque aprimorara suas reflexões sobre os mais diversos assuntos de filosofia e ciência, retificando-as; Dewey também tivera em alta conta o malogro na pesquisa (não a falácia, obviamente), vendo neste uma nuance propositiva pavimentadora ao conhecimento verdadeiro. Há, portanto, um compromisso ético evidenciado em ambos os registros no que concerne à terminologia em geral, a exatidão dos elementos sígnicos que compõem qualquer epistemologia deverá sempre ser buscada; uma atitude que se configura como exercício moral, do qual depende a verdade.

5 Conclusões gerais; a lógica deweyana e o desafio de uma proposta para a educação, fundada em uma filosofia da experiência

5 Conclusões gerais; a lógica deweyana e o desafio de uma proposta para a educação, fundada em uma filosofia da experiência

O percurso hermenêutico que fizemos nesta pesquisa, perscrutando as relações entre Peirce e Dewey, naquilo que contribuíram para o pragmatismo, com respeito sobretudo a uma descrição da experiência, à escrita lógica, assim como à moral, dentre outros aspectos, permite-nos compreender com maior acuidade sobre quais pressupostos se assenta a polifonia da produção deweyana, pelo menos quanto à presença do ideário peirceano. Interessante seria se pudéssemos descrever outras influências que matizaram a pródiga lavra em questão (tais como Hegel, a cujas contribuições Dewey imputara certa índole metafísica, consoante já declaramos), o que não se constitui intento da presente investigação.

O fato de Peirce ser considerado por muitos historiadores de filosofia e pelo próprio Dewey como o mais profícuo autor de lógica (SHOOK, 2002), sendo aquele o fundador do pragmatismo, constituiu-se um fator a nos impelir ao empreendimento desta pesquisa, além da ausência de literatura aprofundada sobre esta temática. Verificar em que medida a escrita de Dewey, pela destacada importância que tem aos estudos sobre educação, é devedora da filosofia de Peirce (bem como pelo que negue de tal contribuição) configurou-se, a nosso ver, uma possibilidade de avançarmos também na compreensão de uma teoria sobre educação, tal como pretendia Dewey, ao defender os registros pragmatistas.

Conforme expusemos na introdução do trabalho, **nossa questão investigativa que, em uma primeira abordagem, procura perfilar os dois eminentes autores pragmáticos, configurando-se veio de pesquisa fecundo e pouco explorado nos estudos de filosofia da educação, ratificamos, em uma segunda intencionalidade, buscou perquirir como se desenham os arcaibouços teóricos de uma filosofia da experiência, tal qual se autodefine o pragmatismo enquanto lógica, conhecimento para nós de valor ímpar, quando o que nos aflige é observarmos que a história da instituição escolar se nos revela, desde o início, a narrativa de uma experiência em**

crise. Poderíamos enumerar os mais diversos índices de que pouco temos a comemorar nesses seis séculos de empreendimento, tal como o conhecemos.²³

Dentre tantos, um traço que para nós se evidencia mais do que a indisciplina ou a dificuldade na aprendizagem, sempre nos incomodou: a indiferença do estudante com relação ao aprendizado, ao outro, ao professor e a si mesmo. Nosso mal-estar fora tema das obras de Dewey:

Quantos estudantes, por exemplo, não chegaram a ser insensíveis às ideias e quantos não perderam o ímpeto para aprender, dado o modo com que experimentaram a instrução? Quantos não adquiriram capacidades especiais por meio de um adestramento automático, de modo que ficou limitada sua faculdade de julgar e sua capacidade de atuar inteligentemente nas situações novas? Quantos não chegaram a associar o processo de aprender com o enfadamento e o cansaço? (DEWEY, 1958, p. 24)

O que nos moveu a empreender a investigação teórica que ora concluímos foi a convicção de que, ao perscrutarmos o trânsito epistêmico entre o que consideramos os mais proeminentes constructos da doutrina pragmática (com destaque para a escrita lógica que se volta a uma teoria do conhecimento), teríamos novo alento, no sentido de nos fundamentarmos teoricamente para o desafio de se repensar a história ocidental da escolaridade, com vistas a uma outra orientação ao percurso, de tal sorte que pudéssemos lidar efetivamente com a indiferença discente. Estamos certos de que as contribuições de Peirce e Dewey, nesta investigação apresentadas (assim como aquelas que não o foram), ajudam-nos a entender por que razões a instituição escolar em geral exprime o que o fragmento acima revela: insensibilidade às ideias, desinteresse, automatismo, incapacidade moral (formulação de juízos), enfadamento com o aprendizado. (CUNHA, 2010)

Toda a descrição e interpretação que procuramos levar adiante neste trabalho, ao destacar a importância da experiência, da linguagem e em boa medida da ética pragmáticas (uma tríade que orientou nosso percurso, tendo em vista a orgânica relação que estas interfaces filosóficas apresentam com a fenomenologia peirceana, assim como concernem integralmente ao pensamento de Dewey), revelaram-nos que tais

²³ Michel Foucault (1987), ao investigar as origens da instituição escolar, tal como se apresenta aos nossos dias, afirmou que esta se desenhara em meados do Renascimento.

pressupostos em muito se distanciam das orientações pedagógicas que governam a escolaridade em geral.

Vale-nos afirmar que **uma resposta geral para a indagação sobre quais fatores levaram à indiferença discente pode se resumir ao tríptico abandono (por parte da escola): da experiência e com isso um elemento essencial desta, a continuidade; de uma linguagem ancorada em simbologia genuína e a imposição de arcaicos métodos pedagógicos, como supervalorização da memória; de uma ética que defenda a formulação de juízos arrazoados, dentre outros valores morais,** o que significou incapacidade de decidir frente a situações novas (esses três aspectos, assim como outros também relevantes, serão destrinchados adiante, neste capítulo conclusivo).

Embora tenhamos investigado a filosofia pragmática, priorizando a tríade em questão, pudemos observar que há um *continuum* no discurso deweyano que, conforme salientamos na introdução desta pesquisa, não raro dificulta separarmos a análise em tópicos específicos, sem perdas, como a abordagem da estrutura de uma inferência (muito embora tenhamos trilhado tal percurso). As ilações efetuadas sobre esta poderão se inserir em terrenos como a lógica, ética, política, filosofia da ciência, educação, estética, etc. O caráter multifocal dos escritos em questão nos revela a profundidade e alcance da contribuição de Dewey, sobretudo do filósofo que, reafirmamos, não é tão conhecido como o pedagogo, o que se tornou uma razão a mais para situarmos nossas análises nos registros filosóficos, preterindo em certa medida os pedagógicos.

5.1 Contiguidade entre abdução e sugestão; conciliação entre filosofia e pedagogia: por uma nova teoria moral; o ambiente escolar: cenário para a experiência filosófica

Pudemos verificar que **a lógica abdutiva de Peirce ecoa na concepção pedagógica de Dewey**, o que consideramos uma importante constatação, dentre outras, a partir da análise das contribuições dos dois autores. A atitude retrodutiva (ou abdutiva), como mecanismo cognitivo em primeiridade, descrita por Peirce, seria o único meio de avançarmos quanto à compreensão da realidade; tal mecanismo lógico,

embora frágil e falível, constitui-se em sua índole inventiva a via que nos lança no desconhecido, não havendo outro modo de alcançarmos dimensões não observáveis.

Vemos em Dewey notável consonância com tais pressupostos. Sua descrição da sugestão, inferência que se tornará ou não hipótese, na estrutura do pensamento reflexivo, corrobora o conceito peirceano de abdução. Ao discorrer sobre a curiosidade, apresentando-a em três planos: orgânico (individual), social e intelectual, revela-nos quanto tal nuança lógica se relaciona à sugestão, declarando:

Bacon, ao dizer que nos devemos tornar criancinhas para entrar no reino da ciência, lembra, a um tempo, a aberta e flexível capacidade de maravilhar-se de que é dotada a infância, e a facilidade com que se perde tal predicado. (DEWEY, 1959a, p. 47)

Conforme assinalamos nas conclusões acerca dos dois diagramas, o aspecto inferencial em primeiridade: sentimento (feeling), descrito por Peirce, diz respeito à natureza qualitativa da experiência a que se refere Dewey no fragmento e principalmente à descrição que este faz do pensamento reflexivo. A sugestão que nos surge incontrolável, num contexto pré-reflexivo, parece-nos ser a origem, tal como para Peirce (concepção de qualissigno, ícone e rema), de todo o percurso cognitivo, rumo ao interpretante último: a conduta arrazoada. O conceito de inteligência científica, que aparece nos dois autores de modo evidente e contíguo, se não erramos, nasce com Aristóteles e amadurece em Bacon, em especial, no que diz respeito à indução.

A curiosidade – vigorosa pulsão que nos leva a interagir com o ambiente, em busca de toda sorte de impressões, estímulos, vivências –, se não se tornar intelectual, declarou o autor, desaparece rápido como nos surgiu. (DEWEY, 1959a, p. 47) Poucas coisas podem ser tão nocivas à formação do indivíduo, estamos certos, quanto tirar-se dele a emoção de transformar em conhecimento o que era curiosidade. Pensando com Peirce, seria o mesmo que tentar aprender, desprezando-se a primeiridade e secundidade. Dewey nos advertiu sobre a necessidade de o professor em classe evitar certas experiências que, embora excitadoras do instinto perquiridor, não conduzam a resultados intelectuais, ou ainda da atitude pedagógica dogmática, que pode banir a curiosidade.

Nossa investigação revelou que a proposta deweyana de filosofia da educação enfatiza, mesmo ao descrever como aprendemos ou a própria estrutura da linguagem, **a importância da descoberta, a necessidade de pensarmos um contexto escolar que venha ao encontro da experiência do estudante, subsidiando-lhe de modo a tornar-se um investigador** (inferência que enunciamos na análise dos diagramas); eis, a nosso ver, imperativos reveladores de que **a escrita deweyana conseguiu deitar por terra uma antiga mazela concernente ao contexto da universidade: a separação entre os registros pedagógico e filosófico**, uma cisão que sugere aquela comentada no primeiro capítulo deste trabalho, entre teoria e prática, oriunda da tradição grega. Não por acaso, Rorty (2000) considerou o pragmatista da segunda geração o maior pensador do século XX. A nosso ver, o fato de Dewey demonstrar que é possível a um educador conceber sua profissão como alguém que procura reconciliar a vida ao programa escolar, ancorado teoricamente na tríade filosofia / filosofia da educação / pedagogia, revela-nos motivos suficientes para fazermos nossas as impressões rortyanas.

Vemos na doutrina ética pragmática um pressuposto central comum aos registros de Peirce e Dewey que também tem, parece-nos, reflexos para o ideal de educação: devemos ordenar arrazoadamente o pensamento, com vistas a agirmos de modo justo, o que traria dignidade à experiência. **A instituição de ensino poderá ser o ambiente para tal, o lugar em que a ciência moral e a natural se encontrariam, quem sabe pavimentando um novo caminho para a experiência escolar e conseqüentemente social, sobretudo porque se poderia conceber um novo contexto pedagógico: o apreço pela decisão estética, ética e logicamente formulada.**

A díade ciência moral / ciência natural, a qual, segundo o autor, remonta aos idos de Atenas, constitui-se fator fundamental à superação de arcaísmos presentes na sociedade, em especial na escola. Como exemplo prático relativo a tal avanço, veríamos um professor ensinando crianças a fazerem pão (outrora imagem de *bem material*, servil, instrumental), com o mesmo empenho e apreço que analisaria com os alunos um soneto de Camões (outrora *bem moral*, ideal). Não se perpetuando didaticamente a rançosa dicotomia em questão, mirando-se uma nova teoria moral, é que enfim poderemos crer em um projeto pedagógico com feições democráticas. Conforme demonstramos no primeiro capítulo, a reforma da doutrina moral no seio da filosofia supõe essa superação, caso contrário não há como sequer imaginarmos um novo

contexto para a escolaridade, mesmo com relação ao mundo do trabalho. O fato de termos associado os fins econômicos aos *instrumentais* (separando-os dos *intrínsecos*), resultou no materialismo sem medidas e as mais infames consequências que, em síntese, significaram o aviltamento da condição humana, advertiu o autor (DEWEY, 1959c, p. 167).

Ainda com relação à teoria moral e sua inserção no contexto escolar, o autor apresenta outra proposta: o fim da cisão entre naturalismo e humanismo na educação, dicotomia que teria sido mais uma herança da tradição pedagógica aristocrática. Esta separara, ao formular os programas curriculares, ciência de literatura / história. Tais conteúdos, atualmente ainda considerados humanidades, surgiram muito antes das conquistas experimentais científicas e logicamente ocuparam os espaços nas instituições superiores de ensino. A ciência, ao passo que ganhava reconhecimento, passou a disputá-los, magoando interesses secularmente cristalizados. Viria desse cenário a postura pedagógica que (a nosso ver, persiste até hoje) discrimina humanidades de ciências naturais, encaminhando uma série de condutas que se fundamentam na falsa noção de que estudos literários, históricos, filosóficos, digam respeito ao elemento humano e a ciência se volte ao puramente material. Uma presunção que Dewey combateu veementemente, alegando quão vinculada está a vida humana aos processos da natureza, quanto o progresso cultural transforma nosso entorno físico. No contexto escolar, o estudo das ciências naturais deverá condizer com conteúdos relativos ao conhecimento de aspectos da ação humana (DEWEY, 1959b, p. 251). Inferimos disto que o professor de química, para ficarmos com um exemplo, se atinado a uma concepção pedagógica, tal como a deweyana, será um humanista, concebendo aquela matéria como uma expressão da história; o professor de literatura, se partilhar da mesma visão, poderá abordar a materialidade da química como um objeto estético, realização da poesia. Trata-se de um ideal holístico, uma busca pela totalidade da experiência de aprender. A atitude pedagógica deve, portanto, combater e expurgar o nocivo antagonismo entre ciências naturais e humanas, sobretudo porque, ao polarizarem o conhecimento, tornam-no estéril, medíocre, estereotipado. Indagamos sobre qual professor nunca terá olhado para um estudante oriental e pensado: Este tem facilidade para ciências exatas...

Dewey alertou que simplesmente rechaçar a filosofia e pedagogia tradicionais nos encaminha a outro problema: uma ação às cegas, se não soubermos reter do passado o que aprendemos. Há, entretanto, um norte: a certeza de que a nova pedagogia deverá se assentar sobre o pressuposto de que existe uma íntima e necessária relação entre os processos concernentes à experiência real e a educação. Tal enunciado supõe a conciliação entre pedagogia e filosofia, assim como a submissão da filosofia da educação a algum gênero de filosofia empírica (Dewey, 1958, p. 22). Para tal intento, devemos reconhecer as diferenças entre experimento e experiência. Cremos que o trajeto investigativo que percorremos nos forneceu elementos para bem discorrermos sobre tais conceitos. Ao descrevermos as aproximações e contrastes entre os constructos lógicos de Peirce e Dewey (destaque para a indução), ficou-nos evidenciada a importância do experimento para o pragmatismo em sua totalidade, como doutrina estética, moral, lógica, gnosiológica, pedagógica, entre outras nuances. O relato-anedota com o nativo de certa tribo que queria saber como denominar o objeto mesa, os três relatos de inferência – escolha por um tipo de transporte, identificação de vara sinalizadora e experiência com ar quente e copo – e o registro de como a ciência descreveu o fenômeno do orvalho²⁴ nos revelam a relevância do procedimento indutivo, capitaneado pela inferência. Para além dos registros da filosofia da ciência, da lógica, dentre outros, tais relatos apresentam caminhos a uma conduta educativa, além de trazerem respostas simples e contundentes, para a crise que nasceu quando surgiu a própria instituição educacional. O fato desta ter primado pela transmissão dedutivista de conhecimento, desprezando a indução, parece-nos também explicar o desinteresse dos alunos. Estamos cientes de que estas constatações não se constituem de modo algum novidades pedagógicas, mesmo as razões que tornam tais inferências lugares comuns em pedagogia também são sabidamente conhecidas: sempre fora mais cômodo seguir um projeto conteudista, do que outra orientação, mais condizente com a vida dos alunos. Se há novidade em nosso trabalho, cremo-la referindo-se ao percurso teórico que procuramos levar a cabo, que nos acode quanto a nos dispormos de uma filosofia com que enfrentemos os dilemas educativos, não nos somando àqueles que, por conforto, medo, ou o que seja, continuam a repetir as fórmulas tradicionais de ensinar.

Em que pese tudo o que assinalamos acerca da necessidade do elemento inventivo e todo o percurso que fizemos, a descrever mapeamentos lógicos que

²⁴ Subcapítulos 1.7.2.1., 1.7.2.2. e 3.2.1.5.

norteiam o conhecer, infelizmente a instituição escolar (da qual fazemos parte há duas décadas), desde que surgiu não faz senão valorizar a teoria por si e com isso a memorização, a repetição de conceitos, a cópia, dentre outras estratégias arcaicas. O afastamento da experiência, expresso pela desvalorização dos *bens instrumentais* e exaltação dos *bens intrínsecos*, a que já nos referimos, é outra resposta moral simples e contundente, parece-nos, quando indagamos sobre que razões justificariam a indiferença do estudante em geral à rotina escolar. A proposta deweyana para uma nova instituição, progressiva e libertária, delineia-se sobremodo pelo resgate da experiência, afirmamos uma vez mais. A qualidade deste apresenta dois aspectos, com relação ao alunado: apreço ou repúdio; influência sobre a experiência futura, declarou o autor. Deverá o educador pautar-se por este binômio pedagógico, o que significa promover estratégias que não somente sejam de algum modo atrativas à subjetividade discente, incitando-lhe a ação, como propiciem ulteriores ganhos intelectuais. Há nisto um problema central: como selecionar gêneros de experiências no presente que permaneçam frutífera e criativamente no devir? (Dewey, 1958, p. 25) Indagamos também se seria possível algum tipo de controle sobre tal, dado que, se não, temos mais um paradoxo deweyano: para ser verdadeiro o conhecimento (neste caso, pedagógico), deveria ser submetido ao teste, para que a assertibilidade pudesse ser asseverada, todavia nos parece pretensioso demais acreditar sem ressalvas que uma experiência presente traga a certeza de uma futura reapresentação. Assim mesmo, Dewey defende o que denomina a continuidade da experiência. Vale-nos ressaltar quanto esta concepção se harmoniza com o conceito peirceano já apresentado nesta pesquisa de sinechismo. A continuidade também diz respeito à aptidão para resolvermos problemas. (SHOOK, 2002)

5.2 Princípio da continuidade: o desafio do educador deweyano

A filosofia da experiência educativa deverá se apoiar na determinação inabalável da continuidade experimental, declarou Dewey. Ratificamos que o trajeto percorrido em nossa investigação revela em grande medida a dimensão e importância da continuidade, assim como de uma teoria que registre verbal e simbolicamente o itinerário do fazer pedagógico. A preocupação com a epistemologia do ensinar é evidenciada pelo autor, sobretudo porque a defende como um plano diretivo para a educabilidade e como tal, deverá versar sobre o que e como fazer. Quanto mais translúcida e sinceramente se desenhar a relação da educação com a experiência, maior a necessidade de clarearmos

nossos conceitos acerca desta. (Dewey, 1958, p. 26) A maneira como a concebermos determinará inclusive as matérias curriculares, métodos, formação dos profissionais de ensino e a organização escolar como um todo. Uma nova heurística pedagógica se iniciaria: se, no passado, tínhamos uma programação cristalizada naquilo que Dewey denominou *fins intrínsecos*, desta feita, a educação progressiva (expressão deweyana), longe de debater-se com a improvisação e a ausência de planejamento, pautaria sua doutrina “dentro, pela e para” a experiência. O pragmatista reconhece quão espinhoso se nos apresenta tal desafio, dada a complexidade que cada termo (aspas nossas) anuncia na relação entre educação e experiência. (PAGNI, 2010) Não bastassem tais nuances, de natureza mais filosófica do que pedagógica, a nosso ver, a organização e preparo de todo o material didático, metodologia, relações sociais, etc., revelam-se sobremodo mais difíceis do que aqueles inerentes à educação tradicional. Para piorar o cenário que se apresenta ao educador deweyano, e se aprofundarem as dificuldades, haveria ainda a crença de que a nova proposta educacional encaminharia um programa mais fácil, bastando não repetirmos as formas da tradição aristocrática. Dewey admitiu prazenteiramente que a educação progressiva e holista é deveras mais simples do que esta última, que outrora se pautava pela artificialidade na seleção e organização da forma escolar como um todo, configurando-se uma complexidade desnecessária. Outro paradoxo se nos apresenta: para que seja simples, a ação pedagógica requer enorme esforço, dado que lidar com a descoberta é algo sobremaneira mais difícil. Não há mais o confortável lugar garantido pela força do costume e da previsível rotina institucional. Conforme já declaramos, **o educador que se propuser a levar adiante a proposta deweyana de educação deverá ser um leitor de filosofia, em especial porque carecerá de entendimento mais abrangente de uma teoria da experiência**, tal como se revela no pragmatismo. Vamos além, uma leitura filosófica que incorra em nova prática que a reflita, orientando e reconstruindo os modos do viver. Discernir a experiência profícua daquela destituída de valor (ou até a desastrosa, completáremos) exigirá, segundo o autor, a percepção aguda da continuidade experiencial (permitam-nos este adjetivo). Tal concepção funda-se no princípio do hábito biológico, contexto em que toda ação empreendida e sofrida modifica o ser que a promove e sofre, conforme expusemos no primeiro capítulo,²⁵ o que faz com que queiramos ou não, se afete a qualidade de experiências futuras. Dewey declarou que o princípio da

²⁵ 1.7.1. Relações entre o ambiente e os seres: adaptação recíproca. O entorno físico e cultural.

continuidade implica a recorrência ao vivido no pretérito e que se modifica qualitativamente naquilo que se sucede. O princípio do hábito concerne à formação de atitudes intelectuais, emocionais, relativas à sensibilidade, enfim a todas as respostas que somos impelidos a dar, frente ao mundo vivido. Notemos quanto estas afirmações acerca do hábito e da continuidade se aproximam da concepção de semiose peirceana: o interpretante imediato de todo pensamento adequado é a conduta. (CP, 2.539)

É possível, para Dewey, se observarmos as diferentes realizações da continuidade, definirmos gêneros de experiências. No contexto educacional, o princípio em questão coincide com a noção de crescimento, contudo relativo ao indivíduo como um todo: moral, intelectual, etc. Uma experiência somente será educativa se a continuidade operar de tal modo que o desenvolvimento de um aspecto particular do ser conduza ao crescimento integral deste. (PAGNI, 2010) Dewey nos fornece o exemplo de um homem que trabalha com robótica: o fato de especializar-se em tal ramo não o impedirá de tornar-se talvez um habilíssimo ladrão. Eis um caso em que a experiência de desenvolvimento caminhou apenas em uma direção; as atividades e os hábitos não contribuíram para o crescimento integral, configurando-se uma experiência não educativa, segundo o registro deweyano. Nisto vemos a teoria moral do filósofo pragmatista, apresentada nesta pesquisa, incidindo em suas concepções educativas. Também observamos que a admirabilidade estética recomendada por Peirce, se cumprida como norte para a ação moral, aplica-se ao crescimento integral. Construir robôs indubitavelmente revela um ideal estético, todavia a atitude de furto não se coaduna com o mesmo.

Toda experiência pressupõe a continuidade, afirmou Dewey (1958, p. 41). Caberá àqueles que educam refletir sobre os critérios do que venha a ser uma experiência educativa e o que efetivamente não o seja. O princípio de continuidade constitui-se uma força que se move incessantemente. Isto faz com que um evento vivido determine outro adiante, já afirmamos. Quando o professor passa a mimar uma criança, em vez de exigir-lhe controle sobre os impulsos e caprichos, contribuirá decisivamente para que a atitude infante de tentar submeter os outros aos desejos daquela se prolongue e mantenha, buscando um gênero de experiência propício para tal. Aqui a continuidade promoverá obviamente um baixo nível de desenvolvimento; pior do que isto: fará com

que o pequeno se recuse a enfrentar situações que exijam esforço e determinação para se superarem obstáculos futuros.

A mesma força contínua que poderá tornar tirano e manipulador um ser é a que poderá despertar no mesmo a iniciativa, desejos e propósitos verdadeiros, os quais no futuro se revelarão fundamentais à conquista da maturidade. A função do educador, mais do que isto, sua missão, é verificar em que direção caminha a experiência escolar. (Dewey, 1958, p. 41)

5.3 Um novo *ethos* escolar

Há, no seio do pragmatismo, certos posicionamentos que o ordenam e caracterizam como doutrina, enunciados comuns aos registros de Peirce, Dewey, James e outros. Reapresentamos aqui dois destes notórios pressupostos: o anticartesianismo e a crítica ao idealismo, em especial ao kantiano. Isto fazemos, com o intuito de declararmos que a figura do sujeito universal cognoscente, conforme já afirmamos nesta pesquisa, não se sustenta na concepção gnosiológica pragmática. Reconhecemos que a crítica a tal ente, cunhado pela modernidade, ainda não se fazia presente no pragmatismo, pelo menos de modo direto. No primeiro capítulo, procuramos apresentar em linhas gerais, as reservas deweyanas relativas às vertentes filosóficas que se afastaram da experiência. Estamos certos de que tais pareceres mantêm íntima relação com uma concepção de sujeito sobremodo diferente da racionalista, em todas as manifestações desta. (RORTY, 2000) Não temos na teoria lógica peirceana ou deweyana uma subjetividade tal como aparece na revolução copernicana de Kant ou mesmo no *cogito* cartesiano. As descrições acerca da inferência – operador cognitivo central – que procuramos enunciar nos revelam um sujeito lançado na experiência de viver, que é mediada pela linguagem; esta fundamenta a lógica, que estrutura o pensamento reflexivo. O caráter qualitativo da sugestão (para Peirce, juízos perceptivos enunciados por qualissignos / sinsignos icônicos remáticos) constitui-se um conceito que nega claramente a figura de um sujeito universal, que traz consigo formas apriorísticas de apreensão do mundo. (Dewey, 1950, p. 571)

Para o contexto escolar, tal postura teórica nos parece fundamental, por inúmeros fatores: restauraria a experiência de aprender, a partir de um *ethos*

genuinamente científico – desarmado de pré-concepções, defendendo-se o direito ao erro, buscando-se a emoção da descoberta (quando inferências de índole volitiva encaminhariam a investigação), testando-se o que foi aprendido, respeitando-se a singularidade do juízo, a diversidade de opiniões, etc. –. **Quando a figura do sujeito universal (cujas estruturas cognitivas determinariam em grande medida as feições do objeto e, por que não, a verdade clara e distinta) não se sustenta mais e o que temos venha a ser uma subjetividade contingencial, falível, tal como tentamos descrevê-la neste trabalho, parece razoável apostarmos em um novo projeto para a educação.** Surge-nos uma possibilidade nova, inclusive de comunicabilidade, cuja característica mais notória, cremos, constitui-se em uma relação entre professor e estudante pautada pelo contexto da continuidade: ambos lançados na experiência, sem o velho púlpito que os separava.²⁶

5.4 Ética da comunicação: símbolos genuínos e degenerados

Sendo a instituição escolar uma realização social, um traço marcante de tal contexto é a comunicação e tudo o que lhe diz respeito. O percurso que fizemos neste trabalho, com ênfase para a inferência, reafirmamos, revelou-nos quão verdadeira se revela tal proposição. Toda a descrição da filosofia peirceana que procuramos apresentar vem ratificar que somente há crescimento mediante a ação comunicativa. Ciente disto, Dewey afirmou que se constitui dever do educador, além de tudo o que afirmamos, que este transmita sua experiência sobretudo moral (sem imposições disfarçadas ou dirigismo) aos alunos. Deverá o docente também ser simpático à diversidade do que se passa a cada mente aprendiz. O autor afirma que tal habilidade exigida não raro dificulta muito a tarefa educativa norteadas pela “experiência viva”. Não vemos outro modo de um programa educacional, pautado por esta orientação, funcionar bem. Ao abordarmos a temática da comunicação no contexto escolar, vale-nos muito relembrar o que consideramos um dos mais caros pressupostos inerentes aos registros lógicos peirceano e deweyano, demonstrados nesta pesquisa: a importância do símbolo. Dentre todos os signos (gestos, imagens, gritos, obras de arte, livros, etc.) que compõem a linguagem, este detém, em sua artificialidade (para Dewey) e caráter de lei (para Peirce), a função de instrumento, utensílio transmissor de significado. Não há

²⁶ Recomendamos a releitura do subcapítulo 1.7.2. Linguagem, lógica e pensamento reflexivo (atuação do símbolo): traços da experiência.

pensamento sem linguagem, eis um consenso pragmatista. Dewey declarou que o pensamento não opera com meras coisas, mas com os seus significados (no texto peirceano, interpretantes). Estes, para serem genuinamente apreendidos, deverão necessariamente se incorporar a existências sensíveis e particularizadas. Dewey²⁷ afirmou que, sem a operatividade simbólica, as coisas que nos cercam não seriam mais do que estímulos cegos em seu caráter bruto, elementos apenas causadores de sensações como prazer ou dor. **Estabelecer a conexão entre os significados dos objetos e a rude existência destes, conforme procuramos descrever, constitui-se função do símbolo** (Dewey, 1959a, p. 228). Cumpre, portanto, a todos os envolvidos na enunciação dos códigos inerentes aos conteúdos disciplinares a tarefa de perseguirem uma linguagem assentada em símbolos genuínos – aqueles com lastro na experiência – . Tanto Peirce descreveu a degeneração dos mesmos, que os torna de dois tipos – singular e abstrato²⁸ –, quanto Dewey, com designações tais como cadáveres de símbolos, meras fichas, sinais substitutos, objetos de que nos servimos, sobre cujos sentidos pouco ou nada sabemos, restando-nos memorizá-los, em vez de perquirir de que modo se conectam à existência. A linguagem, para Dewey, teria três grandes propósitos que a caracterizam: fazer com que a subjetividade de quem se expressa atue, impulsionada pelo desejo cognitivo, na experiência do outro; viabilizar relações sociais mais íntimas; transmitir conscientemente o conhecimento. (p. 234) Para que haja esta tríplice transmissão de experiência proposta, obviamente que a textura dos códigos deverá primar por símbolos genuínos. Conforme pudemos verificar, com o exemplo peirceano da criança que aprende com o pai o que seria um balão: “algo como uma grande bolha de sabão” (símbolo degenerado do tipo abstrato, CP, 3.293), o signo de terceiridade, resultante da relação do representâmen com o objeto, que não resgate um contexto individual, garantido por sinsignos / legissignos indiciais e apresente forma e generalidade para o ente representado, expressas por sinsignos / legissignos icônicos, configurará degeneração simbólica. Uma vez mais, vale-nos lembrar que a legitimação do símbolo se dá pela experiência. No primeiro capítulo desta investigação, descrevemos brevemente quanto a tradição filosófica, em suas diversas vertentes, abandonou a experiência. Isto trouxe, estamos certos, profundas implicações para a

²⁷ Recomendamos a releitura do subcapítulo 1.7.2.1.1. A degeneração simbólica, segundo a concepção deweyana.

²⁸ Recomendamos a releitura dos subcapítulos 1.7.2.1.1 A degeneração simbólica na concepção deweyana e 3.1.3. A tríade mais conhecida e importante: ícone / índice / símbolo, destaque para a degeneração do símbolo descrita por Peirce.

degeneração dos signos, consoante entendiam os pragmatistas, a ponto de podermos afirmar que toda concepção idealista implicaria a defesa de um conhecimento assentado sobre registros esvaziados de seu elemento inteligível essencial: o lastro na existência, que confere ao símbolo a capacidade de lançar em nossa mente os entes reais, decodificados por interpretantes, na terminologia peirceana. A instituição escolar, herdeira de uma tradição eminentemente cartesiana, não por acaso convive com o desinteresse do estudante pelos conteúdos disciplinares, afirmou Dewey, inúmeras vezes, e novamente o declaramos.

5.5 Por uma nova narrativa.

Além da incansável busca por uma linguagem genuinamente simbólica, em seus mais diversos códigos, a educação deverá estar apta a promover a transformação da linguagem oral e escrita do contexto prático e social para o intelectual²⁹. Tal proposição diz respeito à transformação do símbolo comum em científico, ocasião em que a discursividade transita do registro comunitário para o epistemológico. Em consequência disto, conforme já enunciamos nesta pesquisa, há uma potencialização dos códigos simbólicos, com a liberação das condições de existência – contexto em que a subjetividade lançar-se-á mesmo ao desconhecido, dimensão do discurso arrazoado e necessário. Eis o salto a que todo aluno deverá aspirar, a plenitude de suas potencialidades cognoscentes.

A instituição escolar poderá protagonizar, se houver empenho e energia de todos os envolvidos em tal experiência, uma nova narrativa, abandonando os velhos cânones daquilo que Dewey denominou idade pré-científica e encaminhando sua ação para um contexto de experiência integral, científica, expansiva, que enfim promova o crescimento do ser em sua totalidade. A concepção estereotipada e rasteira de ciência e método científico que adquirimos precisa ser extinta. Quando entendermos que a atitude investigativa nunca deveria se restringir ao laboratório, aos especialistas e sim alcançar a sala de aula, posto que aquela diz respeito a como se ordena o próprio pensamento reflexivo, então teremos cumprido mais uma condição para combatermos a indiferença frente ao aprender. Se esta coincide com a incapacidade de narrar-se a experiência, o

²⁹ Recomendamos a releitura dos subcapítulos 1.7.2., 1.7.2.1. e 1.7.2.4. que descrevem a atuação do símbolo.

encanto com o conhecimento significará a recriação da mesma, de modo que a linguagem a expresse, com as incontáveis ferramentas simbólicas de que dispõe. Uma fórmula matemática, maquete geológica, pintura em guache constituir-se-ão narrativas do viver. A rotina pedagógica como um todo o será.

Os vinte anos em que atuamos no magistério parecem depor contra tais hipóteses, imputando-lhes certa índole romântica. Não poderia ser muito diferente, cremos, posto que se trata de uma história que ainda não escrevemos. O autor alertou que tal rota somente poderia fracassar, se aqueles a quem coubesse tal missão não tivessem absolutamente clara a concepção de experiência e do método experimental, ou pior: acreditassem em um caminho fácil, pavimentável pela improvisação, abrindo-se mão do rigor, da austeridade teórica. Vemos que a própria democracia depende de uma compreensão acurada da experiência. O bem social se delineia por toda atividade que seja apreciável pelos indivíduos de uma comunidade, de tal sorte que se produzam nestes o desejo e o esforço para mantê-la. (Dewey, 1927, p. 329, *apud* Shook, 2002) A democracia, para se configurar o bem de que tratamos, deverá se constituir um permanente exercício de respeito pela autonomia, dignidade, bem-estar de todos. (PAGNI, 2010) Tal cooperação evidentemente precisa ser aprendida, vivenciada na instituição escolar, desde que esta se comprometa verdadeiramente com uma filosofia da experiência, desde que esteja disposta, salienta o autor, a tornar digno o termo “educação”, o que parece algo simples, todavia se constitui um desafio para o qual nem todos estão preparados.

Referências

ARAÚJO, I. L. **O conceito pragmatista de filosofia de John Dewey**. Revista Redescobertas - Revista on line do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-americana. Ano I, no. 1, p. 1-15, 2009.

ARISTÓTELES. **Órganon**. Bauru: EDIPRO, 2005.

BOGDAN, R. C. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1991.

CHAMBLISS, J. J. **The influence of Plato and Aristotle on John Dewey's philosophy**. New York: Edwin Mellen, 1990.

CUNHA, C. F. **Gramática do português contemporâneo**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1970.

CUNHA, M. V. **Historia da Pedagogia** (coord. Tereza Cristina Rego). São Paulo: Editora Segmento, 2010, p. 32-43.

CUNHA, M.V.; RIBEIRO, Aparecida Pin; RASSI, Nicole. **A presença de Aristóteles no livro Como Pensamos de John Dewey**. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 46, p. 83-107, dez. 2007.

DEWEY, J. **Como pensamos**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959a.

_____. **Experiencia y educación**. Buenos Aires: Losada, 1958.

_____. **Introdução à filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959b.

_____. **Lógica, teoria de la investigacion**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1950.

_____. **Reconstrução em filosofia**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959c.

_____. **The Public and its Problems**. New York: Holt, 1927.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARRISON, J. **A Teoria do Raciocínio Prático de John Dewey**. Rio de Janeiro: Revista Educação e Cultura Contemporânea - Universidade Estácio de Sá, 2006.

NASCIMENTO, E. M. M. **Dewey e Horthy: da metafísica empírica à metafísica da cultura**. Cognitio-Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia. São Paulo, v. 07, no. 01, p. 52-70, 2010.

- PAGNI, P. A. **Historia da Pedagogia** (coord. Tereza Cristina Rego). São Paulo: Editora Segmento, 2010, p. 32-43.
- PAPPAS, Gregory F. **John Dewey's ethics: democracy as experience**. Bloomington: Indiana University, 2008.
- PEIRCE, C. S. **Os pensadores**. Tradução A. M. D'Oliveira e S. Pomerangblum. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- _____. **Semiótica**. Tradução J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Collected Papers)
- _____. **The Collected Papers of Charles S. Peirce**. v. 1-6. Ed. By Charles Hartshorne and Paul Weiss. Cambridge, MA. The Belknap Press of Harvard University. 1934. 1976.
- PIMENTA, Rita; CUNHA, Marcus Vinicius. A apropriação de Aristóteles por John Dewey. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 25, n. 49, p. 43-70, jan./jun. 2011.
- RORTY, R. **Pragmatismo: a filosofia da criação e da mudança**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. Tradução de Antônio Chelini et al. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- SHOOK, R.J. **Os pioneiros do pragmatismo americano**, Tradução Said, M.F., Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SILVEIRA, L. F. B. **Curso de semiótica geral**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- TEIXEIRA, A. **Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

ANEXO A - Levantamento bibliográfico

ALTARUGIO, M. H. **A posição subjetiva do formador na condução do processo reflexivo de professores de Ciências**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AMARAL, M. N. C. P. **Dewey: Filosofia e Experiência Democrática**. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990.

ANDRADE, E. N. F. **O discurso de John Dewey sobre natureza humana e conduta: contribuições à psicologia e à educação**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

ARAÚJO, R. C. P. **Lógica, investigação e democracia no discurso educacional de John Dewey**. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2008.

CARLESSO, D. **John Dewey e a educação como “reconstrução da experiência”: um possível diálogo com a educação contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

CAVALLARI, F. R. **Experiência, filosofia e educação em John Dewey: as “muralhas” sociais e a unidade da experiência**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia E Ciências, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília, 2007.

CUNHA, M. V. **John Dewey: Uma Filosofia para Educadores em Sala de Aula**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A presença de John Dewey na constituição do ideário educacional renovador**. Educação em Revista, n° 30, p. 77-91, 1999a.

_____. **Três versões do pragmatismo deweyano no Brasil dos anos 50**. Educação e Pesquisa, n° 2, p. 39-55, 1999b.

_____. **John Dewey, a outra face da Escola Nova no Brasil**. In: Ghiraldelli Jr., Paulo (org.). O que é filosofia da educação? Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **John Dewey: A Utopia democrática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **John Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento**. Revista Brasileira de Educação, no. 17, p. 86-99, 2001.

_____. **Dewey, Escola Nova e Construtivismo: continuidade, descontinuidade e recontextualização**. In: ALMEIDA, Jane Soares de. Estudos sobre a profissão docente. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001a.

_____. **Comunicação e arte, ou a arte da comunicação, em John Dewey.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 86, n. 213/214, p. 9-20 maio/dez. 2005b.

_____. **Levantamento bibliográfico sobre John Dewey no Brasil (Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** FFCLRP - USP. <http://sites.ffclrp.usp.br/johndewey/>

_____. **John Dewey, o dragão cético.** Educação e Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 45-63, jul./dez. 2006.

CUNHA, M. V., GARCIA, D. C. **A apropriação de John Dewey na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1964).** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 90, n. 224, p. 176-203, jan/abril, 2009.

CUNHA, M.V.; SACRAMENTO, Leonardo Freitas. **Os gregos nas estratégias argumentativas de John Dewey.** Revista Brasileira de Educação, Campinas, v. 12, n. 35, p. 278-289, maio/ago. 2007.

FRANÇA, L. F. **A democracia no pragmatismo de John Dewey.** Dissertação (Mestrado em Direito). Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2007.

GARRISON, J. **A Teoria do Raciocínio Prático de John Dewey.** Rio de Janeiro: Revista Educação e Cultura Contemporânea - Universidade Estácio de Sá, 2006.

GHIRALDELLI, Jr. P. **O que é pragmatismo.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Neopragmatismo, Escola de Frankfurt e Marxismo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Richard Rorty – A Filosofia do Novo Mundo em Busca de Mundos Novos.** Petrópolis, São Paulo: Vozes, 1999.

GOSSI, I. S. **Experiência artístico-estética como experiência educativa: a necessidade de superar antagonismos.** Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

HENNING, L. M. P. **A Concepção de filosofia em Dewey e o caráter educativo das instituições: primeiras aproximações ao cientismo deweyano.** Redescrições, v. 01, p. 01-19, 2009.

KLEIN, A. M. **Escola e democracia: um estudo sobre a representação de alunos e alunas do ensino médio.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. **Projetos de vida e escola: a percepção de estudantes do ensino médio sobre a contribuição do ensino médio sobre a contribuição das experiências escolares aos seus projetos de vida.** Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LEAL, A., GHIRALDELLI, Jr. P. **Pragmatismo e questões contemporâneas**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2008.

LOPES, V. C. **O ceticismo em John Dewey: a busca da certeza**. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2010.

LOURENÇO F. M. B. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

LOVISOLO, H. (1990). **A tradição desafortunada: Anísio Teixeira, velhos textos e idéias atuais**. In: BORGES, S.A. (org.). Chaves para ler Anísio Teixeira. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia.

MURARO, D. N. **A importância do conceito no pensamento deweyano: relação entre pragmatismo e educação**. Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. **A propósito do centenário de John Dewey**. Arquivo Lourenço Filho, série Produção Intelectual, LF 59.00.00/1, CPDOC/FGV.

NUNES, C. **Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos**. Educação & Sociedade, no. 73, p. 9-40, 2000.

PAGNI A. **Anísio Teixeira: experiência reflexiva e projeto democrático, a atualidade de uma filosofia da educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. **Do Manifesto de 1932 à Construção de um Saber Pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira**. Ijuí: Ed. INJUÍ, 2000. (Coleção Fronteiras da Educação).

_____. **A dimensão estética, a linguagem e a educação na experiência educativa: divergências entre Dewey e Adorno** In: 27a. Reunião Anual da Anped: Sociedade, democracia e educação. Caxambu: Anped, 2004a. v.1.

_____. **Um lugar para a experiência e suas linguagens entre os saberes e práticas escolares: pensar a infância e o acontecimento na práxis educativa**. In Pagni, P. A. Gelamo, R. P. (org.) Experiência, educação e contemporaneidade. Cultura Acadêmica: Marília, p. 15-33, 2010.

PIMENTA, Rita; CUNHA, Marcus Vinicius. A apropriação de Aristóteles por John Dewey. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 25, n. 49, p. 43-70, jan./jun. 2011.

PITOMBO, M. I. M. **Conhecimento, Valor e Educação em John Dewey**. São Paulo: Pioneira, 1974.

RIBEIRO, E. A. **A recepção dos pragmatismos nos periódicos educacionais brasileiros (1944-1964)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília, 2006.

ROCHA, E. P. **Progressão continuada: um estudo a partir dos conceitos de crescimento e experiência educativa em Dewey.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RORTY, R., GHIRALDELLI, Jr. P. **Ensaio pragmatistas sobre subjetividade e verdade.** Rio de Janeiro: DPA, 2006.

SOARES, J. R. **O (neo)pragmatismo como eixo (des)estruturante da educação contemporânea.** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SOUSA, R. A. **O pragmatismo de John Dewey e sua expressão no pensamento e nas propostas pedagógicas de Anísio Teixeira.** Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Teologia E Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, Curitiba, 2004.

SOUZA, E. A. **Epistemologia da prática e da prática docente: um estudo dos seus fundamentos com vistas à proposição de abordagens críticas.** Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2008.

SUCUPIRA, N. **John Dewey: uma filosofia da experiência.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 34, n. 80, p. 78-95, out./dez. 1960.

TAVARES, R. S. **Reflexões sobre uma filosofia da tecnologia no pensamento.** Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Estudos Pós-graduados em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

TEIXEIRA, A. **Introdução ao estudo da Escola Nova.** São Paulo: Melhoramentos, 1978.

_____. **A Pedagogia de Dewey.** Coleção Os Pensadores: Dewey. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. **Tendências da educação brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, 1940.

_____. **Pequena Introdução à Filosofia da Educação: a escola progressiva ou a transformação da escola.** 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.

_____. **A reconstrução do programa escolar.** Escola Nova, v. 1, n° 2-3, p. 86-95, 1930.

_____. **Ciência e arte de educar.** Educação e Ciências Sociais, v. 2, n° 5, p. 5-22, 1957.

TRINDADE, C. C. **Educação, sociedade e democracia no pensamento de John Dewey.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ANEXO B - Levantamento bibliográfico

ALBIERI, S. **Hume e Peirce acerca do ceticismo cartesiano**. *Kriterion* [online] vol. 44, no. 108, p. 244-252, 2003.

ALEXIOU, M. **Peirce e Berkeley: entre a linguagem e o real**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Centro de Estudos Peirceanos. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

ALMEIDA, C. C. **Peirce e a organização da informação: contribuições teóricas da Semiótica e do Pragmatismo**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia E Ciências, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília, 2009.

ARRUDA, H. Jr. **Uma reflexão sobre o estatuto dos meios de comunicação de massa à luz do pragmatismo de Peirce**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Estudos Pós-graduados em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

BACHA, M. L. P. **A teoria da investigação de C. S. Peirce**. Dissertação (Mestrado em Comunicação E Semiótica) Centro de Estudos Peirceanos. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

_____. **Peirce crítico de Mill sobre os contextos realista e nominalista da indução**. Tese (Doutorado em Comunicação E Semiótica) Centro de Estudos Peirceanos. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999.

BORGES, P. M. **Mensagens cifradas: a construção de linguagens diagramáticas**. Tese (Doutorado em Comunicação E Semiótica) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

CALDEIRA, A. M. A. **Vida: uma constante experiência**. Tese (Doutorado em Educação). Depto. Educação, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília, 1997.

_____. **Semiótica e a Relação Pensamento e Linguagem no Ensino de Ciências Naturais**. Tese (Livre-Docência em Educação). Depto. Educação, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Bauru, 2005.

CARDOSO, JR, H. **Pragmática menor: Deleuze, imanência e empirismo**, 2v. Tese (Livre-Docência em Filosofia) Faculdade de Ciências E Letras, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Assis, 2005.

COCCHIERI, T. **Criatividade em uma perspectiva estético-cognitiva**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Faculdade de Filosofia E Ciências, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília, 2008.

DANTAS, M. R. A. **Semiótica e Ciências Sociais. Abdução e comunicação intersignica**. Tese (Doutorado em Comunicação E Semiótica) Centro de Estudos Peirceanos. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

DANTAS, P. A. F. **Arte e pensamento: um triângulo metafísico entre De Chirico, Bergson e Peirce**. Tese (Doutorado em Multimeios). Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

DIP, M. A. N. M. **A agathotopia de Charles Sanders Peirce**. Tese (Doutorado em Filosofia). Programa de Estudos Pós-graduados em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

DI SARNO, I. C. **O ofício de interpretar: objeto enquanto aparência e realidade à luz da filosofia de Peirce**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Estudos Pós-graduados em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

ECO, U. **Semiótica e filosofia da linguagem**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

FERRAZ, T. S. **Pensamento e criatividade: uma abordagem à luz da semiótica peirceana**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Faculdade de Filosofia E Ciências, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília, 2010.

FRANKENTAL, E. **O pragmaticismo na abdução e percepção**. Dissertação (Mestrado em Comunicação E Semiótica) Centro de Estudos Peirceanos. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

GUIMARÃES, A. M. **O protodiagrama peirceano na heurística da mente**. Tese (Doutorado em Comunicação E Semiótica) Centro de Estudos Peirceanos. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

HIFUME, C. **Uma teoria da verdade pragmática: a quase-verdade de Newton C.A. da Costa**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Filosofia E Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

IBRI, I. A. **Kósmos Noëtós: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce**. São Paulo: Perspectiva/ Hólon, 1992.

LAURENTIZ, S. R. F. **Contribuições dos meios de produção à linguagem visual: uma análise sintática pelos princípios semióticos** Dissertação (Mestrado em Multimeios). Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

LIMA, M. P. **Mudança de hábito como evolução e autocontrole no pragmatismo de Peirce**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Estudos Pós-graduados em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

MARIN, R. **As bases fisiológicas da estrutura triádica da semiótica: análise dos processos perceptivos e cognitivos da criação artística**. Dissertação (Mestrado em Artes). Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MERREL, F. , QUEIROZ, J. **Borges e as categorias lógico-fenomenológicas de Peirce**. Alea [online] vol. 10, no. 2, p. 288-303, 2008.

MITAUY, J. A. **O conceito de pensamento diagramático em Peirce. Subsídios para o entendimento da função dos grafos existenciais.** Dissertação (Mestrado em Comunicação E Semiótica) Centro de Estudos Peirceanos. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

NÖTH, W. **Panorama da semiótica: de Platão a Peirce.** São Paulo: Annablume, 1995.

_____. **A semiótica no século XX.** São Paulo: Annablume, 1996.

PARAENSE, A. L. O. **Uma metodologia de desenvolvimento de sistemas de amplificação de inteligência orientada à semiótica.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica). Faculdade de Engenharia Elétrica E de Computação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PIGNATARI, D. **Informação, Linguagem, Comunicação.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

QUEIROZ, A. J. M. **Modelos das relações sógnicas na semiose segundo C. S. Peirce: evidências empírico-teóricas.** Tese (Doutorado em Comunicação E Semiótica) Centro de Estudos Peirceanos. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

_____. **Classificações de signos de C. S. Peirce: de ‘On the Logic of Science’ ao ‘Syllabus of Certain Topics of Logic’.** Revista Trans/Form/Ação (UNESP), São Paulo, vol.30, no.2, p.179-195, 2007.

RAMALHO, B. J. S. **O todo e as partes. Subsídios para o ensaio Amor Evolucionário de Charles Sanders Peirce.** Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Estudos Pós-graduados em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

RODRIGUES, C. T. **Lógica e investigação: uma interpretação da gênese dos principais temas do pensamento de Charles Sanders Peirce.** Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Filosofia E Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ROMANINI, A. V. **Semiótica minuta - especulações sobre a gramática dos signos e da comunicação a partir da obra de Charles S. Peirce.** Tese (Doutorado em Jornalismo). Escola de Comunicação E Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SALATIEL, J. R. **Sobre o conceito de acaso na filosofia de Charles Sanders Peirce.** Tese (Doutorado em Filosofia) Centro de Estudos do Pragmatismo. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

SANTAELLA, L. **Estética de Platão a Peirce.** 2 ed. São Paulo: Experimento, 2000

_____. **O que é Semiótica.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **A teoria geral dos signos: Como as linguagens significam as coisas.** São

Paulo: Pioneira, 2000.

_____. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Pioneira, 2004.

_____. **Matrizes da linguagem e pensamento**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SANTOS, E. C. **Teoria e explicação na filosofia de David Hume: uma abordagem falibilista?** Tese (Doutorado em Filosofia). Faculdade de Filosofia, Letras E Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, J. F. **Realismo e falibilismo: um contraponto entre Popper e Peirce**. Tese (Doutorado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

SCHETTINI, M. B. **Formulações de C. S. Peirce para conceitos-chave do SEC. XIX: o instante e a evolução**. Tese (Doutorado em Comunicação E Semiótica) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

SILVEIRA, L. F. B. **Ciência enquanto semiótica**. Revista Trans/Form/Ação (UNESP), São Paulo, no. 12, p. 71-84, 1989.

_____. **Na origem está o signo**. Revista Trans/Form/Ação (UNESP), São Paulo, no. 14, p. 45-52, 1991.

_____. **Semiose: diálogos e linguagem**. Revista Galaxia, São Paulo, p. 75-109, 2001.

_____. **Acaso, existência e lei num universo em evolução**. Revista Cognitio, São Paulo, p. 127-137.

_____. **Origem do cosmo e auto-organização na obra de C. S. Peirce**. In: D'OTTAVIANO, I.; GONZALEZ, M. (org.) Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência. Campinas, Unicamp, p. 325-336

_____. **Pensamento científico e experiência cotidiana: uma leitura de Charles Sanders Peirce**. In CARBONE, M. C. (org.) História e filosofia das ciências e o ensino de ciências. Cultura Acadêmica, Bauru, p. 76-89, 2011.

TREVISAN, M. D. **O papel da metáfora / analogia no ensino de ciências: uma abordagem semiótica**. Dissertação (Mestrado em Educação para A Ciência). Faculdade de Ciências, UNESP, Bauru, 2008.

VIEIRA, J. A. **Semiótica, sistemas e sinais**. Tese (Doutorado em Comunicação E Semiótica) Centro de Estudos Peirceanos. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1994.